

RELATÓRIO **2011**

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DA **QUALIDADE** **DE VIDA URBANA** DO PORTO



PORTO
Câmara Municipal

RELATÓRIO **2011**

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DA **QUALIDADE** **DE VIDA URBANA** DO PORTO



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Município do Porto, ciente de que o bem-estar da população constitui o propósito último e o mais nobre da atuação dos poderes públicos, decidiu há uma dezena de anos criar um sistema de monitorização da qualidade de vida urbana.

O primeiro relatório de caracterização das condições de vida na cidade do Porto foi apresentado em 2003 e resultou de um trabalho rigoroso e aprofundado, desenvolvido por uma equipa competente e empenhada que se mantém ao longo destes anos.

Quando se iniciou o projeto o tema do bem-estar, se bem que constando de declarações e programas políticos, não era objeto de estudos sistemáticos que permitissem a sua avaliação objetiva e o acompanhamento, pelos poderes públicos, da trajetória de evolução social das populações e comunidades.

Os últimos anos, no entanto, mostram claramente que o caminho que escolhemos de monitorizar a qualidade de vida é o mais adequado para se poder fundamentar, com solidez e justeza, as opções, as iniciativas e os projetos de intervenção da responsabilidade dos municípios. Instituições de referência, bem como reputados especialistas da área económica e social, têm dirigido muitos dos seus trabalhos para a análise e a melhor compreensão do fenómeno do progresso social e suas determinantes e, sobretudo, para a definição de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis, que propiciem a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

O reconhecimento, nacional e internacional, e as múltiplas referências elogiosas que o projeto da cidade do Porto tem suscitado, são para nós motivo de orgulho. Significam que procedemos bem ao criar e ao assegurar a continuidade e o enriquecimento deste projeto e constituem um desafio para que prossigamos no mesmo rumo.

O estudo que agora se apresenta é um dos resultados dessa aposta, sem dúvida o mais relevante. Dá a conhecer, de forma muito transparente e com o rigor necessário, a trajetória de evolução da cidade do Porto nas diferentes áreas que determinam a qualidade de vida de todos nós.

No momento difícil que atravessamos é importante saber olhar para trás, perceber a evolução ocorrida e ter um referencial que permita a todos fazer as escolhas mais acertadas para a melhoria do bem-estar individual e para um desenvolvimento económico e social que seja inteligente, sustentável e inclusivo.

Rui Rio
Presidente da Câmara Municipal do Porto

03	Mensagem do Presidente
07	Introdução
10	Alguns apontamentos de natureza conceptual e metodológica

17 Condições Ambientais

19	Espaços Verdes
25	Clima
32	Ruído
38	Qualidade do ar
43	Água
48	Energia
53	Resíduos
57	Quadro síntese

59 Condições Materiais Coletivas

60	Equipamentos culturais
65	Equipamentos desportivos
74	Equipamentos educativos
79	Equipamentos sociais e de saúde
92	Edificado
95	Mobilidade
103	Comércio e serviços
111	Quadro síntese

113 Condições Económicas

115	Rendimento e consumo
132	Mercado de trabalho
142	Mercado de habitação
147	Dinamismo económico
159	Quadro síntese

161 Sociedade

163	População
170	Educação
176	Dinâmica cultural
182	Participação cívica
189	Saúde
200	Segurança
205	Quadro síntese

207 Anexos

Anexo I - Matriz integral de indicadores
Anexo II - Rede de fornecedores de informação

INTRODUÇÃO

Elevar a qualidade de vida das populações, sendo um objetivo consensual, representa um grande desafio para a sociedade atual e, em particular, para as cidades. Num contexto como aquele em que hoje vivemos, muito marcado pela crise financeira e pelo espectro de uma grave recessão internacional, ganha mais força a necessidade de se adotar uma perspetiva abrangente de todas as dimensões – económicas mas também sociais e ambientais – que no dia a dia determinam o bem-estar das comunidades e dos indivíduos e colocar em prática as políticas que, devidamente articuladas entre si, possam ser mais eficazes para promover e melhorar esse bem-estar.

Para que um referencial abrangente de qualidade de vida se consolide e seja partilhado por todos os atores é necessário, igualmente, dispor de sistemas de informação bem estruturados e robustos que, permitindo uma leitura rigorosa da evolução da situação de cada território, possam apoiar o processo de tomada de decisão ajudando, ao mesmo tempo, a que este se torne cada vez mais transparente e aberto aos olhos dos cidadãos. Tal significa que não basta acumular séries temporais de indicadores avulsos e genéricos mas sim encontrar as melhores medidas e os métodos adequados para se traçar um retrato multidimensional e dinâmico da forma como tem vindo a mudar a vida das pessoas.

É neste contexto que se enquadra a aposta do município do Porto de dispor de um Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana (SMQVU).

Em funcionamento desde o ano de 2001, este projeto tem vindo, de forma sistemática e criteriosa, a compilar dados sobre as condições de vida e de bem-estar na cidade com base nas quais se torna possível acompanhar a trajetória de progresso registada num conjunto de dimensões ao nível ambiental, económico e social cuja influência foi considerada decisiva para a qualidade de vida e

que integram o referencial conceptual adotado. Este exercício de monitorização de tendências ao longo do tempo tem sido acompanhado, sempre que possível, por um esforço de comparação do desempenho da metrópole portuense com outras unidades territoriais – com o conjunto da aglomeração metropolitana (NUT III correspondente ao Grande Porto), com a realidade observada à escala nacional e ainda, sempre que possível, com valores de referência europeus – de modo a melhor se poder apreender e caracterizar o significado das mudanças.

No seu conjunto estes elementos visam fornecer um suporte sólido para o aprofundamento do conhecimento sobre os desafios que se colocam ao centro urbano, que possa ser útil para o desenvolvimento de estratégias e de prioridades de intervenção a todos aqueles que são agentes envolvidos na transformação do centro urbano: poderes públicos, agentes económicos, sociedade civil e os próprios cidadãos. Nesse sentido, este sistema de monitorização representa uma plataforma que o município disponibiliza para, facilitando o acesso à informação, estimular o debate, a consciência coletiva e a cooperação em torno da realidade local, quer no que diz respeito aos seus pontos fortes e progressos que interessa defender e potenciar, quer no que toca às ameaças e dinâmicas desfavoráveis às quais se torna necessário reagir eficazmente.

No presente relatório – o terceiro a ser publicado –, procura-se dar conta da evolução ocorrida nos anos mais recentes analisando-se a série dos últimos cinco anos disponível para os cerca de 77 indicadores estatísticos principais que integram presentemente o painel SMQVU. Não existindo para a esmagadora maioria destas medidas limiares correspondentes a valores “ideais” para a qualidade de vida, este documento não contém uma avaliação absoluta da situação da cidade do Porto. O que se procura evidenciar é, sobretudo, até que ponto as dinâmicas registadas estão

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA URBANA DO PORTO

orientadas na direção certa face aos referenciais de progresso adotados e caracterizar os ritmos da evolução registada. Sendo este o enfoque da abordagem, as leituras que aqui são feitas são apoiadas, sempre que possível, por representações gráficas que oferecem, em regra, uma visualização mais rápida e apelativa do que extensas tabelas de dados.

No que diz respeito à organização deste documento, privilegia-se, tal como nas edições anteriores, uma organização temática - com um capítulo dedicado a cada um dos quatro domínios da qualidade de vida considerados no âmbito deste projeto, isto é, condições ambientais, condições materiais coletivas, condições económicas e sociedade. Cada um destes capítulos surge depois subdividido em diferentes temas. Introduzem-se neste relatório, no entanto, algumas mudanças quanto à forma como os conteúdos surgem estruturados de modo a facilitar a comunicação:

- A apresentação da evolução dos indicadores por área temática e a sua classificação (favorável, desfavorável ou estável) dentro de cada um dos quatro grandes domínios é antecedida por um breve texto inicial em que, numa perspetiva integrada, se enquadram os grandes desafios que se colocam de forma mais evidente à qualidade de vida urbana no momento atual e se traça um breve retrato de conjunto das tendências monitorizadas no caso concreto da cidade do Porto.
- Com o objetivo de facilitar a interpretação concreta da trajetória das várias medidas estatísticas usadas é apresentada, em cada um dos casos, a “leitura do indicador” onde se clarifica o entendimento assumido quanto à forma como este pretende avaliar impactos na qualidade de vida dos cidadãos.
- Também para cada um dos domínios da qualidade de vida - e de uma forma desagregada

para os vários temas considerados - são indicadas referências de documentos e de sítios na internet que poderão ser úteis para aqueles que estejam interessados em aprofundar alguns dos assuntos tratados.

Ao nível da bateria de indicadores estatísticos que são analisados foram igualmente introduzidas algumas alterações as quais derivam sobretudo do processo de revisão do painel inicial, que decorreu em 2010. Este processo de revisão cíclica corresponde a uma tarefa imprescindível neste tipo de sistemas já que ao longo do tempo é inevitável proceder à eliminação de indicadores cuja utilidade se vai perdendo ou cuja recolha de informação não se revela viável e, por outro lado, à integração de novas medidas que passaram a ser relevantes à luz dos propósitos do projeto ou, ainda, para as quais passou agora a ser possível recolher dados, o que anteriormente não sucedia. No âmbito deste exercício foram acrescentados 32 novos indicadores principais, alguns em substituição dos 21 indicadores eliminados, outros, para integrar temas que só mais recentemente passaram a constar do modelo de análise que suporta o SMQVU.

Uma nota que se impõe sublinhar diz respeito à colaboração dada a este projeto por uma série de instituições, de âmbito nacional e local, que fornecem regularmente informação de base e sem o contributo das quais seria, de resto, impossível operacionalizar e manter atualizado este sistema de monitorização. Nalguns casos os dados disponibilizados dizem respeito a variáveis habitualmente coligidas pelas instituições em causa mas, noutros casos, esta cedência implica que se realizem novos apuramentos, envolvendo mesmo, em certos casos, o estabelecimento de metodologias específicas para a obtenção desses dados. Relativamente à informação que é interna ao município, ela é proveniente de vários serviços e entidades participadas cujo envolvimento neste projeto se revela igualmente crucial.

Por último, de referir que, no âmbito do projeto SMQVU, outros desenvolvimentos estão já em curso. Relativamente à perceção dos cidadãos residentes, componente complementar da avaliação da qualidade de vida local que neste relatório não é abordada, foi já concebido um novo inquérito que se espera poder vir a aplicar brevemente a uma amostra da população residente, obtendo-se assim elementos de suporte para novas análises da dimensão subjetiva do bem-estar.

Ainda no que se refere a novas apostas, merece destaque o esforço que está já a ser desenvolvido no sentido de divulgar os seus resultados através de soluções informáticas que permitam uma maior autonomia e interatividade na consulta da informação por parte dos diferentes tipos de utilizadores e garantam meios para que a informação possa ser disponibilizada com um maior grau de atualização.

Alguns apontamentos de natureza conceptual e metodológica

Criado com o propósito de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em áreas que, de um modo mais direto ou indireto influenciam as condições de vida e de bem-estar dos cidadãos, o Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana (SMQVU) do Município do Porto adota duas abordagens que, desde a origem do projeto, em 2001, se consideraram complementares para uma avaliação holística da situação.

- Uma abordagem objetiva, que é suportada por um painel de indicadores de natureza estatística através dos quais se caracterizam condições de vida locais, no plano material e imaterial. Como no âmbito deste sistema não foram fixados valores-alvo a atingir, o exercício de monitorização faz-se através da análise das séries de dados relativas à cidade do Porto ao longo do eixo temporal e, sempre que possível, com recurso a exercícios de *benchmarking* territorial em que se confronta a trajetória da cidade com a da respetiva envolvente metropolitana (NUT III Grande Porto), com a realidade nacional (continente ou país) e ainda, no caso de um número reduzido de indicadores, com a realidade europeia.
- Uma abordagem subjetiva, que é desenvolvida com recurso à realização de inquéritos aos residentes na cidade, com base nos quais se torna possível conhecer diretamente as opiniões e as expectativas da população sobre a sua qualidade de vida individual e os seus níveis de satisfação.

No presente relatório são apresentados resultados relacionados com a primeira destas abordagens. Nas páginas seguintes sistematizam-se alguns aspetos de natureza conceptual e metodológica que se considera relevantes para a interpretação desses mesmos resultados.

Quadro de referência conceptual

Uma componente chave do exercício de avaliação da qualidade de vida urbana diz respeito ao modelo conceptual adotado. Apesar dos esforços que têm vindo a ser feitos no plano teórico por uma vasta comunidade de investigação multidisciplinar, não existe atualmente uma definição do conceito de qualidade de vida que reúna um consenso alargado. Pelo contrário, aquilo que se verifica é que se trata de uma noção que é objeto de uma apropriação muito abrangente, com sentidos e aplicações muito diversas. Perante esta constatação, é genericamente reconhecida a necessidade de se formularem definições operacionais que, face a objetivos e circunstâncias concretos, tornem claro o quadro de referência que é adotado e garantam um referencial estável para os exercícios de acompanhamento das dinâmicas ao longo do tempo.

O modelo conceptual subjacente ao SMQVU foi construído na sequência de uma reflexão para a qual contribuiu uma revisão profunda da literatura sobre o tema e uma análise de projetos desenvolvidos noutras cidades, mas em que esteve também sempre presente a preocupação com o contexto local e as suas especificidades e desafios. De acordo com a definição adotada, a qualidade de vida corresponde a um nível global de bem-estar dos indivíduos que incorpora aspetos relacionados com as condições objetivas em que se desenrola o seu dia a dia, bem como os sentimentos das pessoas face ao seu quadro de vida concreto. Para além desta complementaridade entre as vertentes objetiva e subjetiva, a noção de qualidade de vida encerra, por outro lado, um número alargado de dimensões – materiais e imateriais, mas também individuais e coletivas – que se consideram fundamentais para uma vida digna e gratificante. Neste caso o modelo analítico que foi construído estabelece quatro grandes domínios: Condições ambientais, Condições económicas,

Condições materiais coletivas e Sociedade (Figura 1).

Figura 1 – Quadro de referência para a avaliação da qualidade de vida



Cada um destes grandes domínios encontra-se desagregado em temas considerados prioritários e suscetíveis de cobrir as principais dimensões com impacto na qualidade de vida associadas a cada domínio. Para cada um destes temas – os quais não estão associados a qualquer distinção baseada na sua importância relativa – foram subsequentemente estabelecidos os indicadores de monitorização cujo número é variável, não só em função da complexidade das dinâmicas em causa, mas também da própria disponibilidade da informação de base.

Importa sublinhar que o esquema conceptual aqui apresentado corresponde já a uma versão revista do modelo inicialmente definido. Com efeito, se é verdade que os sistemas de monitorização obrigam a alguma estabilidade ao nível dos referenciais conceptuais e dos indicadores usados, também é inegável que estes só se mantêm válidos e operacionais se se conseguirem adaptar às mudanças, estejam elas relacionadas com a emergência de novas preocupações ou com a disponibilidade e o acesso à informação. Este é pois um equilíbrio difícil de manter mas que tem que ser gerido permanentemente.

No âmbito de um exercício de revisão do modelo SMQVU conduzido em 2010 foram acrescentados alguns novos temas. No domínio das Condições ambientais foi introduzido o tema “Energia” e no domínio Sociedade foi adicionado o tema “Sociedade de Informação”. Foram igualmente revistas as designações e contextos de alguns temas, designadamente no domínio das Condições ambientais, onde os temas “Infraestruturas básicas” e “Qualidade da água balnear” deram origem aos temas “Resíduos” e “Água”. O tema “Edificado” veio substituir o tema “Património”. Já o tema “Problemas Sociais” deixou de constar no modelo conceptual, tendo os respetivos indicadores sido redistribuídos por temas já existentes.

Painel de indicadores estatísticos

Atualmente o SMQVU integra um total de 98 indicadores dos quais 77 integram o painel de indicadores principais e 21 correspondem a indicadores complementares, cuja função é fornecerem informação de contexto sobre as temáticas consideradas. Do conjunto integral de indicadores que atualmente suportam este sistema de avaliação da qualidade de vida urbana, muitos deles (32 dos principais e 17 dos complementares) foram adotados recentemente - na sequência da revisão feita ao modelo conceptual - incluindo-se neste caso, quer medidas que vieram substituir outras anteriormente usadas, quer medidas novas associadas aos temas acrescentados ao modelo de análise.

Relativamente à etapa da definição dos indicadores importa sublinhar que o processo de escolha, sendo bastante exigente do ponto de vista técnico - desde logo porque nem sempre estão disponíveis os indicadores que se considerariam “ideais” para captar as dimensões chave que se pretendem avaliar -, comporta inevitavelmente uma certa dose de subjetividade. De modo a controlar esta subjetividade, todas as medidas estatísticas foram selecionadas com base num conjunto de critérios previamente definidos, em que se optou por valorizar, sobretudo:

- Os indicadores que propiciam uma leitura clara e que são mais pertinentes sobre a temática;
- Os indicadores que são mais fáceis de interpretar, designadamente quanto ao sentido em que as suas trajetórias influenciam a qualidade de vida e, também, mais fáceis de comunicar;
- Os indicadores cuja informação de base para o seu cálculo é de qualidade e atualizada sistematicamente;
- Os indicadores cuja utilização é mais alargada, partilhada e consensual.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos no sentido de não recorrer exclusivamente aos produtores oficiais de informação estatística, e apostar em conhecer e explorar as bases de dados institucionais existentes, quer a nível local, quer a nível nacional, não foi possível para certos temas obter a informação pretendida nem encontrar medidas que constituíssem *proxies* satisfatórias persistindo, por isso, algumas lacunas. Tal verifica-se, por exemplo, no caso da “Sociedade de informação” que não obstante constituir um tema recentemente inscrito no quadro de referência conceptual do SMQVU não dispõe de informação quantitativa que permita dar conta da realidade atual da cidade no que diz respeito à difusão e uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

No que diz respeito à natureza dos próprios indicadores, não obstante existir a preocupação de caracterizar o panorama da cidade não apenas na perspetiva dos recursos e condições disponíveis (indicadores de input) mas também na perspetiva em que estes se encontram acessíveis e são usados pela população (indicadores de resultado), nem sempre é possível garantir que todos os temas sejam cobertos por medidas de ambos os tipos, facto que se explica em primeira linha por constrangimentos relacionados com a disponibilidade de informação de base.

Uma nota metodológica que importa sublinhar no caso de alguns indicadores que envolvem o cálculo de capitações diz respeito à população de referência usada. Sempre que foi necessário relativizar valores absolutos – por exemplo, no caso da dotação de equipamentos – foi usado o valor da população residente na cidade, muito embora, não existam dúvidas de que a população que na prática é utilizadora dos equipamentos locais é muito superior a esta, facto a que não é alheio o perfil muito atrativo do Porto enquanto polo prestador de serviços. Este facto exige, naturalmente, que a interpretação dos resultados atenda a esta realidade concreta. Ainda no que diz respeito à população residente, importa referir que, dado terem sido recentemente divulgados resultados dos Censos 2011, foram usadas para o período intercensitário 2002-2010 uma série de valores revistos das estimativas anuais do Instituto Nacional de Estatística.

Monitorização dos progressos em matéria de qualidade de vida

Como atrás foi referido, o objetivo central do SMQVU é o de monitorizar até que ponto a evolução que é captada pelos diferentes indicadores se enquadra na direção pretendida face aos referenciais de progresso adotados e medir os ritmos da mudança registada. Para a classificação das tendências são adotadas e aplicadas de forma consistente regras quantificadas. No caso dos indicadores que ao longo do horizonte de cinco anos analisados apresentam taxas de variação anuais ajustadas entre -1,5% e 1,5%, a sua trajetória evolutiva é considerada “estável”. Variações fora deste intervalo são consideradas tendências “favoráveis” ou “desfavoráveis” em função da forma como foi interpretado o seu contributo

para a qualidade de vida. No caso dos indicadores expressos, eles próprios, em taxa de variação anual, a alternativa foi a de considerar o seu valor médio no período considerado¹.

Uma outra regra importante que foi adotada prende-se com a leitura evolutiva dos indicadores que se baseiam em capitações, isto é, cujo cálculo envolve uma relativização de um determinado numerador por uma população de base. De modo a garantir uma leitura rigorosa, sempre que a população de referência inerente à medida em causa corresponde à população residente, o cálculo da respetiva taxa média de variação anual foi feito a partir do indicador relativizado, ou seja, a partir dos valores por habitante (é o caso, por exemplo, do indicador *Beneficiários do Rendimento Social de Inserção*). Já nos casos em que a população de referência é a população utilizadora da cidade (conceito que envolve, para além dos habitantes da cidade, todos aqueles que se deslocam e têm estadias no Porto por motivos de trabalho, estudo, lazer, aquisição de bens ou serviços, turismo, etc.), dado que não é possível estabelecer com precisão o seu valor, o cálculo do ritmo de progressão do indicador – e, consequentemente a leitura qualitativa da tendência em termos de qualidade de vida – foi determinado a partir do valor absoluto do numerador (esta foi a regra assumida, por exemplo, no caso do indicador *Museus*).

Cobertura temporal e espacial da análise

Apesar do esforço realizado no sentido de garantir que este documento ofereça uma leitura da evolução registada nos anos mais recentes – período 2006-2010 –, não foi possível que tal intervalo

¹ Estas regras têm uma certa afinidade com as adotadas pela Comissão Europeia/EUROSTAT no documento “Sustainable development in the European Union – 2011 monitoring report of the EU sustainable development strategy”.

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DA **QUALIDADE DE VIDA URBANA** DO PORTO

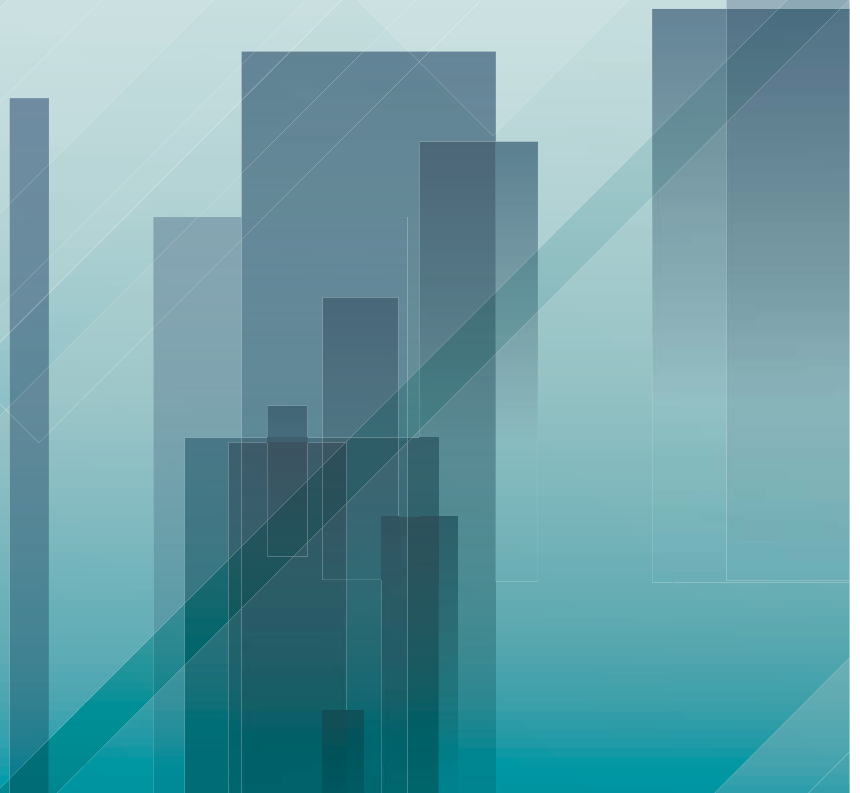
fosse adotado uniformemente, tendo o referencial temporal da análise que recuar um ou dois anos. A situação em que os dados se encontram menos atualizados diz respeito aos indicadores relacionados com o clima. Na estação do Instituto de Geofísica Porto/Serra do Pilar, que recolhia os dados utilizados no âmbito deste projeto, foi terminado o programa de observações clássicas em 2008, o que levou à interrupção das séries a partir deste ano. Futuramente será estudada a possibilidade de recurso aos dados fornecidos pela estação automática instalada em 2009 no mesmo local, depois de avaliada pelo Instituto de Meteorologia a qualidade dos mesmos.

Sobre o âmbito geográfico da análise da qualidade de vida urbana importa mencionar que a única

unidade espacial que é adotada na maior parte dos indicadores é a cidade no seu conjunto uma vez que são grandes os obstáculos que se colocam à recolha de informação a escalas mais desagregadas. De facto, sendo muito escasso o número de indicadores para os quais tem vindo a ser possível obter dados mais finos do que o conceito, foi abandonada a lógica de apresentação de resultados de acordo com o zonamento em quatro unidades (Zona Histórica, Zona Tradicional, Zona Ocidental e Zona Oriental), usada em relatórios anteriores. Nos levantamentos de dados continua a privilegiar-se, no entanto, a recolha às escalas mais desagregadas disponíveis, o que tornou possível apresentar no presente relatório alguma informação ao nível territorial da freguesia.



RESULTADOS POR DOMÍNIO



CONDIÇÕES AMBIENTAIS



- ESPAÇOS VERDES
- CLIMA
- RUÍDO
- QUALIDADE DO AR
- ÁGUA
- ENERGIA
- RESÍDUOS
- **QUADRO SÍNTESE**

CONDIÇÕES AMBIENTAIS

O estado das condições ambientais influencia fortemente a qualidade de vida e a saúde das populações, bem como a sustentabilidade do próprio processo de desenvolvimento local.

Ao longo das últimas décadas as áreas urbanas, enquanto espaços privilegiados de concentração de pessoas e de atividades, foram sofrendo pressões acrescidas nos seus recursos e no equilíbrio dos seus ecossistemas. Atualmente, as cidades deparam-se com várias ameaças que se encontram claramente identificadas. As crescentes emissões de gases com efeito de estufa, a exposição da população a níveis de ruído acima dos limiares compatíveis com a saúde humana, a poluição do ar, a grande impermeabilização dos solos ou a crescente produção de resíduos sólidos e efluentes representam apenas algumas dessas ameaças.

A complexidade dos problemas ambientais e o facto de muitos dos seus efeitos se encontrarem relacionados entre si – assim como as respetivas causas – torna particularmente exigente a sua resolução. A esta dificuldade acresce ainda o facto de muitas das medidas que em geral são delineadas se encontrarem orientadas para a prossecução de objetivos territoriais/setoriais, gerando não raras vezes conflitos entre si. Tais constatações explicam em larga medida aquela que parece ser uma consciencialização cada vez maior para o facto de a gestão e as políticas do ambiente urbano terem que assumir uma lógica abrangente e integrada.

As tendências recentes verificadas ao nível das alterações climáticas globais constituem um bom exemplo desta necessidade de integração visto que os potenciais impactos se fazem sentir, de uma forma transversal, em praticamente todas as áreas ambientais, desde o próprio clima urbano, à qualidade do ar e água, aos espaços verdes e à energia. A implementação de ações no sentido de mitigar o efeito das alterações climáticas tem,

por seu lado, um impacto positivo no ambiente urbano em geral, conseguindo diferentes medidas setoriais gerar sinergias entre si.

Principais mudanças

A evolução registada no domínio das condições ambientais na cidade do Porto ao longo dos últimos anos foi globalmente positiva, tendo-se verificado melhorias significativas em várias áreas e uma certa estabilização nas restantes. Nenhum dos indicadores ambientais revelou, assim, uma trajetória desfavorável no período analisado.

Desde logo, destaca-se a qualidade do ar e da água balnear, componentes do ambiente urbano em que os progressos conseguidos foram substanciais, não só porque se reduziram significativamente as situações pontuais em que eram ultrapassados os limiares de risco para a saúde pública, mas porque se elevaram consistentemente os níveis de qualidade globais.

Foram também registadas importantes melhorias em serviços de base, como a recolha e tratamento de resíduos, e em eficiência energética, através do aumento do uso de energias alternativas nos transportes públicos. Estas tendências favoráveis têm, por sua vez, reflexos positivos em áreas a jusante, traduzindo ganhos significativos em matéria de sustentabilidade ambiental.

No que diz respeito às condições do clima local, as tendências registadas permitiram evidenciar o seu carácter ameno, tendo-se verificado uma redução dos níveis de precipitação no intervalo de tempo observado e uma certa contenção das temperaturas extremas.

Todos os restantes indicadores mantiveram-se relativamente estáveis. Tal sucedeu no caso dos consumos de água e de energia elétrica mas também no caso dos espaços verdes em que a aposta passou mais pela qualificação da oferta do que

pelo reforço significativo da sua extensão territorial.

Em matéria de ruído ambiental não é possível realizar leituras evolutivas uma vez que a monitorização sistemática deste parâmetro é recente e não se dispõe ainda de séries temporais de valores para análise. Os dados disponíveis, relativos a 2009, revelam, contudo, que cerca de um quarto da população residente se encontrava sobreexposta a níveis elevados de poluição sonora, tendo já sido desenvolvidos planos de redução do ruído para as áreas da cidade mais directamente afectadas por este tipo de problema.

ESPAÇOS VERDES



Os espaços verdes contribuem de forma decisiva para um desenvolvimento sustentável dos territórios, melhorando a qualidade do ar, favorecendo a permeabilização do espaço urbano e ajudando à proteção da biodiversidade.

Constituem, igualmente, espaços fundamentais de usufruto direto por parte da população já que são locais, por excelência, de acolhimento da prática de atividades físicas, de recreio e lazer.

Adicionalmente, a existência de áreas verdes contribui para reduzir a vulnerabilidade das zonas urbanas aos impactos das alterações climáticas, nomeadamente no que diz respeito ao aumento da frequência de ondas de calor e de episódios de cheias e inundações, contribuindo ainda para a redução dos níveis de CO₂ (captação e armazenamento de carbono).

INDICADORES SELECIONADOS:

- Espaços verdes públicos
- Extensão de ruas arborizadas

Espaços verdes públicos

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Área ocupada por jardins e espaços verdes, públicos e privados, de acesso ao público.

UNIDADE

m²/habitante

LEITURA DO INDICADOR

Sobretudo nas cidades mais densamente ocupadas, a existência de uma estrutura verde com dimensão e diversidade de espaços é fundamental para atenuar as agressões a que o ambiente urbano se encontra submetido.

O aumento de espaços verdes de acesso ao público – parques urbanos, jardins públicos, espaços verdes de proximidade, etc. – para além dos benefícios diretos que garante ao ambiente (melhoria da qualidade do ar, diminuição do ruído, permeabilização do solo urbano, etc.), traz igualmente enormes benefícios para a saúde e bem-estar dos cidadãos ao proporcionar maiores oportunidades de contacto com a natureza e de fruição de um tipo de espaço que estimula múltiplas atividades físicas, desportivas e de recreação.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2011, existiam na cidade do Porto cerca de 2.855.000 m² de espaços verdes de acesso ao público – públicos e privados – o que representava uma capitação de 12 m²/habitante e uma ocupação de cerca de 7% da área do concelho.

Comparando estes valores com os que foram obtidos no levantamento de informação realizado em 2007, não há a assinalar grandes mudanças. Com efeito, neste intervalo de tempo o incremento

da extensão de espaços verdes foi apenas de 3%, embora em termos qualitativos se tenham verificado alterações importantes no que diz respeito à tipologia de espaços oferecidos aos cidadãos. A categoria de espaços que mais se destacou foi a de *Parque Urbano* que cresceu cerca de 17% devido, principalmente, à conclusão da primeira fase do Parque Oriental (cerca de 10ha) localizado na freguesia de Campanhã.

Área verde pública segundo o tipo de espaço

2011

Tipologia de espaço	(milhares de m ²)
Estruturante	Parque Metropolitano
	699
	Parque Urbano
	555
Complementar	Jardim Emblemático
	242
	Verde Contínuo
	97
Complementar	Verde de Proximidade
	102
Complementar	Verde de Enquadramento
	1.160
Total de espaços verdes públicos	2.855

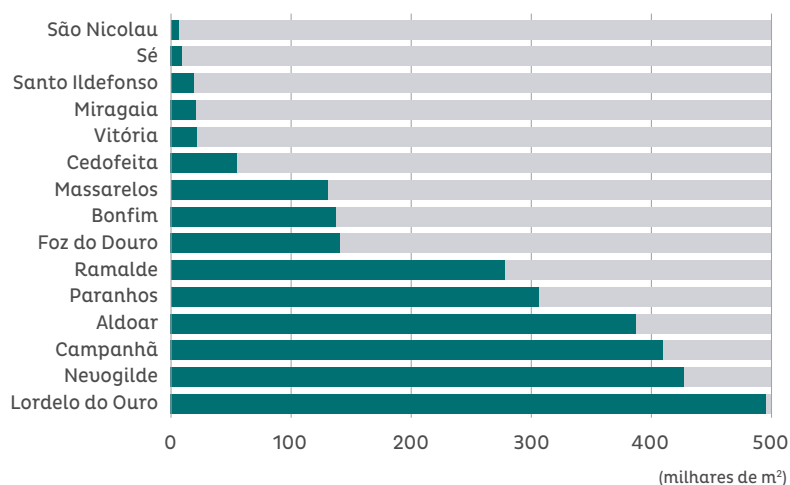
Fonte: CMP-DMASU-DMEVHP

Teve igualmente lugar a requalificação de um conjunto de jardins e espaços verdes da cidade - numa área superior a 37.000 m² -, tendo sido mais expressiva a evolução favorável nas áreas de *Verde de Enquadramento* (Bairro do Outeiro, por

exemplo), mas também em *Jardins Emblemáticos* (Campo 24 de Agosto, Jardim do Carregal, Praça do Marquês) e espaços da categoria de *Parque Urbano* (Quinta do Covelo).

Espaços verdes públicos

2011



Fonte: CMP-DMASU-DMEVHP

A distribuição espacial das áreas verdes pela cidade apresenta um padrão muito diferenciado. As maiores concentrações (área total superior a 250.000 m²) surgem nas freguesias da coroa exterior, onde se localizam os equipamentos de maiores dimensões (Parque da Cidade, Parque Oriental, Jardim de Serralves, Parque da Pasteleira, etc.) que totalizam mais de 81% do valor global.

Inversamente, no Centro Histórico e na Baixa, em resultado da própria densidade da edificação e consolidação da estrutura urbana, predominam espaços de menores dimensões, ainda que de enorme relevância paisagística e simbólica como é o caso de vários jardins históricos (Jardim da Cordoaria, Jardim S. Lázaro, etc.).

Extensão de ruas arborizadas

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Extensão total de ruas ou segmentos de ruas com árvores, no separador central ou nos passeios laterais.

UNIDADE

km

LEITURA DO INDICADOR

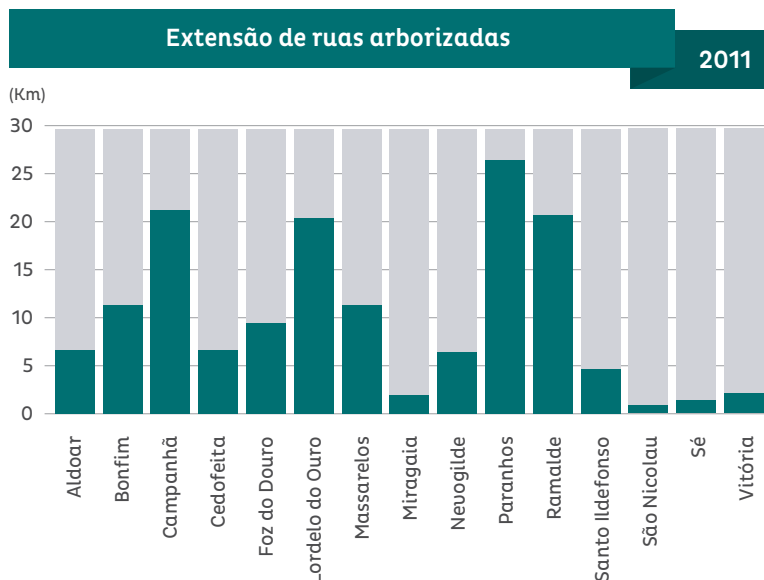
O reforço da extensão de ruas arborizadas corresponde a uma mais-valia em termos ambientais e paisagísticos, contribuindo para qualificar a estrutura verde da cidade, para atenuar a densidade do edificado e, ainda, para favorecer uma maior permeabilidade do espaço urbano.

Adicionalmente, a existência de ruas arborizadas proporciona um conjunto de outros benefícios para a cidade e seus residentes, designadamente, a melhoria da qualidade do ar, a redução dos níveis de CO₂ e a preservação da biodiversidade.

EVOLUÇÃO RECENTE

Elemento complementar da estrutura verde do espaço urbano, as ruas arborizadas apresentam atualmente na cidade do Porto um valor de 151 km de extensão linear, correspondente a uma proporção de cerca de 22% do total de arruamentos existentes. Relativamente a 2005, ano anterior

para o qual se dispõe de um levantamento exaustivo de dados, verifica-se que a variação total registada foi da ordem dos 9%, o que em termos absolutos representa um aumento de aproximadamente 12,3km de ruas arborizadas.



Fonte: CMP-DMASU-DMEVHP

A distribuição das ruas com árvores pela cidade reproduz a tendência associada às restantes categorias de espaços verdes, isto é, verifica-se uma maior concentração nas freguesias da coroa exterior. As freguesias com uma extensão de ruas com árvores superior a 20km (Paranhos, Campanhã, Ramalde e Lordelo do Ouro) representam cerca de 60% da totalidade de segmentos de ruas arborizadas da cidade. Em contrapartida o Centro Histórico, espaço urbano mais consolidado e com uma estrutura viária mais estabilizada, é a área

que apresenta o valor mais baixo, totalizando cerca de 5km de ruas com árvores (3% do total).

Em 2009, e de acordo com os dados do Programa de Arborização do município, o Porto apresentava um valor superior a 33 mil árvores cuja manutenção era da responsabilidade da autarquia local. Destas, a grande maioria (82%) tinha uma idade inferior a 30 anos e, apenas, 5% possuía mais de 60 anos. Nesse ano, existiam na cidade mais de 1.000 árvores com interesse de salvaguarda e cerca de 240 árvores classificadas.

ESPAÇOS VERDES - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

EEA (2009), Report No 5/2009, **Ensuring quality of life in Europe's cities and towns**, ed. European Environment Agency.

EEA (2010), **10 messages for 2010 - Urban ecosystems**, ed. European Environment Agency.

EEA (2010), **The European environment - state and outlook 2010 (SOER 2010): Urban environment**, ed. European Environment Agency.

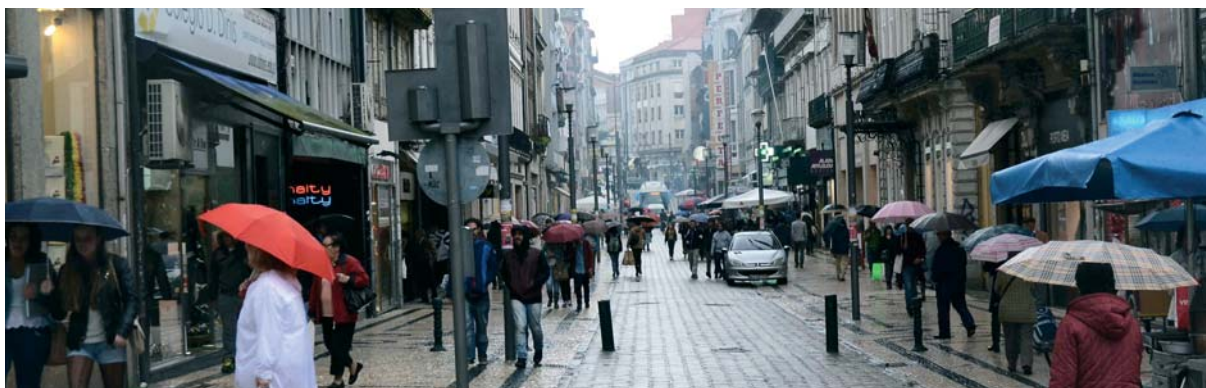
Fuller, R. A. and Gaston, K.J. (2009), The scaling of green space coverage in European cities *in* *Biology Letters*, vol. 5, n.º 3, pp. 352-355.

WHO (2010), **Urban planning, Environment and health - From evidence to policy action**, ed. World Health Organization /Regional Office for Europe.

SITES RELACIONADOS

<http://ec.europa.eu/environment>
<http://www.apambiente.pt>
<http://www.eea.europa.eu>
<http://www.euro.who.int>

CLIMA



Elementos climáticos como a precipitação, a insolação e a temperatura atmosférica condicionam, em primeira instância, a perceção que os cidadãos constroem do clima urbano e, consequentemente, marcam a própria imagem e atratividade da cidade.

Pelas suas características morfológicas, por constituírem espaços altamente artificializados e pelo conjunto de atividades que concentram, o clima nas áreas urbanas apresenta um conjunto de particularidades que importa conhecer e acompanhar pelo impacto que têm, quer no planeamento e gestão destes territórios, quer na qualidade de vida dos seus residentes e utilizadores.

Nos últimos anos tem vindo a ganhar projeção crescente a problemática das alterações climáticas, a cujos efeitos as cidades se apresentam particularmente vulneráveis, nomeadamente, pelas elevadas densidades populacionais que registam e pela influência que exercem no próprio clima urbano. Estas mudanças climáticas constituem um desafio acrescido para a gestão urbana, pelos riscos que acarretam (aumento e intensidade da ocorrência de fenómenos extremos) e pela necessidade de uma resposta estratégica de mitigação e adaptação que integre necessariamente múltiplos setores.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Dias com registo de precipitação
- Média diária de horas de sol
- Temperatura média mensal:
 - do mês mais frio
 - do mês mais quente

Dias com registo de precipitação

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Dias com registo de precipitação.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

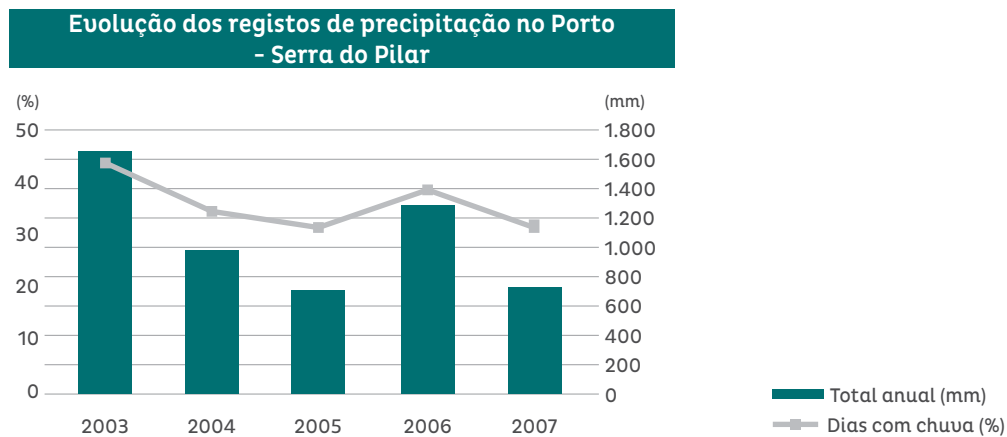
Um elevado valor de dias com precipitação tende a influenciar negativamente a qualidade de vida de uma cidade e dos seus cidadãos, quer pelas suas implicações ao nível físico, quer pelo seu impacto ao nível psicológico, condicionando, nomeadamente, o usufruto do próprio espaço urbano, a vida ao ar livre, a mobilidade e a animação urbana.

Para além desta perspetiva relacionada com o conforto climático que marca o quotidiano das populações, o acompanhamento deste indicador é crucial para se enquadrar a evolução de tendências numa lógica de ocorrência de fenómenos extremos – esses sim, grandes ameaças ao bem-estar das populações –, possibilitando a adoção de medidas com vista à mitigação dos impactos das alterações climáticas.

EVOLUÇÃO RECENTE

No intervalo temporal 2003-2007, a quantidade de dias que ao longo do ano registaram precipitação apresentou decréscimos sucessivos, à excepção do ano de 2006 em que esta tendência foi interrompida. Em 2007 a proporção de dias com precipitação correspondeu a 32%.

Neste período, quando efetuada uma avaliação sazonal do indicador, destacam-se o inverno de 2004/05 – considerado extremamente seco com apenas 22% de dias com chuva – e os verões de 2003 e 2007, por serem os mais chuvosos, com mais de 25% dos dias com registos de precipitação.



Fonte: IM

Analisados, por outro lado, os valores da precipitação total anual ocorridos no mesmo intervalo temporal, constata-se que a diminuição foi ainda mais acentuada (taxa de variação média de -13% ao ano).

Os anos de 2005 e 2007 foram os que observaram os menores valores de precipitação total anual (693mm e 725mm), valores muito inferiores aos que figuram nas normais climatológicas para a cidade (Porto S. Pilar 1971/2000), na ordem dos 1.254mm. Os Invernos destes anos foram considerados extremamente secos.

Em contrapartida, destacou-se o ano de 2003 por ter sido o mais chuvoso do período, com um total de 1.653mm, ou seja, 32% acima do valor de

referência atrás indicado. É de referir também que no período em análise se registaram em alguns meses de inverno valores diários de precipitação muito elevados, com ocorrência de cheias e inundações (por exemplo, novembro de 2006).

Apesar da análise se limitar a um período temporal limitado, os dados analisados revelam um comportamento de grande irregularidade interanual deste parâmetro climático, com uma tendência de decréscimo quando se estabelecem comparações com os valores padrão das normais climatológicas. Indicam igualmente uma maior propensão para a ocorrência de fenómenos extremos, quer períodos de seca, quer de precipitação intensa, o que justifica atenções acrescidas com a monitorização deste tipo de indicadores.

Média diária de horas de sol

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Valor médio de horas de sol por dia.

UNIDADE

nº

LEITURA DO INDICADOR

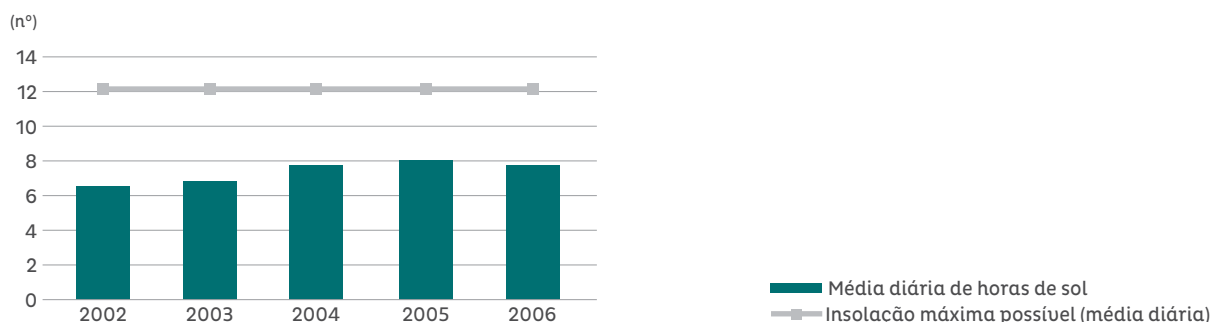
Um elevado valor médio de horas de sol influencia positivamente a qualidade de vida numa cidade, contribuindo decisivamente para o bem-estar psíquico das pessoas, além de propiciar a prática de um leque mais vasto de atividades ao ar livre.

EVOLUÇÃO RECENTE

Entre 2002 e 2006 verificou-se um ligeiro aumento da insolação na cidade do Porto, tendo o número de horas de sol por dia registado valores

médios de 6,5 em 2002 e 7,7 em 2006. Neste quinquénio o aumento médio anual foi de cerca de 5%.

Evolução dos registos de insolação no Porto - Serra do Pilar



Fonte: UP-IG

Analisando os valores mensais de insolação, constata-se que no período em análise ocorreram variações significativas. Os máximos foram registados em julho e agosto de 2006, com 343 e 351 horas de sol no mês (média de cerca de 11 horas por dia) e os mínimos em novembro e dezembro de 2002, com valores na ordem das 95 horas por mês (cerca de 3 horas diárias em média).

Contrariamente ao que seria expectável, verificaram-se meses de verão em que a insolação foi particularmente baixa (por exemplo, em junho de 2002, em que cerca de 23% dos dias registaram menos de 3 horas de sol por dia) e meses de inverno com valores de insolação superiores aos valores médios de referência para a estação do ano (janeiro e fevereiro de 2005, que apresentaram cerca de 48% e 79% dos dias com mais de 9 horas de sol por dia).

Temperatura média mensal

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Valor médio mensal da temperatura média do ar, do mês mais frio e do mês mais quente.

UNIDADE

°C

LEITURA DO INDICADOR

O registo de invernos amenos, sem ocorrências de dias de muito frio nem de grande variabilidade da temperatura média, contribui positivamente para melhores níveis de bem-estar e conforto das populações.

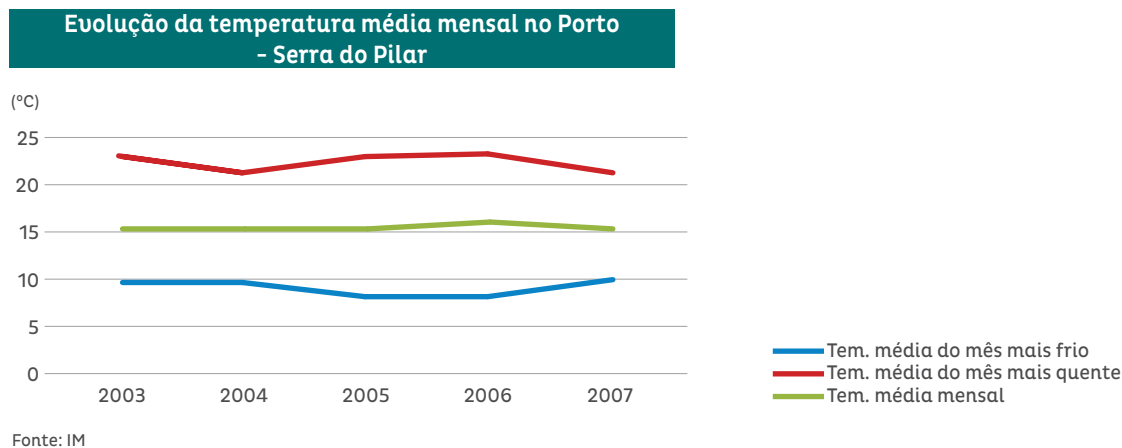
Contrariamente, a observação de verões muito quentes, com ocorrências de ondas de calor e com grande variabilidade da temperatura média, contribui negativamente para o bem-estar dos indivíduos, podendo mesmo colocar em risco a sua saúde.

A monitorização deste indicador permite, assim, obter um melhor conhecimento das tendências registadas e dos fenómenos extremos, necessário para a adoção de medidas tendo em vista a adaptação/redução dos impactos das alterações climáticas.

EVOLUÇÃO RECENTE

A análise das temperaturas médias anuais observadas nos últimos anos na cidade do Porto permite constatar uma estabilidade dos valores médios da temperatura do ar, embora a linha de tendência se situe significativamente acima dos

valores padrão. Neste período, o valor máximo foi atingido em 2006 (16,1°C), temperatura claramente acima do valor médio de 14,7°C referente às normais climatológicas do Porto/Serra do Pilar de 1971/2000.



Numa análise sazonal das temperaturas médias destacam-se os verões de 2003 a 2006 que estão entre os mais quentes desde 1931, com desvios face à média (1971-2000) que atingiram o valor máximo de 2,6°C em 2006 (ano em que ocorreram várias ondas de calor) e os invernos de 2004/05 e 2005/06 em que se registaram ondas de frio e longos períodos de temperaturas inferiores aos valores normais. As temperaturas médias destes invernos atingiram valores próximos dos 9°C. De um modo geral, estes últimos cinco anos foram também caracterizados por primaveras e outonos mais quentes.

Relativamente aos valores mensais das tempera-

turas médias observadas no período em análise verifica-se a existência de alguma variabilidade interanual, quer da temperatura média do mês mais quente, quer do mês mais frio, com registos de desvios consideráveis face aos valores médios. Consta-se a ocorrência de períodos anormalmente quentes e frios.

Estas tendências, que têm sucedido na última década com maior frequência e intensidade, principalmente no que se refere à observação de ondas de calor, são particularmente relevantes pelos riscos que acarretam para a saúde humana, que podem ir desde uma simples desidratação a um grave golpe de calor.

CLIMA – Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

APA (2010), **Relatório do Estado do Ambiente 2009**, ed. Agência Portuguesa do Ambiente.
CE (2009), **Livro Branco – Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de acção europeu**, ed. Comissão Europeia.
DGOTDU (2009), **Alterações Climáticas e Desenvolvimento Urbano** – Série Política de Cidades 4, ed. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
EEA (2010), **The European environment – state and outlook 2010 (SOER 2010): Adapting to climate change**, ed. European Environment Agency.
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (RCM n.º 24/2010).
F. D. Santos, K. Forbes, R. Moita (2001) (editores), **Mudança climática em Portugal**. Cenários, impactos e medidas de adaptação – SIAM. Sumário executivo e conclusões, Gradiva, Lisboa.
IM (s.d.), **Análise Climatológica da Década 2000-2009** (Relatório preliminar), ed. Instituto de Meteorologia.
Monteiro, Ana (2007), **As cidades e a precipitação – como medir uma relação cada vez mais conflituosa**, in *Inforgeo 22/23 Riscos e Ambiente*.
Programa Nacional para as Alterações Climáticas – PNAC 2006 (RCM n.º 104/2006).

SITES RELACIONADOS

<http://www.apambiente.pt>
<http://ec.europa.eu/climateaction>
<http://www.eea.europa.eu>
<http://www.euro.who.int>
<http://www.meteo.pt>

RUÍDO



As questões relacionadas com o ruído ambiente, principalmente nos centros urbanos, têm merecido cada vez mais atenção por parte das autoridades públicas na medida em que a crescente exposição das pessoas a elevados níveis de ruído contribui negativamente para o seu bem-estar, podendo mesmo tornar-se num problema de saúde pública.

Nas cidades, o tráfego automóvel é o principal responsável pelas emissões sonoras, muito embora certas atividades económicas sejam também fontes geradoras de níveis de incomodidade consideráveis.

O registo de elevados valores de intensidade de ruído exterior, em que os níveis de conforto acústico são ultrapassados de uma forma contínua e prolongada, tem implicações significativas nas atividades diárias e na saúde dos cidadãos. Os níveis de sobre-exposição a que estão sujeitos no seu dia a dia constituem fatores de risco para determinadas doenças, não só a nível físico (lesões auditivas) e fisiológico (problemas cardiovasculares, etc.) mas também a nível psicológico (distúrbios de sono, stress, fadiga, etc.).

INDICADORES SELECIONADOS:

- População sobre-exposta a níveis de ruído noturno
- Reclamações entradas na CMP por motivos de ruído

População sobre-exposta a níveis de ruído noturno

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

População residente exposta a níveis de ruído noturno (L_n) maior ou igual a 55 dB(A).

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

Como principais fontes de ruído nos centros urbanos são apontados o tráfego rodoviário, ferroviário e aéreo e a existência de instalações industriais. Quanto maior for o ruído exterior maiores serão as ameaças à degradação do ambiente urbano e à qualidade de vida das populações.

É assim fundamental monitorizar não só os níveis de ruído nas principais artérias da cidade como, também, quantificar a população residente exposta a esses níveis de incomodidade sonora, sobretudo durante a noite, período durante o qual as perturbações do sono provocadas pelo ruído acarretam um vasto conjunto de problemas de saúde.

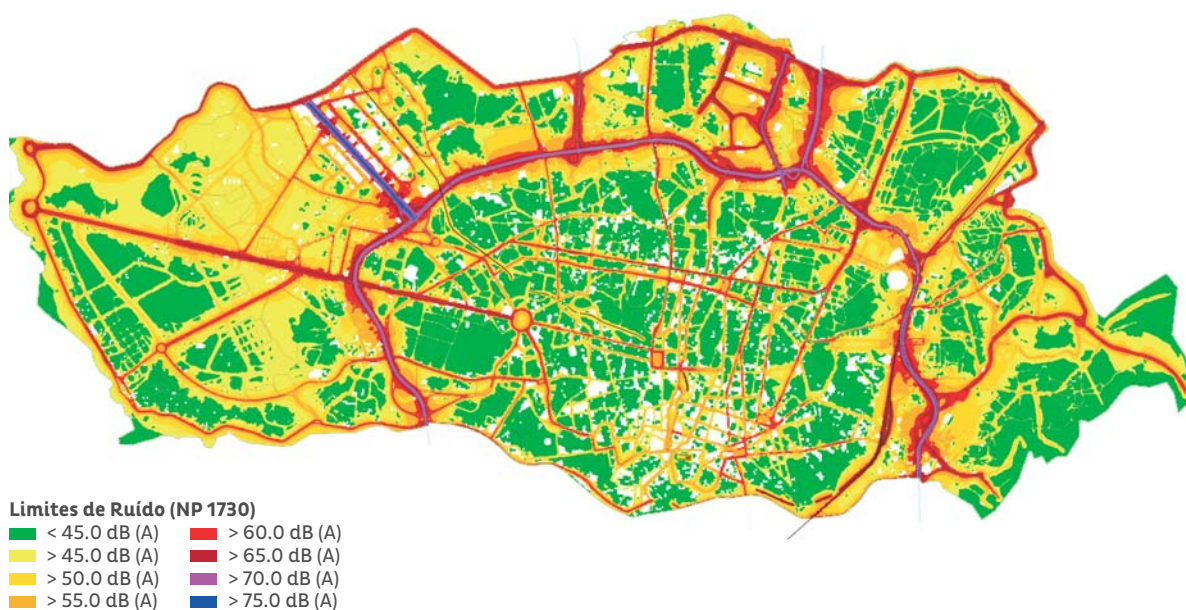
EVOLUÇÃO RECENTE

De acordo com a informação do *Mapa Estratégico de Ruído da cidade do Porto* de 2009, durante o período noturno (das 23 às 7 horas) - aquele onde é mais crítica a sobre-exposição a níveis de ruído acima dos valores permitidos - cerca de 25,6% da população encontrava-se exposta a níveis de

ruído que ultrapassavam o limiar estabelecido por lei (superior ou igual a 55 dB(A)). Este valor justifica uma atenção particular, não só em termos quantitativos, mas sobretudo por se tratar de níveis de sobre-exposição durante a fase de descanso noturno.

Mapa de ruído – Período Noturno

2009



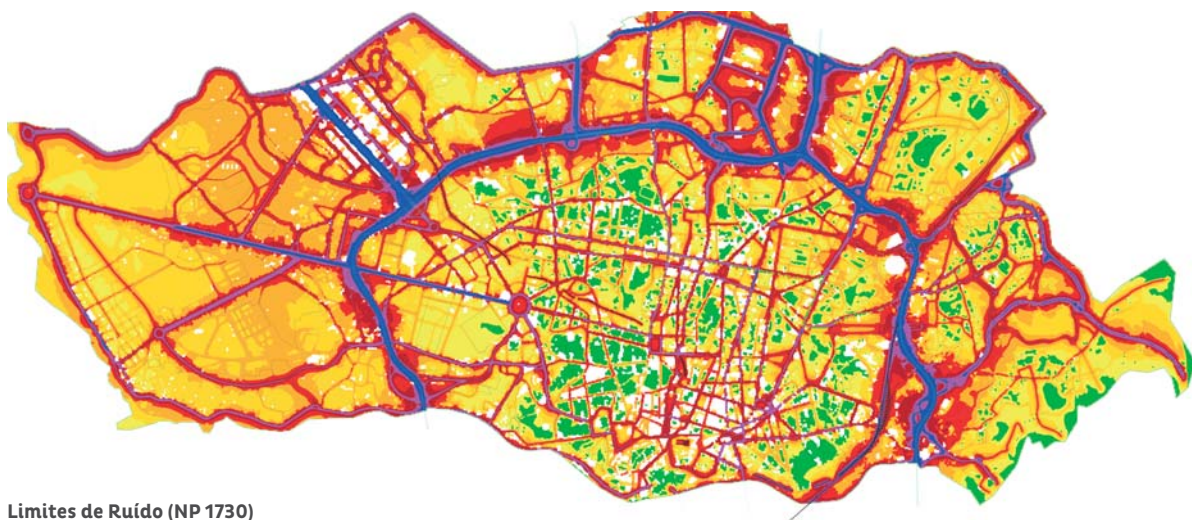
Fonte: CMP-DMASU-GA

Por comparação, durante o período Diurno-Entardecer-Noturno (das 7 às 23 horas) era ligeiramente inferior a população residente em zonas de sobre-exposição (superior ou igual a 65 dB(A)): cerca de 62 mil indivíduos (23,7%). Importa referir, contudo, que para o cálculo deste valor apenas foi possível contabilizar a população residente e não a população utilizadora da cidade.

Neste período do dia, quando os níveis de conforto acústico são ultrapassados de uma forma contínua e prolongada, produzem-se igualmente efeitos negativos na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

Mapa de ruído – Período Diurno-Entardecer-Noturno

2009



Limites de Ruído (NP 1730)

■ < 45.0 dB (A)	■ > 60.0 dB (A)
■ > 45.0 dB (A)	■ > 65.0 dB (A)
■ > 50.0 dB (A)	■ > 70.0 dB (A)
■ > 55.0 dB (A)	■ > 75.0 dB (A)

Fonte: CMP-DMASU-GA

No caso do Porto o tráfego rodoviário assume particular importância, não só pela sua grande densidade, mas também pela existência de grandes vias no interior da cidade que propiciam elevadas velocidades e volumes de tráfego. De um modo geral, é junto às principais vias de

comunicação que se verificam os maiores níveis de ruído, em qualquer período do dia. Para além disso, destaca-se igualmente o efeito do corredor aéreo do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, a afetar sobretudo a zona ocidental da cidade.

Reclamações entradas na CMP por motivos de ruído

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Reclamações entradas na CMP por motivos de ruído. Inclui essencialmente os seguintes tipos de causas: atividades ruidosas temporárias (festividades, eventos, ...), atividades ruidosas permanentes (estabelecimentos de restauração e bebidas e outros estabelecimentos comerciais) e obras de construção civil.

UNIDADE

nº

LEITURA DO INDICADOR

O número de reclamações por motivos de incomodidade sonora reflete uma exigência por parte dos cidadãos pelo cumprimento das normas em vigor que visam salvaguardar o seu direito a um ambiente acústico de qualidade, que proporcione bem-estar e conforto.

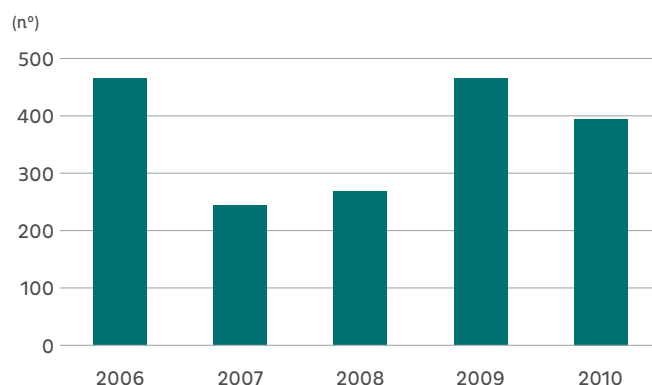
Com este indicador pretende-se efetuar uma análise evolutiva do ambiente sonoro na cidade a partir da iniciativa dos cidadãos de protegerem a qualidade do seu ambiente de proximidade, pelo que um aumento do seu valor sinalizará impactos desfavoráveis em termos do bem-estar coletivo.

EVOLUÇÃO RECENTE

A evolução das reclamações por motivos de ruído constitui um indicador que tenta aferir de que forma a população residente é perturbada pelas condições sonoras da cidade. No período analisado esta medida não surge associada a uma linha de tendência única. Depois de uma quebra acen-

tuada das denúncias anuais efetuadas nos anos de 2007 e 2008, em 2009 foi retomado o valor do início da série de cinco anos analisada, tendo em 2010 decrescido novamente o número para um valor próximo das 400 reclamações.

**Evolução do número de reclamações entradas na
C.M. Porto por motivos de ruído**



Fonte: CMP-DMASU-GA

A interpretação destes valores tem, contudo, de ser feita com grandes cautelas na medida em que uma atitude mais ou menos participativa por par-

te dos cidadãos constitui, ela própria, uma variável capaz de interferir na trajetória do indicador.

RUÍDO – Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

APA (2007), **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal**, ed. Agência Portuguesa do Ambiente.
APA (2010), **Relatório do Estado do Ambiente 2009**, ed. Agência Portuguesa do Ambiente.
CMP/UP (2010), **Mapa Estratégico de Ruído da cidade do Porto**.
CMP/UP (2010), **Plano Municipal de Redução de Ruído do Concelho do Porto** (versão de trabalho).
EEA (2010), **The European environment – state and outlook 2010 (SOER 2010): Urban environment**, ed. European Environment Agency.
IA (2004), **O ruído e a cidade**, ed. Instituto do Ambiente.
WHO (2007), **Quantifying burden of disease from environmental noise: Second technical meeting Report**, ed. World Health Organization Regional Office for Europe.
WHO (2009), **Night noise guidelines for Europe**, ed. World Health Organization Regional Office for Europe.

SITES RELACIONADOS

<http://www.apambiente.pt>
<http://www.ec.europa.eu/environment>
<http://www.eea.europa.eu>
<http://www.euro.who.int>

QUALIDADE DO AR



Índices elevados de poluentes atmosféricos constituem uma grave ameaça à qualidade de vida quotidiana dos cidadãos.

Os problemas associados à qualidade do ar assumem cada vez maior importância, principalmente nos grandes centros urbanos, onde os níveis de poluição chegam a atingir valores preocupantes que colocam em risco a saúde humana, contribuindo significativamente para um aumento de certas patologias (diminuição da função pulmonar, aumento das doenças respiratórias e de doenças relacionadas com a radiação ultravioleta e diminuição da esperança média de vida).

Adicionalmente, fenómenos como os das alterações climáticas, não só têm um impacto negativo na qualidade do ar (acumulação e aumento de poluentes), como ainda potenciam os efeitos de diversos poluentes, gerando um risco adicional para a saúde.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Dias com Índice de Qualidade do Ar Bom ou Muito Bom
- Dias com excedências de PM10

Dias com Índice de Qualidade do Ar Bom ou Muito Bom

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Dias com Índice de Qualidade do Ar *Bom* ou *Muito Bom* (IQAr). O Índice de Qualidade do Ar é uma classificação do estado da qualidade do ar, obtido em função das medições dos poluentes englobados nesta medida, e varia numa escala com cinco níveis entre *Muito Bom* e *Mau* (adaptado de APA).

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

Os níveis de poluição atmosférica registados nos centros urbanos tendem a ser elevados e têm como principais responsáveis os transportes rodoviários e a combustão doméstica. A estes efeitos acrescem ainda condicionantes climatéricas que, ao não favorecerem a dispersão dos gases, contribuem para uma elevada concentração de poluentes, com efeitos nefastos para a saúde e ambiente.

A monitorização da qualidade do ar na cidade é um instrumento fundamental na medida em que permite avaliar os níveis de concentração dos poluentes na atmosfera e acompanhar a evolução da exposição da população às emissões, possibilitando a identificação das áreas com maior necessidade de intervenção ao nível da redução da poluição e da melhoria da qualidade do ar.

EVOLUÇÃO RECENTE

Com algumas oscilações, a qualidade do ar na cidade do Porto tem vindo a registar significativas melhorias nos últimos anos. A percentagem de

dias com Índice de Qualidade do Ar *Bom* ou *Muito Bom* passou de 43%, em 2005, para cerca de 74%, em 2009.

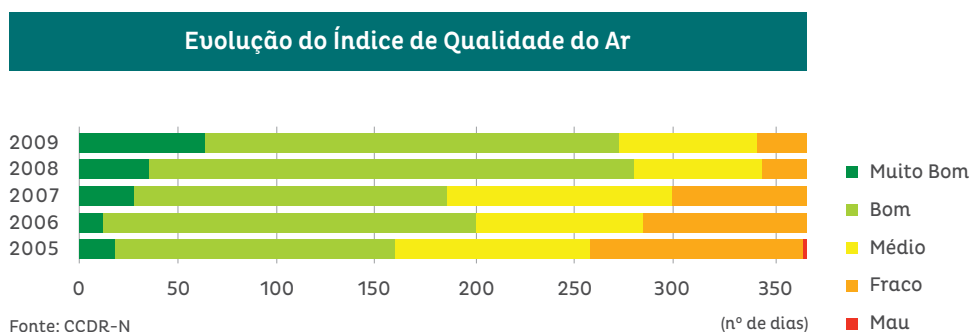


Fonte: CCDR-N

Os dados do índice global da cidade, cujo valor diário depende da pior classificação dos poluentes considerados¹, têm por base as observações efetuadas nas estações de monitorização da rede local. Nos anos em análise esta era constituída pelas estações das Antas, Boavista e Sobreiras (esta última, desde 2007).

lidade do ar, que representavam cerca de 30% em 2005 e 7% em 2009, e mesmo uma ausência de dias com um nível de má qualidade do ar nos últimos 2 anos. A mesma tendência de decréscimo foi verificada nos dias com classificação *Médio*, embora continue ainda a deter um peso significativo no total de registos (cerca de 20% dos dias em 2009).

Neste período registou-se uma clara diminuição dos dias com um nível *Fraco* do índice de qua-



Fonte: CCDR-N

Na maior parte das situações, são as partículas finas (PM10) e o Ozono (O₃) os poluentes que mais

contribuem para a degradação dos níveis de qualidade do ar.

¹ "São cinco os poluentes englobados no índice de qualidade do ar apresentado: o dióxido de azoto (NO₂), o dióxido de enxofre (SO₂), o monóxido de carbono, medido segundo a média registada durante 8h consecutivas (CO 8h), o ozono (O₃) e as partículas inaláveis ou finas, cujo diâmetro médio é inferior a 10 microns (PM10)." APA

Dias com excedências de PM10

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Dias com excedências de partículas em suspensão (PM10), registados nas estações de medição da qualidade do ar da cidade do Porto (valor máximo). Trata-se de excedências ao valor limite de base diária ($50 \mu\text{g}/\text{m}^3$) para proteção à saúde humana.

UNIDADE

nº

LEITURA DO INDICADOR

A exposição a elevadas concentrações de partículas inaláveis finas, de diâmetro médio inferior a 10 micron (PM10), comporta riscos consideráveis para a saúde humana, dos quais se destacam, entre outros, a diminuição da esperança média de vida, o aumento de doenças do foro respiratório e danos no sistema imunitário primário.

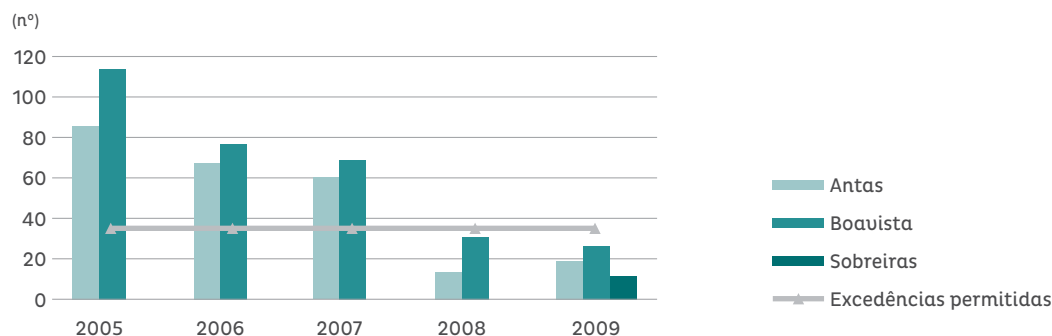
Tratando-se de um dos principais poluentes atmosféricos com efeitos prejudiciais para a saúde importa acompanhar a evolução da sua concentração na atmosfera e, em particular, em que medida o valor limite de base diária para a proteção da saúde humana ($50 \mu\text{g}/\text{m}^3$) é excedido.

EVOLUÇÃO RECENTE

A análise das excedências de PM10 permite aferir em que medida o valor limite à proteção da saúde humana está a ser ultrapassado. Desde 2005, todas as estações de medição da cidade têm vindo a registar uma clara diminuição do número de dias em que este limiar não é cumprido. Nos últimos 2

anos em análise, as situações de incumprimento do valor limite de base diária não chegaram a atingir, em nenhuma estação da cidade, o valor anual de 35 dias de excedências permitido pela legislação em vigor.

Evolução dos dias com registos de excedências de PM10



Fonte: CCDR-N

Como principais fontes de origem de emissão das PM10 em áreas urbanas podem ser apontados o tráfego automóvel, a combustão residencial (lareiras) e as obras de construção civil. Para além destas, a ocorrência de eventos naturais como ventos que transportam as poeiras provenientes do norte de África (Saara) e de incêndios florestais

nas proximidades da cidade, pode ainda contribuir para as emissões de PM10. É de referir que a partir de 2005 a ocorrência destes eventos naturais deixou de contribuir para as excedências de PM10, não sendo contabilizado o valor registado nas estações de monitorização associado a este tipo de causa.

QUALIDADE DO AR – Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

APA (2007), **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal**, ed. Agência Portuguesa do Ambiente.

APA (2008), **Evolução da qualidade do ar em Portugal entre 2001 e 2005** - Relatório, ed. Agência Portuguesa do Ambiente.

CCDR-N (2010), **Avaliação da Qualidade do Ar na Região Norte em 2008**, ed. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

CCDR-N/UA (2008), **Planos e programas para a melhoria da qualidade do ar na Região Norte: uma visão para o período 2001-2006** - Relatório R1, ed. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte/Universidade de Aveiro.

CCDR-N/UNL (2009), **Reavaliação das Zonas e Aglomerações da Região Norte**, ed. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte/Universidade Nova de Lisboa.

EEA (2010), **The European environment – state and outlook 2010 (SOER 2010): Air pollution**, ed. European Environment Agency.

Estratégia temática sobre a poluição atmosférica (CE, 2005).

Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região Norte (Despacho n.º 20762/2009).

SITES RELACIONADOS

<http://www.apambiente.pt>
<http://www.ccdr-n.pt>
<http://www.ec.europa.eu/environment/air/>
<http://www.eea.europa.eu>
<http://www.euro.who.int>
<http://www.qualar.org>

ÁGUA



A água é um recurso natural essencial a todas as formas de vida e ao desenvolvimento das atividades económicas, assumindo a sua disponibilidade e qualidade um papel fundamental para a saúde e qualidade de vida dos cidadãos.

Por se tratar de um recurso escasso e limitado, as preocupações com a proteção e uma gestão mais eficiente e racional da água têm vindo a ser enquadradas em políticas e programas (nacionais e comunitários), com o objetivo de assegurar, designadamente, uma utilização mais sustentável, uma redução dos níveis de poluição e uma melhoria dos sistemas de abastecimento de água para consumo e gestão de águas residuais.

Acresce ainda a preocupação quanto à sua disponibilidade futura, em qualidade e quantidade suficiente para consumo, face aos cenários climáticos previstos, associados, por exemplo, ao aumento da temperatura e da variabilidade da precipitação.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Registos com qualidade da água balnear Boa
- Consumo doméstico de água

Registos com qualidade da água balnear Boa

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Análises com Qualidade da Água Balnear *Boa*. A classificação é obtida em função de análises laboratoriais efetuadas e pode variar entre as categorias *Boa*, *Aceitável* e *Má*.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

A avaliação da qualidade da água balnear tem como objetivo principal averiguar se esta não coloca em risco a saúde humana, dado que as praias são locais de grande atração de populações para a prática das mais diversas atividades de desporto, recreio e lazer.

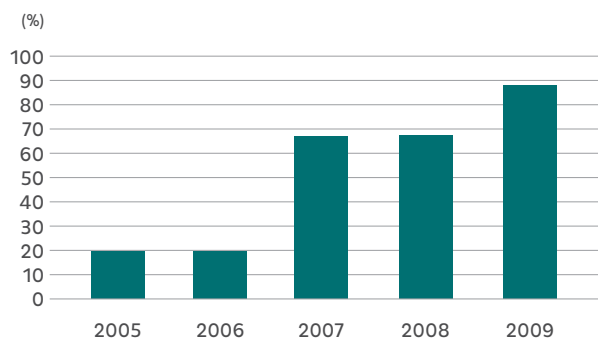
O cumprimento dos limiares estabelecidos para os vários parâmetros medidos nas análises efetuadas à qualidade das águas balneares é um dos objetivos a atingir em termos ambientais e de saúde pública. A conformidade com a norma de qualidade está, frequentemente, dependente da existência de sistemas de tratamento das águas residuais e de fontes emissoras de poluição nas proximidades das praias.

EVOLUÇÃO RECENTE

A utilização de uma zona balnear por parte das populações exige uma boa qualidade da sua água. A monitorização deste indicador permite constatar

que a qualidade da água balnear nas praias da cidade melhorou substancialmente nos últimos anos.

Evolução dos registos com qualidade da água balnear Boa



Fonte: INAG

Em 2005 e 2006 apenas foram efetuadas análises nas águas balneares da praia de Gondarém, tendo 20% das análises obtido a classificação *Boa*. Nestes anos, a praia de Castelo do Queijo encontrava-se interdita à prática balnear, não tendo sido disponibilizados dados de análises para esta praia. Em 2009, ano em que passaram a ser analisadas também as águas das praias da Foz e Homem do Leme, a percentagem de análises com *Boa* qualidade atingia já os 88%, sendo de

registar que neste ano foram galardoadas estas duas praias com a Bandeira Azul da Europa, ambas com a totalidade das análises com este nível de classificação.

Esta evolução positiva é em grande parte resultado das obras que têm sido efetuadas nos sistemas de saneamento e de águas pluviais, principalmente na zona ocidental da cidade, que têm desviado as águas pluviais e residuais diretamente do meio recetor para tratamento na ETAR de Sobreiras.

Consumo doméstico de água

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Volume de água consumido na rede pública para fins domésticos.

UNIDADE

m³/habitante

LEITURA DO INDICADOR

Tratando-se de um recurso limitado, a preocupação com uma utilização mais racional e eficiente da água é crescente por parte das políticas públicas, bem como da sociedade em geral, no quadro de uma relação equilibrada entre os padrões de qualidade de vida e de desenvolvimento socioeconómico e os princípios de um desenvolvimento sustentável.

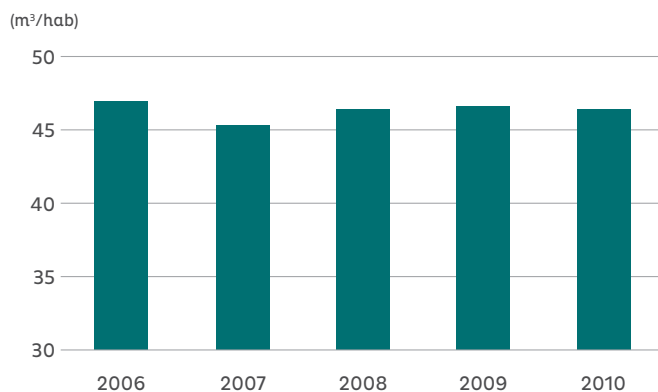
São múltiplos os benefícios de uma utilização racional deste recurso. Em termos ambientais, esta passa, desde logo, por um melhor aproveitamento, preservação e conservação, conseguindo-se deste modo, adicionalmente, reduções no consumo de energia e na produção de águas residuais.

Em termos económicos, as vantagens da redução do consumo através do uso mais eficiente deste recurso vital e estratégico passam pela diminuição dos encargos financeiros, quer para os cidadãos, quer para os municípios e entidades gestoras.

EVOLUÇÃO RECENTE

O consumo doméstico de água na cidade do Porto apresentou, entre 2006 e 2010, um comportamento relativamente estável, atingindo-se no último ano um consumo médio anual de 46m³/habitante.

Evolução do consumo doméstico de água



Fonte: Águas do Porto/cálculos CMP-GEP

Quando analisada a capitação diária da água consumida comparativamente com outros âmbitos geográficos, constata-se que o Porto apresentava, em 2008, um consumo médio de

127 l/habitante/dia, valor inferior ao verificado no Grande Porto e no continente nesse ano (140 e 133 l/habitante/dia, respetivamente).

ÁGUA – Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

APA (2007), **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal**, ed. Agência Portuguesa do Ambiente.
EEA (2010), **The European environment – state and outlook 2010 (SOER 2010): Water resources: quantity and flows**, ed. European Environment Agency.
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, (RCM n.º 113/2005).
WHO (2010), **Health and Environment in Europe: Progress Assessment**, ed. World Health Organization Regional Office for Europe.

SITES RELACIONADOS

<http://www.apambiente.pt>
<http://www.ec.europa.eu/environment/water>
<http://www.eea.europa.eu>
<http://www.euro.who.int>
<http://www.inag.pt>
<http://www.snirh.pt>

ENERGIA



É nas cidades que as questões relacionadas com a eficiência energética se colocam com maior pertinência, pela quantidade de pessoas e atividades que concentram e, consequentemente, pelos níveis de consumo que representam. São estes territórios que enfrentam, por isso, os maiores desafios em termos energéticos, quer na redução dos gastos e na alteração de comportamentos, quer numa escolha mais responsável das fontes utilizadas.

Em termos globais, são igualmente relevantes as preocupações com a redução das emissões de gases com efeitos de estufa (GEE) e com o aumento da segurança do abastecimento e da independência energética.

Neste sentido, as estratégias energéticas atuais apontam para um aumento da produção das energias renováveis e para uma utilização mais racional e eficiente da energia, com vista a um consumo mais sustentável em termos ambientais e económicos.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Consumo doméstico de energia elétrica
- Autocarros que usam energias alternativas

Consumo doméstico de energia elétrica

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Consumo doméstico de energia elétrica.

UNIDADE

KWh/habitante (milhares)

LEITURA DO INDICADOR

O consumo doméstico de energia elétrica, cuja origem ainda predominantemente fóssil comporta elevados custos energéticos e ambientais, tem vindo a manter níveis muito elevados.

As atuais estratégias para o setor residencial passam, sobretudo, por um aumento da taxa de incorporação das energias renováveis na produção de eletricidade, por um melhor desempenho energético dos edifícios e equipamentos elétricos e por incentivos a atitudes e comportamentos mais eficientes por parte dos cidadãos, com o objetivo de reduzir os níveis de consumo atuais e respetivas emissões de CO₂ e de se atingirem patamares de consumo ambientalmente sustentáveis.

Neste sentido, através da análise deste indicador, pretende-se acompanhar o nível de desempenho das medidas de eficiência energética implementadas.

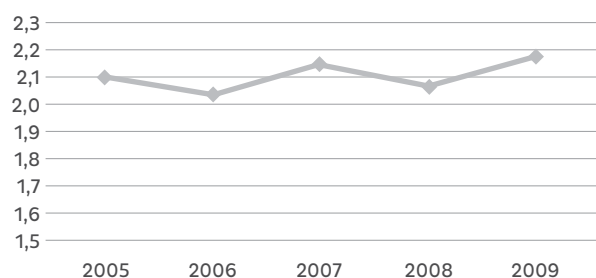
EVOLUÇÃO RECENTE

O consumo doméstico de energia elétrica por habitante no Porto registou nos últimos anos uma ligeira flutuação interanual tendo-se verificado, no período 2005-2009, um crescimento médio que

não ultrapassou 1% ao ano. Em 2009 foi atingida uma procura de 2,2 milhares de kWh/habitante de consumo doméstico.

Evolução do consumo doméstico de energia elétrica

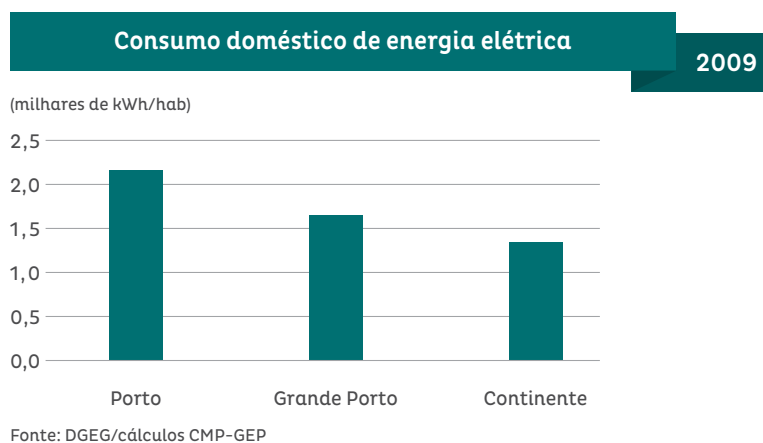
(milhares de kWh/hab)



Fonte: DGEG/cálculos CMP-GEP

Quando efetuada uma análise comparativa com outros âmbitos geográficos, constata-se que o Porto apresenta valores de consumo elevados: em 2009, a capitação concelhia era cerca de 60% superior ao valor médio do continente. Entre os fatores que explicam estas discrepân-

cias de consumo contam-se, designadamente, a histórica preponderância no Porto do recurso à energia elétrica e o facto de a introdução do gás natural no sistema energético da cidade ser ainda recente.



Estes elevados níveis de consumo registados no Porto são tanto mais preocupantes quando se tem em conta os múltiplos impactos negativos associados, que vão desde os consideráveis gastos em

termos de energia para satisfazer as necessidades de abastecimento até às emissões significativas de gases com efeitos de estufa.

Autocarros que usam energias alternativas

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Autocarros de transporte público urbano de passageiros que usam energias alternativas, como por exemplo o gás natural. Inclui apenas os autocarros da frota da STCP.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

O setor dos transportes é atualmente responsável por níveis de consumo superiores a 1/3 do total de energia final, representando os combustíveis fósseis a quase totalidade deste consumo. O transporte rodoviário detém a quota mais significativa dentro deste setor.

No sentido de inverter esta realidade, as medidas de política que têm vindo a ser adotadas passam, entre outras, pela introdução de fontes de energia alternativas, pelo aumento da eficiência energética e ambiental dos veículos e pela transferência de passageiros do transporte individual para o transporte público.

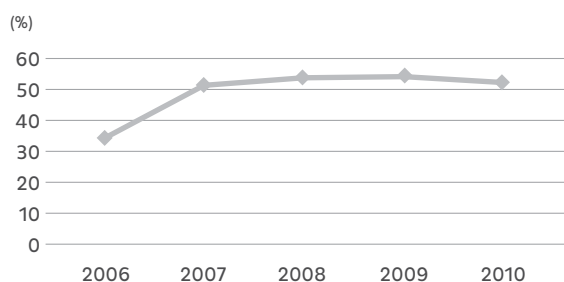
Este indicador permite uma leitura sobre o esforço de implementação de medidas tendentes à substituição de veículos movidos a gasóleo por veículos movidos a gás natural no que diz respeito ao transporte público rodoviário, com o objetivo de tornar o consumo energético mais eficiente e menos poluente, contribuindo para a redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e, consequentemente, para um ambiente mais sustentável.

EVOLUÇÃO RECENTE

A ampliação da frota de veículos consumidores de energias alternativas no Porto registou um crescimento significativo nos últimos 5 anos. Em 2010,

o número de autocarros movidos a gás natural atingia os 255, valor correspondente a 52% do total da frota existente.

Evolução da proporção de autocarros que usam energias alternativas



Fonte: STCP

Comparando os valores do Porto com a média das cidades europeias², é possível constatar que, em 2007, a cidade surgia numa posição de clara vantagem ultrapassando a média das cidades da UE15, que era de cerca de 17%. Esta situação favorável é o resultado da aplicação de medi-

das enquadradas no Programa Nacional para as Alterações Climáticas, que visam uma redução do consumo energético do setor dos transportes rodoviários e têm como objetivo máximo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

² Dados do Projeto Europeu Urban Audit (dados para 56 cidades, num total de 243 cidades do grupo UE15 consideradas no projeto).

ENERGIA – Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

CE (2006), **Plano de Acção para a Eficiência Energética**: Concretizar o Potencial, ed. Comissão Europeia.
CMP/AdEPorto (2008), **Matriz Energética do Porto**, ed. Câmara Municipal do Porto/Agência de Energia do Porto.
CMP/AdEPorto (2011), **Plano de Acção para a Energia Sustentável do Porto (PAES) 2011-2020**, ed. Câmara Municipal do Porto.
DGOTDU (2008), **A Energia nas Cidades do Futuro** – série Política de Cidades 1, ed. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
Estratégia Nacional para a Energia 2020 (RCM n.º 29/2010)
Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética – PNAEE 2008-2015 (RCM n.º 80/2008).
Programa Nacional para as Alterações Climáticas – PNAC 2006 (RCM n.º 104/2006).

SITES RELACIONADOS

<http://www.adene.pt>
<http://www.adepo.rto.eu>
<http://www.apambiente.pt>
<http://www.ec.europa.eu/environment/integration/energy>
<http://www.eea.europa.eu>
<http://www.erse.pt>
<http://www.euro.who.int>

RESÍDUOS



Na sociedade urbana atual, a gestão dos resíduos sólidos constitui um desafio crucial em termos ambientais e económicos. Os elevados níveis de produção exigem cada vez mais opções de tratamento corretas, com intuito de minimizar os custos para o ambiente e para a qualidade de vida dos cidadãos.

Além disso, importa atender à produção de gases com efeito de estufa (GEE) por parte deste setor, pelo que a melhoria da eficiência dos sistemas de tratamento e gestão é também uma prioridade tendo em vista a redução do seu impacto ao nível das mudanças climáticas.

Neste âmbito, o reforço da recolha seletiva e da valorização dos resíduos, bem como a aposta na prevenção da produção de resíduos, assumem primordial importância.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Resíduos sólidos urbanos valorizáveis

Resíduos sólidos urbanos valorizáveis

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Resíduos recolhidos que foram objeto de deposição diferenciada por parte da população (papel, vidro, embalagens, madeira, resíduos verdes e outros resíduos), com a finalidade de serem valorizados. Por valorização entende-se todo um conjunto de operações que visem o reaproveitamento dos resíduos, nomeadamente através da reciclagem, reutilização ou recuperação (Decreto-lei nº 178/2006).

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

A recolha seletiva constitui um fator fundamental para o aproveitamento e valorização dos resíduos produzidos, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida de uma cidade, para a preservação dos recursos naturais, para a poupança de matérias-primas e energia e para a redução da poluição e dos resíduos depositados em aterro.

Apesar dos recentes aumentos da proporção de resíduos recolhidos para valorização e reciclagem, esta apresenta ainda um potencial de crescimento significativo, pelo que importa continuar a desenvolver a componente da recolha seletiva, no sentido de se conseguir alcançar as metas estabelecidas nos planos e programas em vigor.

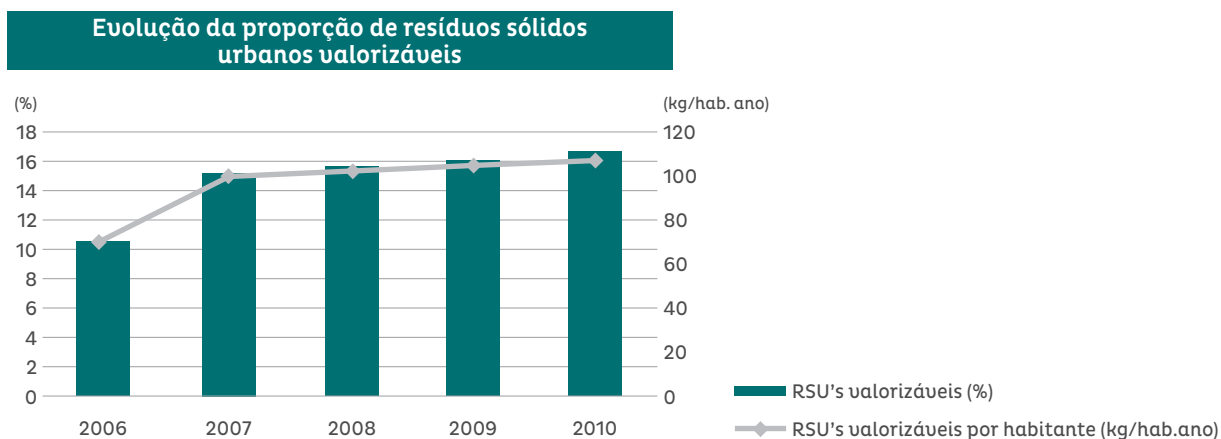
EVOLUÇÃO RECENTE

A produção de resíduos sólidos urbanos valorizáveis atingiu em 2010 cerca de 17% do total de RSU produzidos no concelho, o que representou um aumento na ordem dos 49% face aos valores de 2006.

As 25 mil toneladas provenientes da recolha

seletiva em 2010, com potencial de reciclagem/valorização, corresponderam a uma captação de cerca de 107 kg/habitante/ano, valor bastante superior à média registada no continente em 2009 (67 kg/habitante/ano)³.

³ APA (2010), *Caracterização da Situação dos Resíduos Urbanos em Portugal Continental em 2009*.

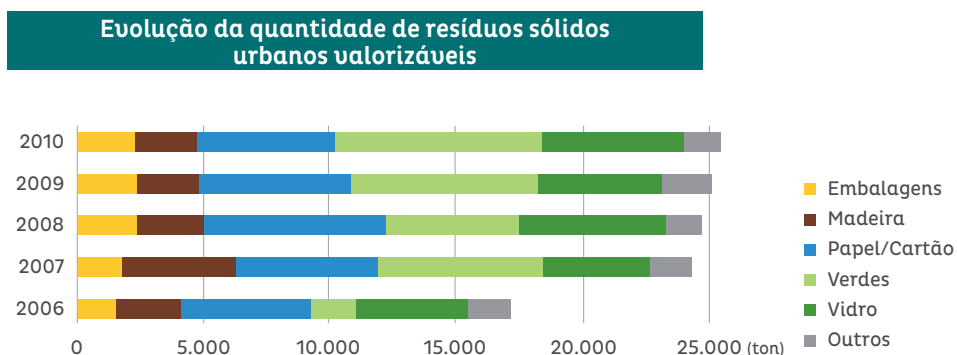


Fonte: CMP-DMASU-DMLUT/cálculos CMP-GEP

Em 2010, aproximadamente 33% do total de resíduos provenientes de recolha seletiva foram encaminhados para valorização orgânica (resíduos orgânicos e verdes), sendo o destino final das restantes fileiras de resíduos a reciclagem e/ou valorização.

Quando avaliada a evolução de cada um dos fluxos de resíduos entre 2006 e 2010 constata-se que

se registaram taxas de variação diferenciadas e comportamentos distintos ao longo da série. São de destacar os resíduos verdes, por terem apresentado a maior taxa de variação e pelo volume que representam no total da recolha seletiva (33% em 2010), e o fluxo das embalagens que registou um crescimento superior a 50% no período em análise.



Fonte: CMP-DMASU-DMLUT

De sublinhar que o valor total de resíduos sólidos urbanos apresentou uma ligeira quebra, ainda que a tendência global nesse período seja de relativa estabilidade (cerca de -1% ao ano). As capitações observadas são, no entanto, ainda consideráveis quando comparadas com valores médios nacionais. Em 2010 foi atingida uma capitação diária de 2 kg/habitante enquanto, à escala do continente, cada habitante produzia por dia, em média, 1,4 kg de resíduos (2009).

A evolução registada nestes últimos anos revela assim, por um lado, uma ténue redução da produção do total de resíduos – à qual não será

certamente alheia a quebra verificada no dinamismo económico nacional – e, por outro lado, um incremento da taxa de resíduos provenientes de recolha seletiva. Relativamente a esta última, importa notar que ela resulta de um reforço dos investimentos nas infraestruturas que permitem este tipo de recolha por parte das entidades gestoras, mas também de uma crescente preocupação por parte dos cidadãos em adotar comportamentos ambientalmente mais responsáveis, designadamente no que respeita à separação e deposição adequada dos resíduos nos equipamentos de recolha.

RESÍDUOS – Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

APA (2007), **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal**, ed. Agência Portuguesa do Ambiente.
APA (2010), **Caracterização da Situação dos Resíduos Urbanos em Portugal Continental** em 2009, ed. Agência Portuguesa do Ambiente.
EEA (2010), **The European environment – state and outlook 2010 (SOER 2010): Material resources and waste**, ed. European Environment Agency.
Estratégia Temática de Prevenção e Reciclagem de Resíduos, (CE, 2005).
Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos – PPRU 2009 -2016 (Despacho n.º 3227/2010)
LIPOR (2008), **Plano Estratégico para a Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos do Grande Porto** 2007-2016, ed. Lipor, Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto.
MAOTDR (2007), **PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos** 2007-2016, ed. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

SITES RELACIONADOS

<http://www.apambiente.pt>
<http://www.ec.europa.eu/environment/waste>
<http://www.eea.europa.eu>
<http://www.euro.who.int>
<http://www.ewwr.eu/pt-pt>
<http://www.lipor.pt>

Condições Ambientais – Quadro síntese

Indicador	Unidade	Valor mais recente		Evolução	
		Valor	Ano	Sinal da Tendência	Período
Espaços verdes					
Espaços verdes públicos	m²/hab.	12	2011	●	2007/11
Extensão de ruas arborizadas	km	151	2011	●	2005/11
Clima					
Dias com registo de precipitação	%	32	2007	●	2003-2007
Média diária de horas de sol	nº	7,7	2006	●	2002-2006
Temperatura média do mês mais frio	°C	10,0	2007	●	2003-2007
Temperatura média do mês mais quente	°C	21,6	2007	●	2003-2007
Ruído					
População sobre-exposta a níveis de ruído noturno	%	25,6	2009	n.d.	
Reclamações entradas na CMP por motivos de ruído	nº	392	2010	↕	2006-2010
Qualidade do ar					
Dias com Índice de Qualidade do Ar Bom ou Muito Bom	%	74	2009	●	2005-2009
Dias com excedências de PM10	nº	27	2009	●	2005-2009
Água					
Registos com qualidade da água balnear Boa	%	88	2009	●	2005-2009
Consumo doméstico de água	m³/hab.	46	2010	●	2006-2010
Energia					
Consumo doméstico de energia elétrica	kWh/hab. (milhares)	2,2	2009	●	2005-2009
Autocarros que usam energias alternativas	%	52	2010	●	2006-2010
Resíduos					
Resíduos sólidos urbanos valorizáveis	%	17	2010	●	2006-2010

- Evolução favorável
- Evolução desfavorável
- Estabilidade
- ↕ Sem tendência definida
- n.d. Não disponível

CONDIÇÕES MATERIAIS COLETIVAS



- EQUIPAMENTOS CULTURAIS
- EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS
- EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS
- EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE SAÚDE
- EDIFICADO
- MOBILIDADE
- COMÉRCIO E SERVIÇOS
- **QUADRO SÍNTESE**

CONDIÇÕES MATERIAIS COLETIVAS

As áreas urbanas desempenham um papel primordial enquanto núcleos de concentração de atividades garantindo o acesso das populações a múltiplos bens e serviços de natureza muito variada: saúde, ensino e formação, apoio social, cultura, desporto e comércio. Para além do desafio da distribuição e da promoção da equidade no acesso aos serviços básicos, as cidades confrontam-se com a necessidade de ir ao encontro dos desejos e expectativas de uma população que é cada vez mais diversa.

O maior ou menor acesso às redes de equipamentos e de infraestruturas depende, em larga medida, das facilidades de deslocação existentes no território, que tornam possível às pessoas chegar aos destinos pretendidos e desfrutar de certas oportunidades. Na verdade, as condições de mobilidade influenciam decisivamente o quotidiano dos indivíduos na cidade contemporânea, marcada por uma profunda diferenciação funcional e espacial.

Uma outra dimensão relevante no capítulo das condições de vida materiais prende-se com o estado de conservação do tecido construído. Neste contexto, um desafio que atualmente se coloca de forma praticamente generalizada é o de se conter a tendência de expansão permanente do edificado, apostando na recuperação do já existente, em particular na recuperação das áreas mais desqualificadas física e simbolicamente, promovendo uma maior coesão social e territorial.

Principais mudanças

No caso da cidade do Porto, as tendências recentes observadas neste domínio das condições materiais coletivas são, na sua grande maioria, bastante positivas.

Tal evolução é refletida, sobretudo, pela generalidade dos indicadores relacionados com a dotação da cidade em equipamentos - culturais,

desportivos, educativos, sociais e de saúde. A única exceção encontrada diz respeito a indicadores relativos aos recursos humanos associados a estes equipamentos no caso da saúde (número de médicos e número de utentes sem médico de família), cuja trajetória, sendo desfavorável, alerta para riscos agravados do ponto de vista da acessibilidade aos cuidados de saúde primários.

Outras áreas em que os dados recolhidos mostram progressos significativos foram as da reabilitação de edifícios - em clara vantagem face às novas construções -, da oferta de estacionamento em parques e, ainda, da dotação da cidade em serviços de apoio à população.

Alguns indicadores sugerem, no entanto, ausência de mudanças ou, pelo menos, de mudanças expressivas. No caso do tema da mobilidade, o volume de passageiros em transporte público não aponta ainda para uma alteração significativa dos padrões de mobilidade urbana e a velocidade média de circulação em transporte público também não sinaliza transformações profundas nas condições de circulação rodoviária. No caso do comércio e serviços, a oferta de comércio a retalho e de hotéis e restaurantes registaram, de igual modo, variações pouco acentuadas, embora neste caso, sendo a dotação de base da cidade do Porto já muito elevada no contexto metropolitano e nacional, o quadro de estabilidade possa ser interpretado, no contexto atual, como sendo positivo.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS



A oferta alargada de equipamentos culturais numa cidade contribui para diversificar as oportunidades de ocupação de tempos livres e de lazer da população. Esta oferta disponibiliza, por outro lado, cada vez mais, recursos educativos complementares ao sistema formal de ensino que contribuem, designadamente, para o enraizamento na comunidade local de muitas das instituições culturais que constituem esta rede.

Esta dotação de recursos culturais instalados, constituindo uma valia da cidade, seja na preservação do seu património e/ou na disponibilização de recursos educativos à cidade, seja na divulgação de diferentes áreas da criação artística, constitui ainda um importante fator de atração turística da cidade.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Galerias de arte e outros espaços de exposição
- Museus

Galerias de arte e outros espaços de exposição

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Locais de exposição e simultaneamente de venda de obras de artes plásticas com calendarização e temporada definidas, com fins lucrativos. Nos espaços de exposição incluem-se os locais que acolhem, para divulgação, exposições coletivas, exposições individuais e, em geral, obras de arte (trabalhos, documentos ou objetos resultantes da criação, produção científica ou artística) (adaptação do conceito do INE).

UNIDADE

nº/1000 habitantes

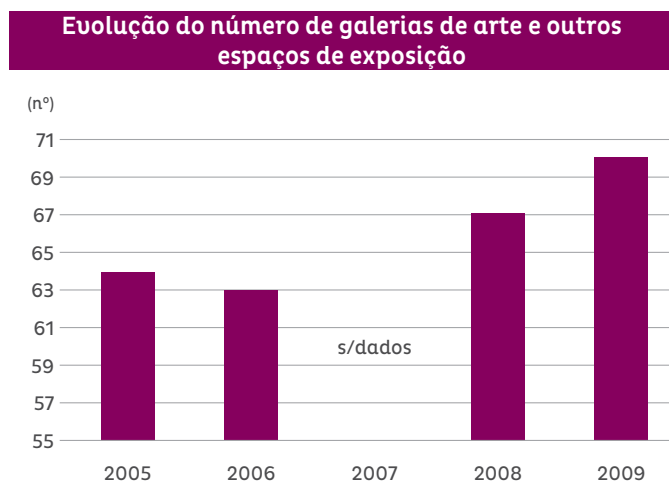
LEITURA DO INDICADOR

A presença de galerias na cidade permite que os públicos tenham conhecimento e acompanhem as diversas tendências artísticas que se vão desenvolvendo. Estes espaços constituem mais uma oportunidade de acesso à cultura, estando vocacionados para um público interessado em diferentes performances artísticas (pintura, escultura, fotografia, entre outras). Face à diversidade e rotatividade dos trabalhos que expõem, a atividade das galerias contribui para o dinamismo cultural da cidade pelo que um aumento do indicador poderá ser interpretado como um reforço da base de equipamentos que poderá sustentar esse mesmo dinamismo.

EVOLUÇÃO RECENTE

No ano de 2009 existiam no Porto 70 galerias de arte e outros espaços de exposição, equipamentos

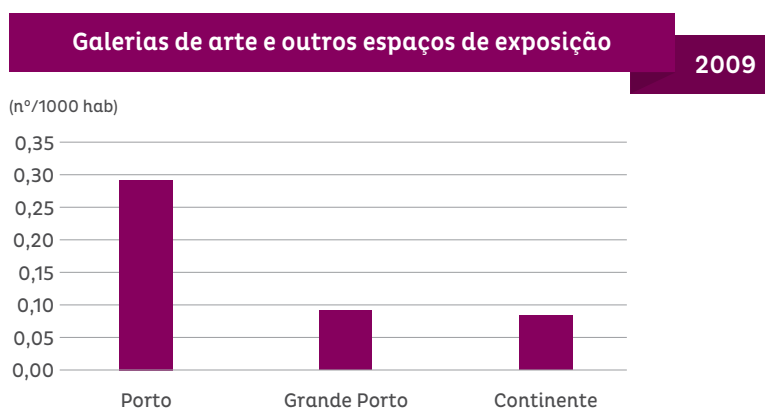
cujas presenças se tem vindo a reforçar na cidade, em particular na sua área central.



Fonte: INE

Dada a importância do Porto como polo cultural, não é de estranhar que a presença de galerias de arte e outros espaços de exposição seja consideravelmente superior na cidade do que em outros

espaços geográficos de referência: em 2009, a dotação no Porto - de 0,29 galerias por 1000 habitantes - era cerca de três vezes superior à dotação do Grande Porto e do continente.



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

DEFINIÇÃO

Instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público e que promovem pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, que os adquire, conserva, comunica e expõe para estudo, educação e lazer (adaptação do conceito do INE).

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

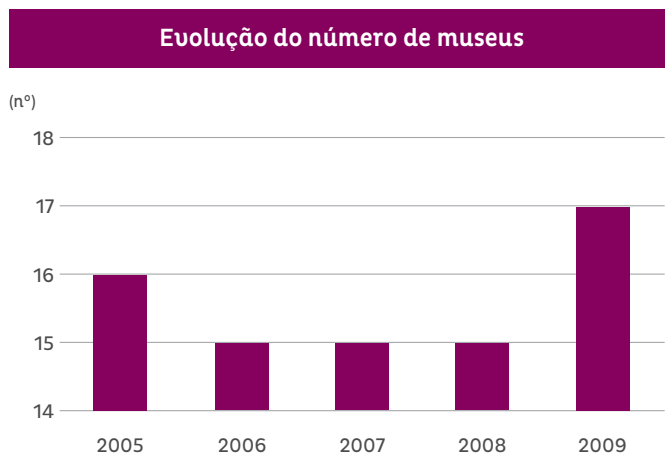
Face à diversidade dos objetos/temas que expõem e pelo fácil acesso que os caracteriza, os museus estão certamente entre os equipamentos culturais mais próximos da população. Além disso exercem uma forte atração sobre aqueles que visitam a cidade. Estes equipamentos constituem uma fonte de aprendizagem individual e coletiva, contribuindo em grande medida para promover a identidade patrimonial, cultural e artística local. Nessa medida o aumento deste indicador sinaliza um reforço de uma das principais infraestruturas culturais da cidade.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009, existiam na cidade 17 museus que cobrem um largo espectro de temas e de propostas ao nível da interação com o público.

Para além desta rede de museus, a cidade conta com uma oferta alargada de núcleos museológicos,

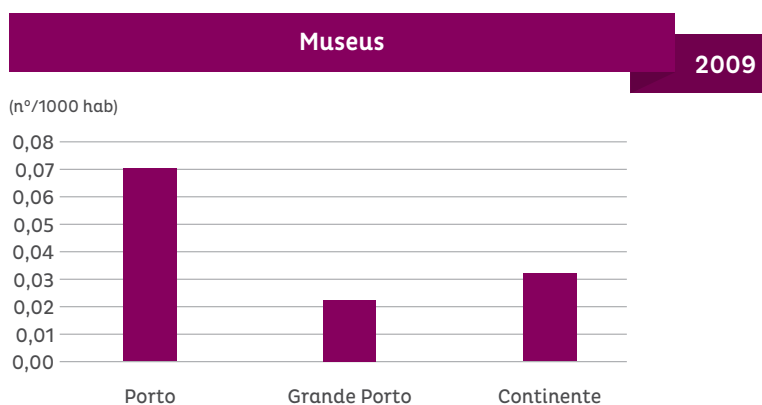
visitáveis pelo público em geral, alguns mediante marcação prévia. Neste contexto, podem, por exemplo, referir-se os acervos museológicos de várias faculdades da Universidade do Porto.



Fonte: INE

Mais uma vez, a captação da cidade neste tipo de equipamentos destaca-se claramente comparativamente à registada noutros âmbitos geográficos de referência. Em 2009, o Porto apresentava uma

relação de 0,07 museus por 1000 habitantes, captação mais do que duas vezes superior à média do continente e mais do triplo da observada ao nível dos nove concelhos que integram o Grande Porto.



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

EQUIPAMENTOS CULTURAIS - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

INE (2009), **Estatísticas da Cultura**

SITES RELACIONADOS

<http://www.visitporto.travel>
<http://www.oac.pt>

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS



A prática regular de atividades físicas e desportivas contribui para o bem-estar físico e mental dos indivíduos ajudando a prevenir e combater um vasto conjunto de doenças. Para todos os grupos etários - desde as idades mais jovens às mais adultas - a atividade física e o desporto representam uma excelente forma de ocupação do tempo livre e de lazer, constituindo um importante meio de promoção da coesão social.

A existência de uma rede de equipamentos desportivos de qualidade, diversificada e adequada às necessidades da população, constitui uma mais-valia para uma cidade, criando as condições para a prática de diversas modalidades e estimulando, de uma forma generalizada, a atividade física.

Complementarmente, uma boa dotação em matéria de infraestruturas desportivas permite à cidade afirmar o seu potencial para acolher eventos e competições desportivas, contribuindo deste modo para a própria oferta local de atividades de lazer e para o próprio dinamismo económico local.

Indicadores selecionados:

- Pavilhões polidesportivos
- Piscinas de acesso público
- Outros equipamentos desportivos
- Extensão de ciclovias

Pavilhões polidesportivos

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Equipamentos desportivos cobertos que permitem a prática de uma ou várias modalidades desportivas.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

Um reforço dos pavilhões polidesportivos na cidade sinalizará um alargamento das condições de base para a prática de muitas atividades desportivas. Estes equipamentos permitem acolher diversas modalidades e a sua proximidade junto da comunidade favorece e incentiva a prática de atividade física e desportiva.

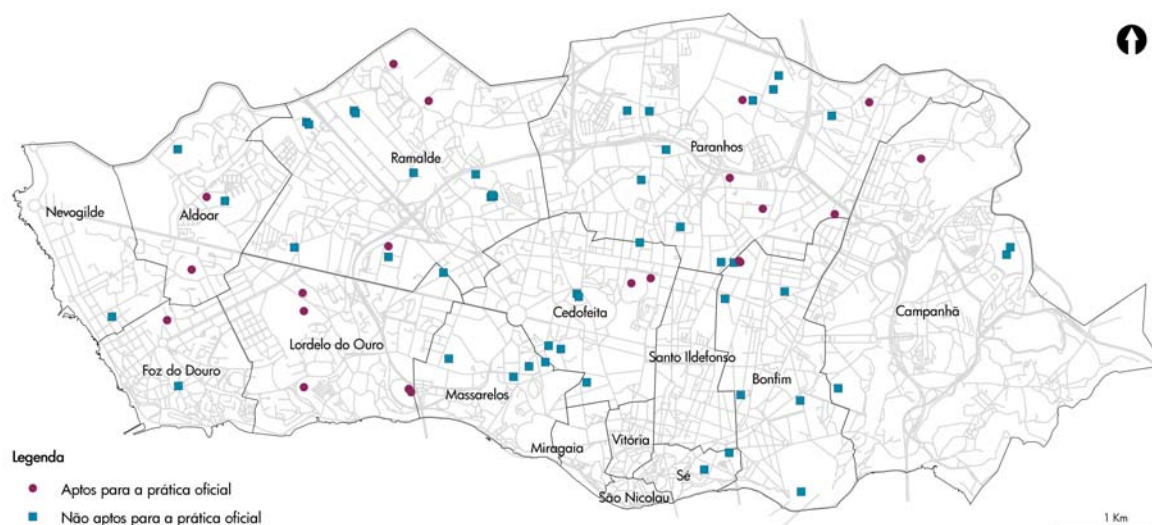
EVOLUÇÃO RECENTE

De acordo com os dados do Atlas Desportivo da cidade do Porto, em 2009 existiam na cidade 68 pavilhões polidesportivos, o que perfazia uma captação de 0,28 pavilhões por 1000 habitantes. Deste total, apenas 21 pavilhões possuíam as condições necessárias para a prática de competições

oficiais. Uma das principais características deste tipo de equipamento é a sua multifuncionalidade, que se encontra bem patente no elevado número de modalidades praticadas nos pavilhões da cidade (26 modalidades diferentes).

Pavilhões polidesportivos

2009



Fonte: CMP/PortoLazer

O padrão de distribuição destes equipamentos pela cidade revelava uma concentração nas freguesias de Paranhos e Ramalde (43%), enquanto freguesias como Miragaia, S. Nicolau, Vitória e Santo Ildefonso não possuíam qualquer pavilhão.

O facto de a maioria dos pavilhões polidesportivos pertencer a estabelecimentos de ensino – públicos e privados – coloca certas restrições ao nível dos horários de utilização por parte do público em geral.

Piscinas de acesso público

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Piscinas de aprendizagem, desportivas, polivalentes, para fins recreativos e piscinas com dimensões capazes de albergar provas olímpicas e campeonatos do mundo, que possuam acesso livre ao público (adaptado de Atlas Desportivo Nacional).

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

Tal como os pavilhões, as piscinas constituem um importante equipamento desportivo na cidade, de fácil acesso à população, desde os grupos etários mais jovens aos mais seniores. A prática de atividades em meio aquático é um excelente fator de prevenção da saúde, proporcionando inúmeros benefícios para uma vida saudável.

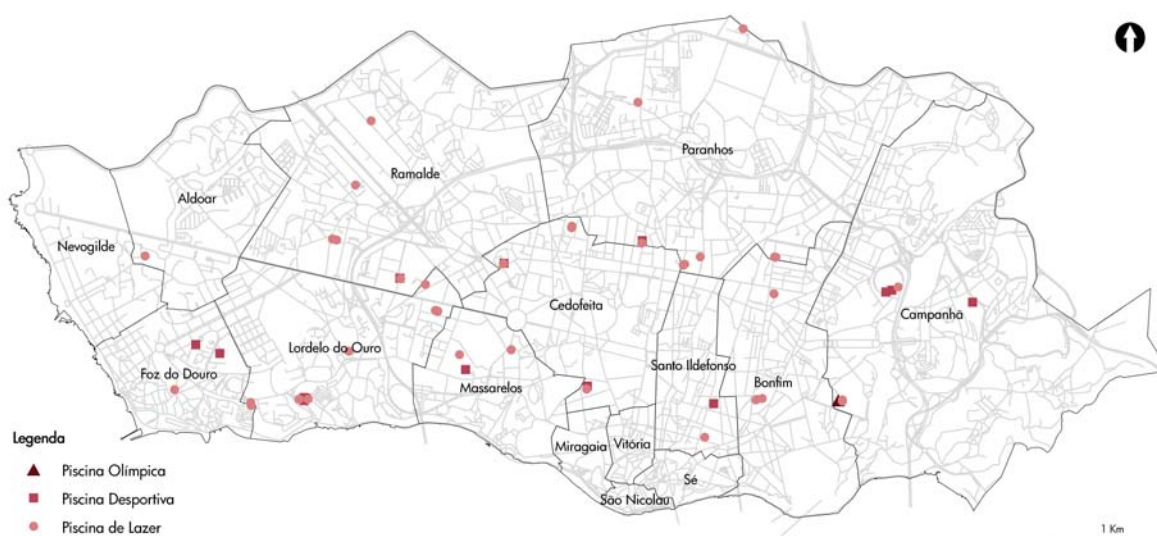
EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009, a dotação da cidade do Porto em piscinas desportivas, olímpicas e de lazer, de acesso livre, era de 57 equipamentos, que permitiam a prática e treino organizado de diversas modalidades aquáticas (natação, hidroginástica, polo

aquático, etc.). Destas piscinas, 7 encontravam-se homologadas para receber provas oficiais. Globalmente, a capitação correspondente a este tipo de equipamento era de 0,24 por 1000 habitantes.

Piscinas de acesso público

2009



Fonte: CMP/PortoLazer

Pela sua natureza e particularidade, as piscinas possuem áreas de influência superiores às dos restantes equipamentos formativos, não sendo considerados equipamentos de proximidade. No entanto, quando avaliada a distribuição espacial destes equipamentos pelo concelho, destaca-se a freguesia de Lordelo do Ouro, com uma concentração superior a 20% do total de piscinas de acesso livre (Clube Fluvial Portuense, Piscina Municipal Eng.º Armando Pimentel e outras pisci-

nas em *health clubs* privados). No extremo oposto, as freguesias do Centro Histórico e Nevogilde não possuem qualquer equipamento deste tipo.

Não foram aqui consideradas as piscinas, das diferentes categorias, que oferecem exclusivamente formas de acesso condicionado ao público, como é, por exemplo, o caso das piscinas dos estabelecimentos de ensino, de saúde ou militares.

Outros equipamentos desportivos

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Unidades correspondentes às principais tipologias de equipamentos desportivos de base formativa (à exceção das piscinas desportivas e dos pavilhões polidesportivos): grandes campos de jogos, pistas de atletismo, polidesportivos de exterior, campos de ténis e salas polivalentes.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

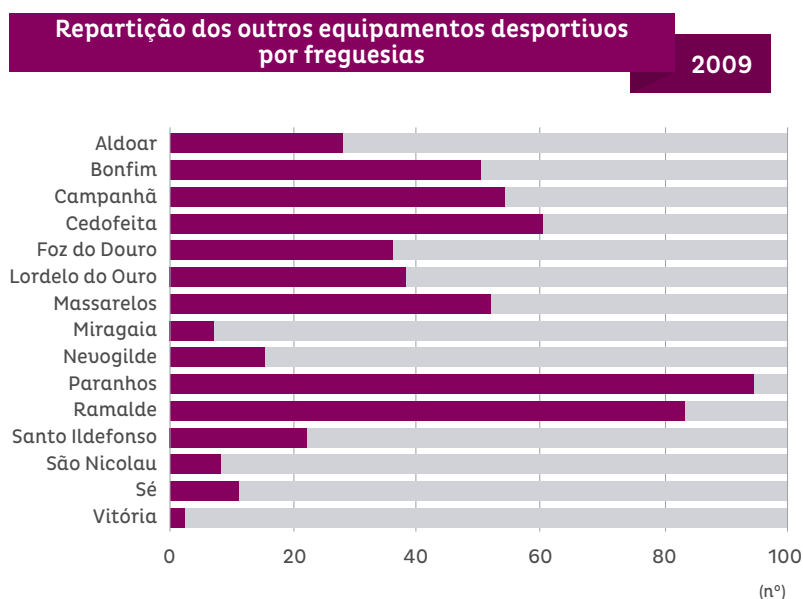
Os restantes equipamentos de base formativa – para além dos pavilhões – e as piscinas, considerados em indicadores específicos, contribuem para uma diversidade da oferta desportiva que a cidade tem para oferecer aos seus habitantes. O aumento deste indicador assinalará que se está a alargar o leque de escolha dos cidadãos quanto a locais onde podem praticar desporto ou simplesmente onde podem desenvolver atividade física, ocupando o seu tempo livre e de lazer.

EVOLUÇÃO RECENTE

A cidade do Porto possuía em 2009 um total de 560 equipamentos desportivos de base formativa (excluindo piscinas desportivas e pavilhões polidesportivos), correspondente a uma relação de 2,33 equipamentos por 1000 habitantes.

Quando avaliados os diversos tipos de equipamentos que constituem esta categoria, constata-

-se que o nível de oferta é bastante diferenciado. As salas desportivas e os polidesportivos exteriores detinham a maior representatividade, com quotas de, respetivamente, 45% e 37% do total. Trata-se, em ambos os casos, de equipamentos de proximidade e com uma multifuncionalidade alargada.



Fonte: CMP/PortoLazer

Inversamente, os equipamentos mais preparados e adaptados para determinadas modalidades - como as pistas de atletismo e os grandes campos de jogos - eram, como seria de esperar, em menor número, representando apenas 5% do total (17 pistas de atletismo e 21 grandes campos).

Ao analisar a repartição territorial destes equipamentos constata-se igualmente uma dotação contrastante por parte das diferentes freguesias, com uma concentração evidente em Paranhos e Ramalde, onde se localizavam cerca de 32% do total de equipamentos.

Extensão de ciclovias

DEFINIÇÃO

Espaço localizado em áreas urbanas e apetrechado para a evolução livre com patins ou bicicletas de recreio (adaptado do conceito do DL 317/97 de 25 Nov.).

UNIDADE

km/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

Para além dos espaços de desporto formais, existe na cidade um vasto conjunto de espaços fundamentais para o desenvolvimento do desporto informal. Entre estes espaços, hoje em dia cada vez mais procurados pela população para a prática de atividades físicas livres e de lazer, destacam-se as ciclovias.

O aumento da extensão deste tipo de espaços na cidade reforçará as condições de base para a prática de exercício físico, intensificando o usufruto do espaço e da paisagem urbana.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009 existiam três ciclovias no concelho do Porto, com uma extensão total de 12,3km, o que correspondia a 0,05km/1000 habitantes. Uma delas, a de maior extensão, localiza-se na margi-

nal e percorre toda a frente ribeirinha e marítima da cidade, desde a Ponte D. Luís I até ao Parque da Cidade. Uma segunda corresponde a um pequeno troço ciclável no viaduto da Prelada.

Ciclovias

2009



Fonte: CMP/PortoLazer

Mais recentemente foi inaugurado um novo percurso de ciclovias, com uma extensão aproximada de 3,5km, cujo traçado liga o Parque da Cidade (entrada nascente, junto à Av. da Boavista) à marginal do rio Douro (junto ao Fluvial), aumentando, desta forma, a dotação da cidade neste tipo de equipamento.

Apesar de ainda não ter uma grande expressão no território concelhio, este tipo de equipamento registou nos últimos anos um considerável incremento. Em 2004 existia apenas a ciclovias da Marginal, com cerca de 1km de extensão.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

CE (2007), "**Livro branco sobre o desporto**", ed. Comissão Europeia.
CMP (2009), "**Atlas Desportivo da Cidade do Porto**", ed. Câmara Municipal do Porto.
ECF (2009), "**Future cities are cycling cities!**", European Cyclists' Federation.
IDP (2009), "**Orientações europeias para a actividade física - Políticas para a promoção da saúde e bem-estar**", ed. Instituto do Desporto de Portugal.

SITES RELACIONADOS

<http://ec.europa.eu/sport/>
<http://www.ciclovias.com.pt>
<http://www.cm-porto.pt/>
<http://www.ecf.com>
<http://www.idesporto.pt>
<http://www.portolazer.pt>
<http://www.who.int>

EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS



Constituindo uma componente essencial do funcionamento global do sistema educativo, a rede de estabelecimentos escolares – ao nível do ensino básico e secundário – deve procurar ajustar-se ao dinamismo da procura registada no centro urbano.

Em causa está a necessidade de assegurar, de uma forma equilibrada e qualificada, a presença deste tipo de serviços dirigidos às famílias, num ambiente de relativa proximidade.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Estabelecimentos de ensino básico e secundário
- Estabelecimentos de ensino com oferta de educação pré-escolar

Estabelecimentos do ensino básico e secundário

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Unidades de carácter público ou privado que, funcionando em uma ou mais instalações, agrupam alunos para lhes ser ministrado ensino dos níveis básico e secundário, por um ou mais professores, uns e outros colocados sob uma única direção administrativa e/ou pedagógica.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

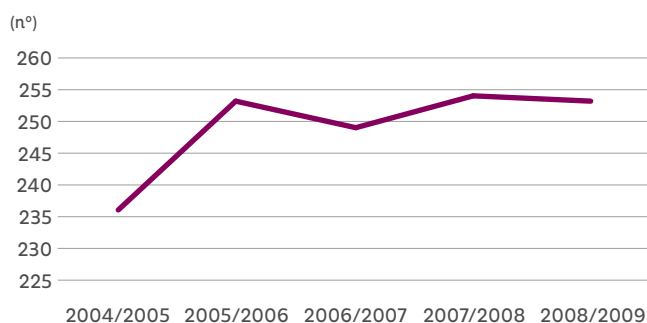
A rede de equipamentos educativos numa cidade é fundamental para o acesso à educação e, consequentemente, para o desenvolvimento e realização pessoal dos indivíduos. A sua evolução traduz um tipo de oferta decisivo para a qualidade de vida da população residente mas também para a população utilizadora da cidade.

EVOLUÇÃO RECENTE

No ano letivo de 2008/09, a cidade do Porto apresentava uma dotação de 253 estabelecimentos do ensino básico e secundário (equivalente a 1,04 estabelecimentos por 1000 habitantes). Ao longo dos últimos anos registou-se uma melhoria da cobertura da rede escolar, tendo sido o acrés-

cimo no número de estabelecimentos do ensino privado (que cresceu 18% no intervalo de 5 anos aqui analisados) a contribuir para essa melhoria uma vez que ao nível da rede do ensino público teve lugar uma diminuição, ainda que ligeira (-3,3%).

Evolução do número de estabelecimentos do ensino básico e secundário

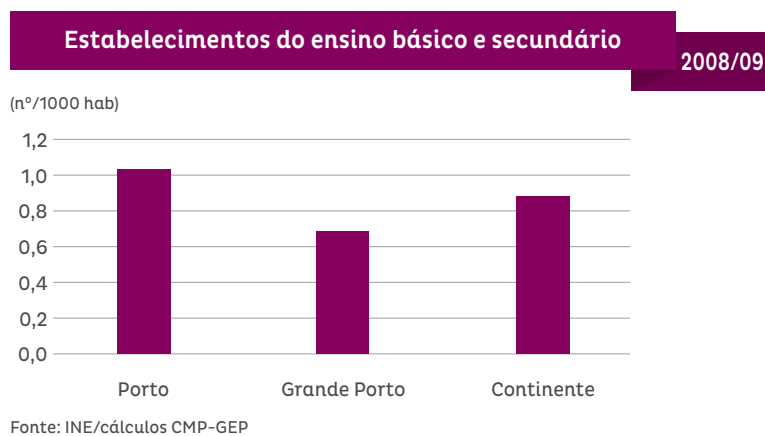


Fonte: INE

No que diz respeito ao parque escolar público, na sequência de esforços conjugados entre a administração local e central, tem-se assistido nos anos mais recentes a uma forte aposta na sua requalificação. As intervenções realizadas têm permitido dotar os equipamentos existentes com as condições de modernidade e conforto exigidas pelos atuais modelos de ensino-aprendizagem (p. ex. cumprimento de requisitos ao nível de parâmetros de qualidade ambiental e de eficiência energética). A quase totalidade das 55 escolas do 1º ciclo do ensino básico foi já objeto deste programa de melhorias tendo sido construídos dois novos centros educativos (Antas e S. Miguel de Nevogilde). No caso dos estabelecimentos do

ensino secundário sofreram grandes obras de remodelação as escolas Soares dos Reis, Rodrigues de Freitas, Aurélia de Sousa, Carolina Michaelis, Cerco do Porto, Garcia de Orta e Filipa de Vilhena.

Em termos comparativos, a dotação do Porto afigura-se mais favorável quando comparada com a do Grande Porto e do continente, respetivamente, com 0,7 e 0,9 estabelecimentos do ensino básico e secundário por 1000 habitantes. A interpretação destes valores deverá ter em conta o facto de a rede de equipamentos do Porto estar sujeita a uma pressão muito superior já que a população utilizadora excede largamente a sua população residente.



Estabelecimentos de ensino com oferta de educação pré-escolar

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Estabelecimentos públicos e privados com oferta de educação pré-escolar (dos 3 aos 5 anos).

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

A educação pré-escolar constitui a primeira etapa da educação, sendo complementar da ação educativa da família. Numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, reconhece-se cada vez mais a importância desta primeira fase formativa.

Um aumento deste indicador refletirá que se está a reforçar condições infraestruturais necessárias a que a universalização da educação pré-escolar possa ter lugar.

EVOLUÇÃO RECENTE

Nos últimos anos, a aposta na educação nos primeiros anos de vida tem sido assumida de forma bastante consensual pelos diversos intervenientes no sector (pais, administração pública e agentes privados). No ano letivo de 2008/2009, a

oferta de educação pré-escolar - na rede pública e privada - traduzia-se numa capitação de 0,68 estabelecimentos por 1000 habitantes na cidade do Porto, tendo-se verificado nos últimos anos uma tendência de reforço deste tipo de dotação.

Evolução do número de estabelecimentos com oferta de educação pré-escolar

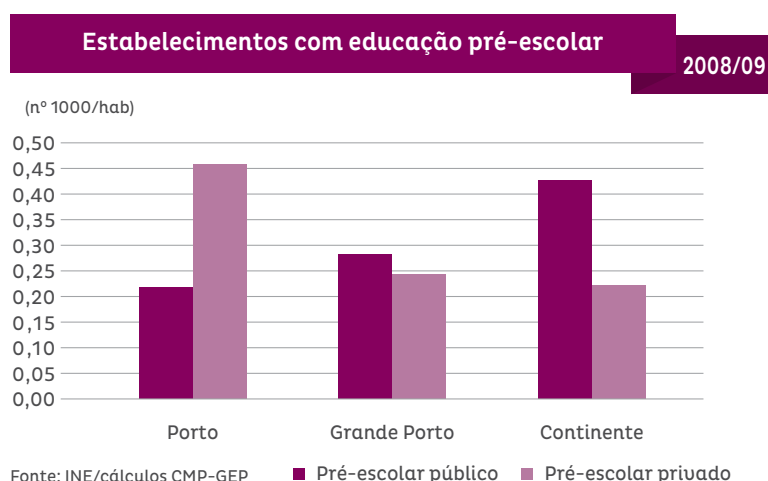


Fonte: INE

Refira-se que, no conjunto dos 165 estabelecimentos existentes com oferta de educação pré-escolar, a oferta disponibilizada pelo ensino privado representava mais do dobro daquela que existia no setor público.

Confrontando, para o ano de 2008/2009, a oferta de estabelecimentos da rede pré-escolar pública e privada no Porto, com a verificada nos territórios

de referência adotados, são de registar algumas diferenças. A dotação em estabelecimentos da rede pré-escolar pública apresenta-se mais favorável no continente (0,42 estabelecimentos por 1000 habitantes) do que no Porto e Grande Porto (0,22 e 0,28, respetivamente). Inversamente, observa-se para o Porto uma dotação reforçada no que diz respeito aos estabelecimentos da rede pré-escolar privada.



EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

CMP (2007), **Carta Educativa do Porto**, ed. Câmara Municipal do Porto.
GEPE (2010), **Educação em Números - Portugal 2010**, ed. GEPE, Ministério da Educação.

SITES RELACIONADOS

<http://www.gepe.min-edu.pt>
<http://www.parque-escolar.pt>

EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE SAÚDE



Os equipamentos vocacionados para a prestação de serviços sociais e de saúde são, pelas suas funções, fundamentais para apoiar o dia a dia das famílias, disponibilizando serviços orientados, sobretudo, para os seus elementos mais vulneráveis como é o caso das crianças e dos idosos.

Uma boa oferta em termos quantitativos e, sobretudo, em termos da qualidade dos serviços prestados constitui uma indubitável mais-valia para qualquer território, especialmente quando se trata de equipamentos cuja área de influência ultrapassa as fronteiras da cidade, servindo toda a população que nela reside, trabalha, estuda ou que simplesmente recorre aos serviços que ela tem para oferecer.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Capacidade das creches
- Capacidade dos lares, centros de dia e apoio domiciliário
- Centros de saúde e extensões
- Médicos
- Utentes dos centros de saúde sem médico de família

Capacidade das creches

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Lugares disponíveis em equipamentos de natureza socioeducativa (das redes solidária, pública e lucrativa) para acolher crianças até aos 3 anos de idade durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto (conceito do MTSS/GEP).

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

No contexto da sociedade atual é frequente, a partir dos primeiros meses de vida dos bebés, os pais procurarem equipamentos onde os seus filhos possam permanecer durante o seu período de trabalho diário. Especialmente nas cidades, vão sendo cada vez mais raras as situações em que o cuidado das crianças é assegurado por avós e/ou por familiares próximos, sendo frequente a procura por parte das famílias de uma creche para os seus filhos junto do local de emprego e/ou de residência.

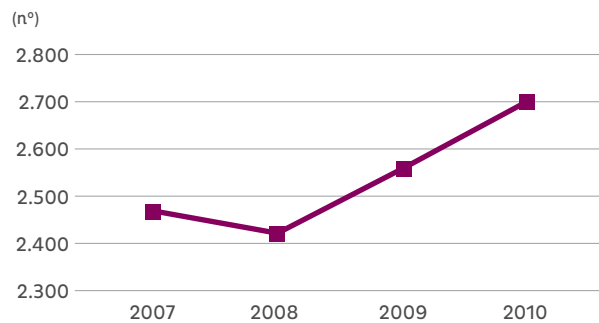
O incremento da procura, fortemente motivado por uma participação acrescida da mulher no mercado de trabalho, gera por vezes dificuldade em encontrar a resposta adequada ao nível desta vertente do apoio social. Daí a importância de acompanhar o aumento e diversificação do leque de respostas institucionais.

EVOLUÇÃO RECENTE

No ano de 2010 as creches localizadas na cidade tinham uma capacidade para acolher 2.702 crianças, total que exprimia uma relação de cerca de 11,3 lugares por cada 1000 habitantes.

Entre 2007 e 2010 a tendência tem sido de aumento tendo-se verificado um acréscimo global de 230 lugares neste tipo de equipamentos.

Evolução da capacidade das creches

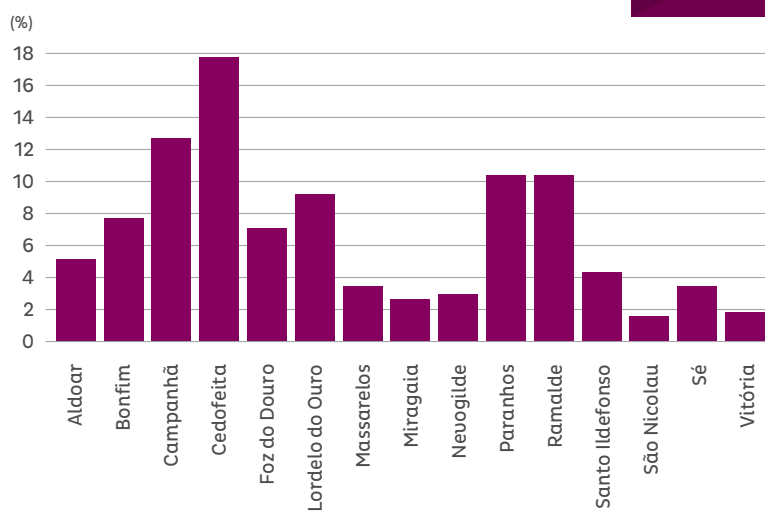


Fonte: MTSS-GEP

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição da capacidade instalada pelas freguesias da cidade, destacando-se Cedofeita - na área central

da cidade - com a maior concentração de lugares (17,9%).

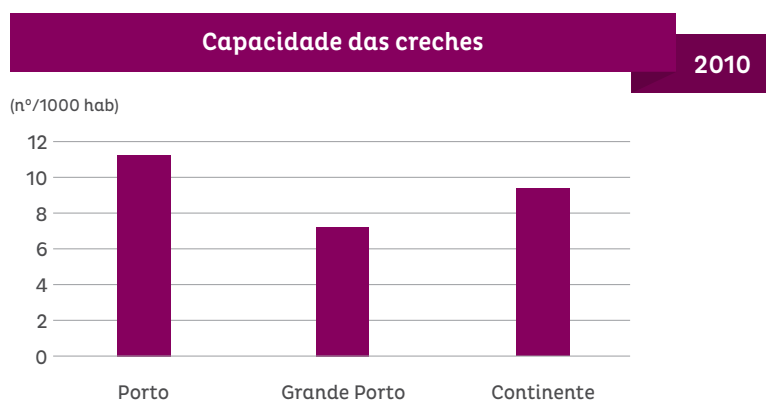
Distribuição da capacidade das creches



Fonte: MTSS-GEP

Comparativamente com outros âmbitos geográficos, o Porto evidencia uma situação mais favorável do que o Grande Porto e o continente. Também ao nível destes outros âmbitos se tem verificado um aumento da capacidade das creches, que es-

pelha uma maior preocupação por parte das políticas sociais com a proteção das crianças e com a criação de condições facilitadoras da conciliação da vida familiar com a vida profissional.



Fonte: MTSS-GEP/cálculos CMP-GEP

Capacidade dos lares, centros de dia e apoio domiciliário

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Lugares disponíveis em equipamentos das redes solidária, pública e lucrativa, de apoio à vida quotidiana dos idosos e em respostas sociais de prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

As alterações demográficas resultantes do redimensionamento familiar, nomeadamente a diminuição das famílias alargadas e o crescimento das famílias nucleares, apontam para uma cada vez mais reduzida disponibilidade dos agregados familiares para tratarem dos seus idosos, muitos dos quais a viverem sós.

Face a esta realidade, o incremento deste indicador traduz uma melhor preparação da cidade para fazer face ao progressivo envelhecimento demográfico que se faz sentir em Portugal e que caracteriza igualmente a generalidade dos países europeus.

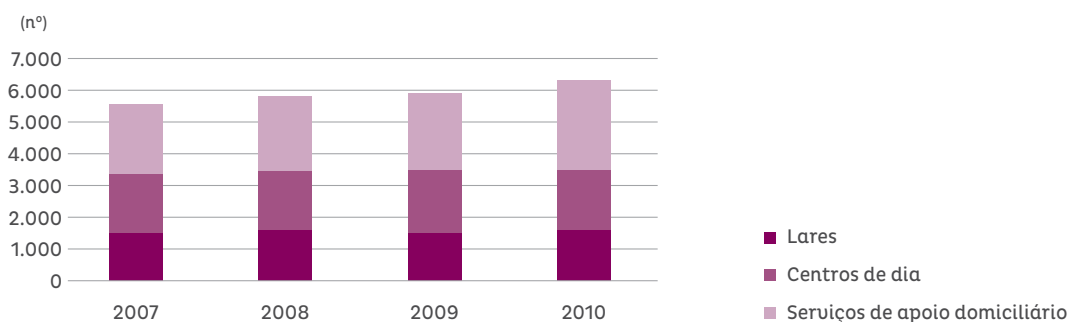
EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2010, o Porto dispunha de 6.284 lugares em equipamentos e serviços dirigidos aos idosos, o que equivalia a uma dotação de 26,4 lugares por cada 1000 habitantes.

A capacidade total tem vindo a aumentar sucessivamente - a um ritmo médio de 3,7% ao ano

- concorrendo para tal crescimento, sobretudo, a evolução dos lugares em serviços de apoio domiciliário. Esta dinâmica, verificada igualmente a nível nacional, visa a criação de condições que permitam retardar a institucionalização dos mais velhos, através da prestação de apoio, sempre que possível, no seu ambiente de vida.

Evolução da capacidade dos lares, centros de dia e apoio domiciliário

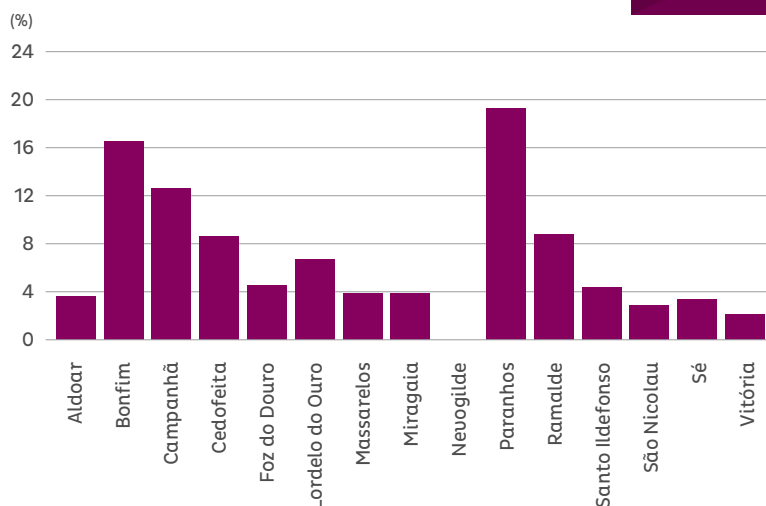


Fonte: MTSS-GEP

No gráfico seguinte encontra-se representada a distribuição pelas freguesias da capacidade total dos lares, centros de dia e serviços de apoio

domiciliário: Paranhos era a freguesia com uma maior dotação, concentrando quase 1/5 do total de lugares disponíveis no Porto.

Distribuição da capacidade dos lares, centros de dia e apoio domiciliário

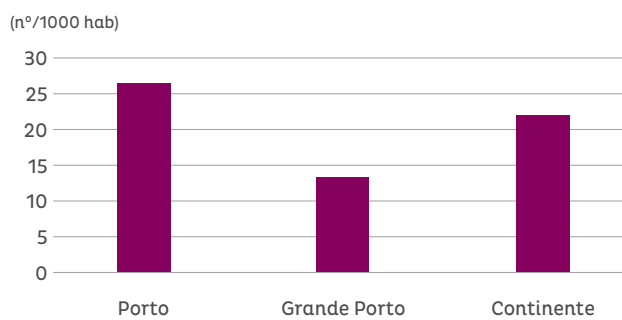


Fonte: MTSS-GEP

Comparativamente com o continente e, sobretudo, com o Grande Porto, a cidade apresentava, em

2010, uma dotação relativa superior.

Capacidade dos lares, centros de dia e apoio domiciliário 2010



Fonte: MTSS-GEP/cálculos CMP-GEP

Centros de saúde e extensões

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Unidades de prestação de cuidados de saúde primários.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

Os centros de saúde são as unidades de prestação de serviços de saúde mais próximas do cidadão. Constituindo a primeira linha de atuação do Serviço Nacional de Saúde, insere-se na sua esfera de ação a prestação dos cuidados primários, médicos e de enfermagem, assim como o acompanhamento regular e contínuo dos utentes através, nomeadamente, dos médicos de família.

A sua ação dirige-se quer à saúde individual, quer familiar, sendo também uma das suas funções a interação com entidades cujo âmbito de atuação se relacione com a saúde, como sejam as instituições de educação e ação social.

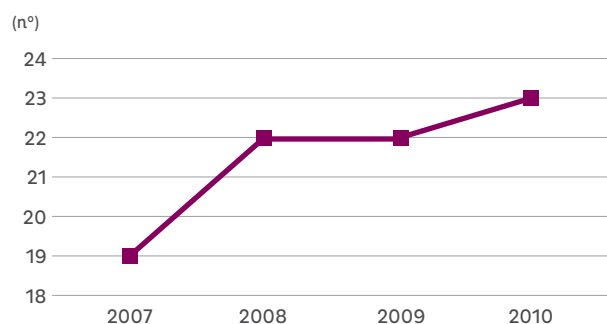
Nesta perspetiva, a análise evolutiva deste indicador permite acompanhar a dotação da cidade em equipamentos que, pela sua natureza, são de interesse vital para o bem-estar da população.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2010, encontravam-se em funcionamento, no Porto, 23 centros de saúde e extensões, dotação que traduz uma taxa de cobertura de cerca de 0,1 unidades deste tipo por cada 1000 residentes. O número total destas unidades – que engloba as sedes dos centros de saúde, as extensões e as unidades de saúde familiar (USF) – aumentou no período em análise, no contexto do processo de reforma dos cuidados de saúde que se tem vindo a desenvolver nos últimos anos no país. A criação, em 2008, dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) conduziu à reconfiguração destes

equipamentos a nível local, designadamente com a expansão inicial de unidades de saúde familiar e, mais recentemente, de unidades de cuidados de saúde personalizados. Estas unidades funcionais, integradas em centros de saúde e articuladas numa lógica de rede, têm por missão a prestação de cuidados de saúde personalizados com qualidade e de forma eficiente, assegurando um melhor acesso aos mesmos por parte de todos os cidadãos.

**Evolução do número de unidades de cuidados
de saúde primários**



Fonte: ARS-Norte

As competências das unidades de cuidados de saúde de proximidade, na atualidade, vão para além da prestação de cuidados médicos e de

enfermagem, procurando-se que estas se tornem mais adequadas à situação local em termos demográficos e epidemiológicos.

DEFINIÇÃO

Médicos que exercem a sua prática profissional nos hospitais oficiais e privados e nos centros de saúde e extensões, localizados no âmbito geográfico em questão.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

A concentração de equipamentos de saúde no Porto, cuja área de influência não se circunscreve aos limites da cidade, nem aos seus residentes, obriga a que a leitura deste indicador seja feita com especial cautela.

De qualquer modo, acréscimos do número de profissionais ao serviço representarão uma mais-valia no funcionamento do sistema de saúde, ao traduzir uma maior disponibilidade de recursos humanos qualificados para a prestação de cuidados médicos aos cidadãos.

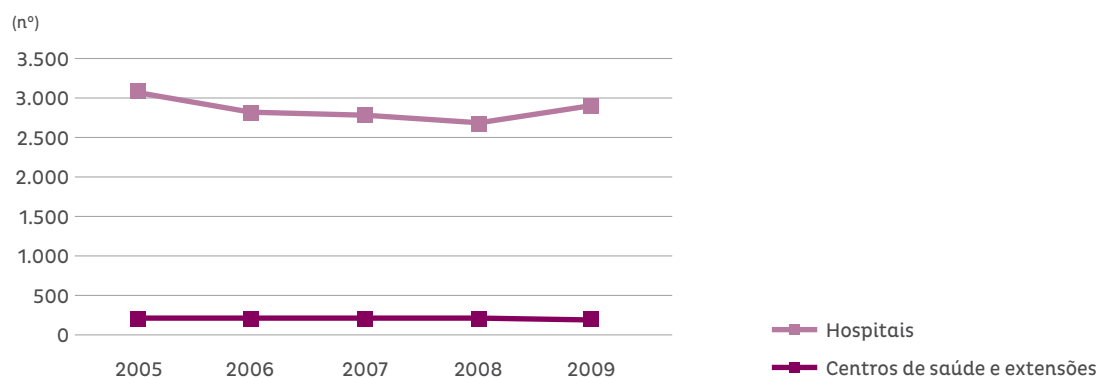
EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009, encontravam-se ao serviço nos hospitais e centros de saúde da cidade 3.111 médicos – cerca de 13 por cada 1000 habitantes –, dos quais 93% exerciam a sua atividade em hospitais.

de pessoal médico, sendo de referir que o número de médicos ao serviço nos cuidados de proximidade decresceu no período considerado cerca de 1,8% ao ano, em termos médios.

Face a 2005, verificou-se uma diminuição do total

Evolução do número de médicos ao serviço



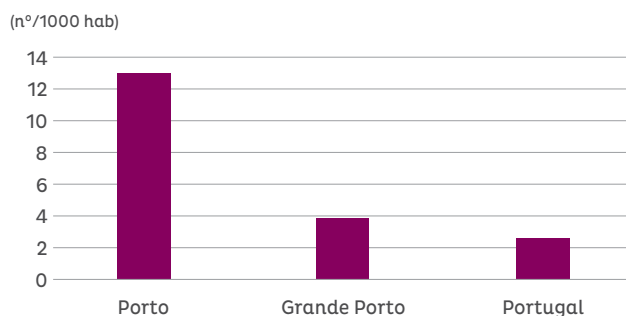
Fonte: INE

Apesar desta tendência, a situação do Porto, em 2009, apresentava-se bastante mais favorável comparativamente à que era observada ao nível do Grande Porto e, sobretudo, do país (quase 5 vezes mais médicos por cada 1000 residentes no caso do Porto).

Os médicos ao serviço na cidade representavam, no mesmo ano, 61% do valor total dos municípios do Grande Porto e 11% do total para o país, evidenciando-se, assim, a sua importância como polo de concentração destes profissionais de saúde.

Médicos

2009



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

Utentes dos centros de saúde sem médico de família

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Utentes inscritos nos centros de saúde que não têm médico de família atribuído.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

Constituindo os centros de saúde as unidades de primeira linha na prestação dos cuidados de saúde, a análise dos utentes sem médico de família constitui uma forma de apreciar a acessibilidade efetiva dos cidadãos a serviços de acompanhamento regular da sua condição de saúde.

Um aumento deste indicador revela uma degradação da situação da cidade no que concerne à cobertura da proteção na saúde.

EVOLUÇÃO RECENTE

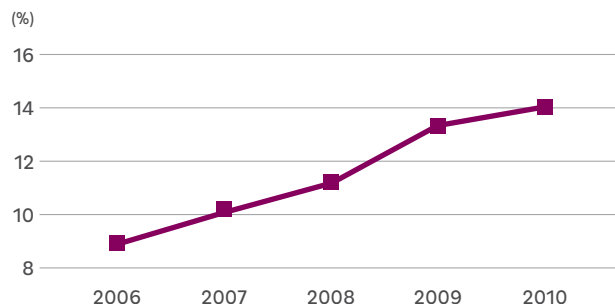
Em 2010, 14% dos utentes inscritos em centros de saúde do Porto não tinham médico de família atribuído.

A proporção de cidadãos sem cobertura ao nível dos cuidados de saúde primários degradou-se de

forma contínua no período em análise - em 2006 este valor ficava-se em 8,8%.

Entre 2006 e 2010 verificou-se uma diminuição de 45 médicos ao serviço nos centros de saúde e extensões da cidade.

Evolução da proporção de utentes sem médico de família atribuído



Fonte: ARS-Norte

Em 2010 estavam inscritos 323.698 utentes nos centros de saúde do Porto, um valor que excedia em cerca de 36% a população residente na cidade e que traduz a enorme pressão colocada sobre este tipo de equipamentos.

Esta situação decorre, em larga medida, do facto de, segundo a legislação vigente, os cidadãos poderem escolher o centro de saúde onde querem

ser acompanhados, desde que haja recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis, muito embora se reconheça igualmente que, nalguns casos, as listas dos centros de saúde não se encontram atualizadas com os utentes que efetivamente recorrem a estes equipamentos, existindo, por exemplo, situações de utentes inscritos em mais do que um centro de saúde.

EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE SAÚDE - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

ARS-NORTE (2011), **Relatório de Actividades 2010**, ed. Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.
CMP (2008), **Rede Social do Porto – Relatório de Pré-diagnóstico**, ed. Câmara Municipal do Porto (Gabinete de Estudos e Planeamento/Departamento Municipal de Estudos).
DGEEP/MTSS (2007), **Creche, Centro de Actividades Ocupacionais e Lar para Idosos: A Percepção dos Utentes – Um Inquérito à Qualidade, Adequação e Satisfação – Carta Social 2005**, ed. Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento/Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
ERS (2009), **Estudo do Acesso aos Cuidados de Saúde Primários do SNS**, ed. Entidade Reguladora da Saúde.
MS/DGS (2004), **Plano Nacional de Saúde 2004-2010: mais saúde para todos**, Volume I e II, ed. Direcção-Geral da Saúde, ed. Ministério da Saúde.
OMS (2008), **Relatório Mundial de Saúde 2008: Cuidados de Saúde Primários Agora Mais que Nunca**, ed. Alto Comissariado da Saúde (versão portuguesa).

SITES RELACIONADOS

<http://www.acs.min-saude.pt>
<http://www.cartasocial.pt>
<http://www.dgs.pt>
<http://www.portaldasaude.gov.pt>

EDIFICADO



O tecido edificado representa um pilar importante da identidade urbana. Este tipo de património pode ser valorizado em múltiplas perspetivas: arquitetónica, urbanística, estética, paisagística, cultural e histórica, evocando de uma forma geral a herança da cidade.

Do ponto de vista coletivo, o estado do edificado e a qualificação urbanística, em geral, condicionam o usufruto do espaço público pela população residente e pelos seus visitantes.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Edifícios reabilitados

Edifícios reabilitados

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Edifícios reabilitados concluídos (sujeitos a obras de ampliações, alteração ou reconstrução), (conceito adaptado do INE).

UNIDADE

nº

LEITURA DO INDICADOR

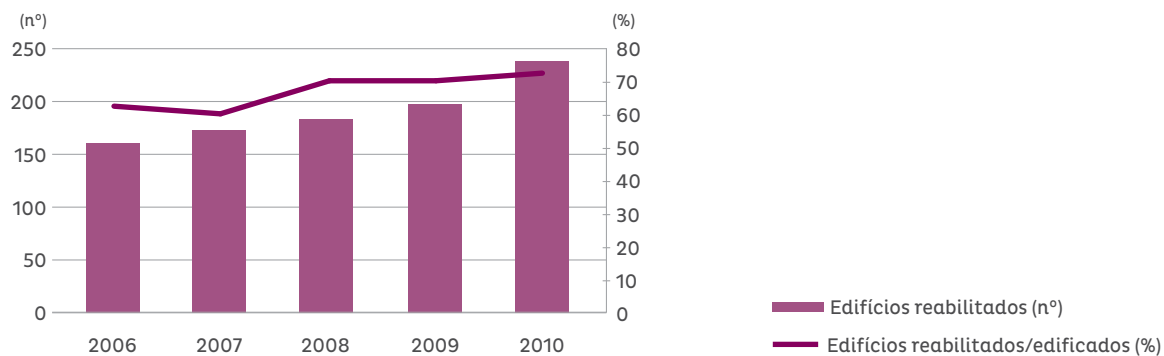
A atividade de reabilitação relacionada com a conclusão de obras no edificado, seja de ampliação, alteração ou reconstrução, constitui um indicador de interesse para acompanhar a dinâmica evolutiva da cidade relacionada com este tipo de intervenção. A reabilitação urbana constitui um processo vasto, de intervenção no tecido urbano existente, que procura melhorar o desempenho funcional e de segurança dos edifícios e responder aos desafios atuais com que se confrontam as áreas urbanas.

EVOLUÇÃO RECENTE

No ano de 2010 foram concluídas obras de reabilitação - envolvendo trabalhos de reconstrução, alteração e ampliação - em 237 edifícios da

cidade do Porto. Desde o ano de 2006 que se vem registando um aumento progressivo no número de edifícios reabilitados anualmente.

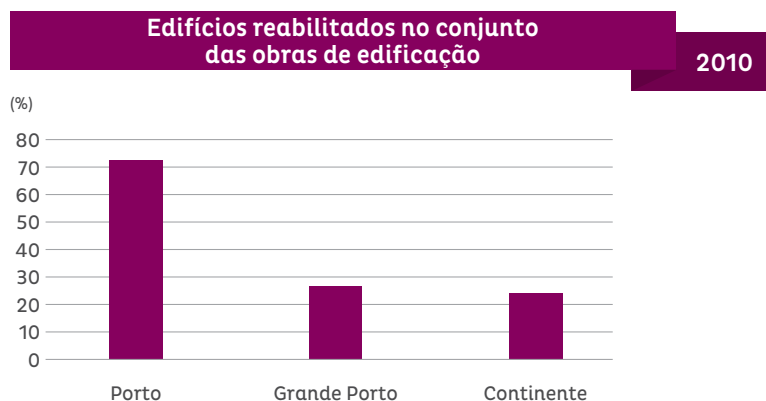
Evolução do número de edifícios reabilitados



Fonte: INE

Este crescimento verificado em termos absolutos, ao qual não é alheio o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pela Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, teve correspondência no aumento do peso relativo das intervenções de reabilitação no conjunto das obras de edificação

concluídas. Em 2010 esta proporção atingiu já 72%. Comparativamente com outros âmbitos geográficos esta quota correspondente aos edifícios reabilitados no conjunto das obras de edificação superava largamente a registada ao nível do Grande Porto (25%) e do continente (23%).



Fonte: INE

EDIFÍCIOS REABILITADOS - Informação adicional

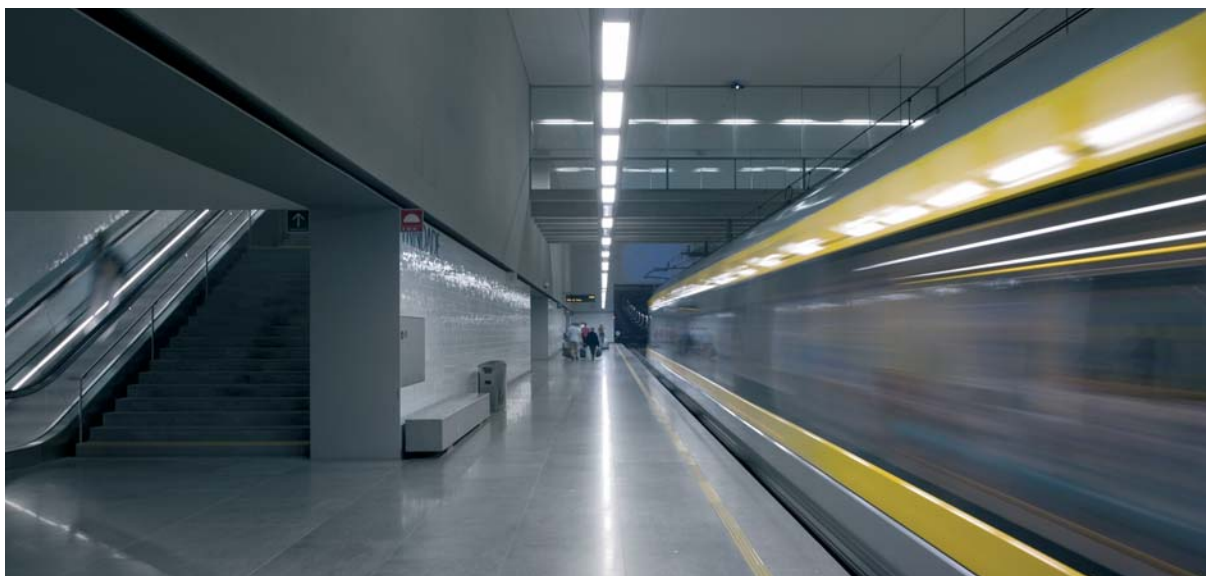
DOCUMENTAÇÃO

AECOPS (2009), **O Mercado da reabilitação – enquadramento, relevância e perspectivas**, ed. Associação de Empresas de Construção, Obras Públicas e Serviços.

SITES RELACIONADOS

<http://www.portovivosru.pt>

MOBILIDADE



O incremento da taxa de motorização e da utilização do transporte individual nos últimos anos tem-se refletido em piores condições de acessibilidade nos centros urbanos devido, sobretudo, à intensificação e congestionamento dos volumes de tráfego, com consequências diretas no ambiente, na saúde e qualidade de vida das pessoas.

Uma das componentes da mobilidade urbana que mais pode contribuir para uma redução dos níveis de congestionamento das cidades e, ainda, desincentivar as deslocações em transporte individual no interior das cidades é a existência de um sistema de transportes públicos urbanos eficaz, eficiente e apelativo para o cidadão.

Neste sentido, as políticas para o setor apontam para medidas de promoção de uma mobilidade sustentável, que se traduza numa diminuição da utilização do transporte individual e num aumento das deslocações em transporte público, tendo como objetivo uma redução dos níveis de congestionamento, das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e da poluição sonora e atmosférica e ainda um aumento da poupança energética.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Velocidade média em transporte individual *(sem dados atualizados)*
- Velocidade média em transporte público
- Passageiros em transporte público
- Lugares em parques de estacionamento

Velocidade média em transporte público

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Velocidade comercial calculada com base na frota de autocarros da STCP. Inclui os tempos das paragens para entrada e saída de passageiros e as paragens devidas ao congestionamento de trânsito.

UNIDADE

km/h

LEITURA DO INDICADOR

Para que uma cidade possua boas condições de mobilidade e acessibilidade é fundamental a existência de um sistema de transportes coletivos eficiente, fiável e de qualidade, que se assuma como a melhor opção para as deslocações diárias e a alternativa mais sustentável em termos ambientais.

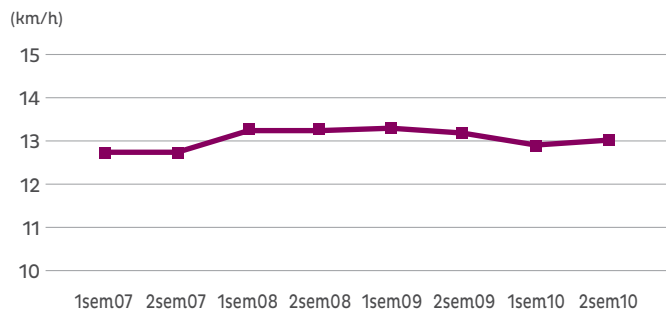
Com a monitorização da velocidade média em transporte público pretende-se avaliar a evolução das condições de circulação na cidade, sendo que uma evolução positiva deste indicador traduz uma maior fluidez de tráfego. Um aumento da velocidade comercial do transporte público é, ainda, um fator que pode contribuir para uma maior utilização deste tipo de transporte, tornando-o mais apelativo, relativamente a outros modos de transporte.

EVOLUÇÃO RECENTE

Nos últimos anos a velocidade média registada pelos transportes públicos rodoviários na cidade do Porto não tem registado grandes oscilações. A tendência evolutiva mostra um aumento muito ligeiro entre 2007 e 2010, ano em que foi atingido o valor médio de 12,9km/h.

Trata-se de um indicador sujeito a efeitos de sazonalidade já que, em regra, os meses onde se atingem as velocidades médias mais elevadas correspondem aos meses de verão (junho e agosto), enquanto os meses de inverno, principalmente outubro e dezembro, costumam registar os menores valores.

Evolução da velocidade média em transporte público



Fonte: STCP

Passageiros em transporte público

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Total de passageiros em transporte público, medidos em função do número de validações dos títulos de transporte. Inclui os passageiros transportados em toda a rede da STCP e do Metro do Porto.

UNIDADE

nº (milhões)

LEITURA DO INDICADOR

O transporte público coletivo de passageiros nos meios urbanos é um dos fatores chave de sustentabilidade das cidades, pelas suas implicações na própria mobilidade urbana, mas também, pela sua importância em termos ambientais e económicos.

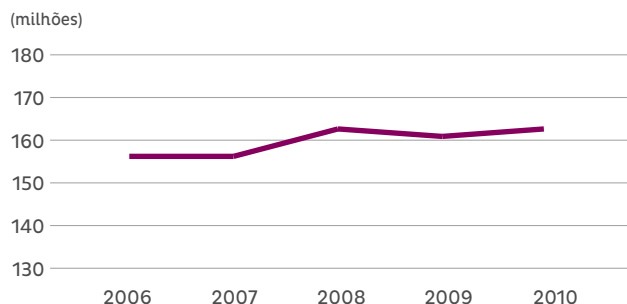
A evolução do número de passageiros que utilizam os transportes públicos urbanos permite obter uma leitura da procura deste modo de transporte, constituindo o aumento deste valor uma boa indicação em termos de mobilidade urbana já que sugere uma retração da opção de utilização do transporte individual.

EVOLUÇÃO RECENTE

Entre 2006 e 2010 verificou-se um ligeiro aumento da utilização do transporte público na rede que serve a cidade do Porto. As validações dos títulos de transporte registaram uma taxa de variação

média positiva que, no entanto, não ultrapassou o valor de 1% ao ano, neste intervalo de 5 anos. Em 2010 foram transportados em autocarros e no metro 162,8 milhões de passageiros.

Evolução da utilização de transporte público (validações)



Fonte: MP/STCP

Neste período, assistiu-se à consolidação do sistema intermodal de bilhetes sem contacto (Andante), bem como à reestruturação da rede da operadora de transportes coletivos rodoviários, o que terá contribuído para um aumento das taxas de utilização deste modo de transporte.

Adicionalmente, a própria conjuntura econó-

mica desfavorável e o aumento dos preços dos combustíveis que se verificaram no período em análise, poderão ter tido um efeito convergente, condicionando a opção pelo transporte público em detrimento do individual, contribuindo desta forma para uma diminuição do congestionamento de tráfego e para melhores níveis de acessibilidade.

Lugares em parques de estacionamento

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Lugares em parques de estacionamento privados e parques municipais pagos, gratuitos e concessionados.

UNIDADE

nº

LEITURA DO INDICADOR

O aumento da capacidade de estacionamento na cidade tem procurado dar resposta ao objetivo de diminuir o estacionamento na via pública, facilitar a circulação e permitir um melhor acesso das pessoas, designadamente ao centro da cidade, contribuindo também desta forma para a revitalização deste espaço.

Este aumento da capacidade de estacionamento exige uma monitorização atenta já que, ao criar mais facilidades aos automobilistas, pode constituir um estímulo adicional para a utilização do automóvel privado.

EVOLUÇÃO RECENTE

Entre 2001 e 2009 a oferta de estacionamento em parques na cidade do Porto cresceu cerca de 43%, tendo esta evolução sido mais marcada no setor privado, que registou um aumento superior a 90% (cerca de 4.600 lugares).

O elevado incremento na capacidade global de

lugares em parques de estacionamento verificado entre 2004 e 2007 é justificado, sobretudo, pela abertura de alguns parques de grandes dimensões, designadamente o parque do Centro Comercial Dolce Vita, o parque da Casa da Música e ainda o parque do Castelo do Queijo.

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA **QUALIDADE DE VIDA URBANA**
DO PORTO

Lugares em parques de estacionamento (nº)

Tipo de parque de estacionamento	2001	2004	2007	2009
Municipais Concessionados	2.979	3.436	3.488	3.600
Municipais Gratuitos	735	625	484	484
Municipais Pagos	2.147	2.081	1.721	1.802
Privados	4.944	4.403	9.494	9.582
Total de lugares	10.805	10.545	15.187	15.468

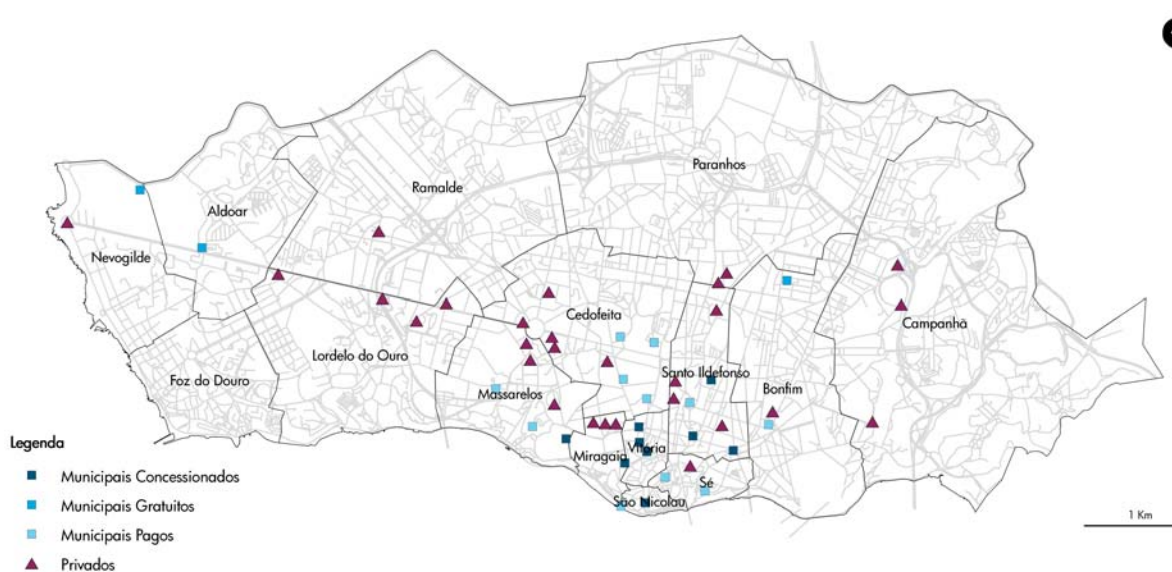
Fonte: CMP-DMVP

No que respeita à tipologia dominante, os parques privados representavam a grande maioria da oferta disponível detendo, em 2009, mais de 60% dos 15.468 lugares existentes na cidade. Os parques municipais, gratuitos e pagos, nesse ano, totalizavam cerca de 15% do total de lugares.

Avaliando a sua distribuição geográfica, constata-se que a área central concentrava a maioria dos lugares em parques de estacionamento (53%), sendo a freguesia de Santo Ildefonso aquela que apresentava uma melhor dotação (21% dos lugares).

Parques de estacionamento

2009



Fonte: CMP/DMVP

As freguesias da periferia eram, de um modo geral, as que registavam as menores capacidades, sendo de destacar a Foz do Douro por ser a única que não possuía nenhum parque de estacionamento de acesso ao público.

É ainda de referir que existia apenas um parque de estacionamento com o sistema *park&ride* (In-

terface do Metro do Porto na Estação do Estádio do Dragão), com capacidade para mais de 860 lugares, que permite uma integração entre o bilhete de transporte público e o de estacionamento num mesmo cartão, numa tentativa de dissuadir a utilização do transporte individual no interior da cidade.

MOBILIDADE - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

CE (2001), **Livro Branco "A Política Europeia de Transportes no Horizonte 2010: a Hora das Opções"**, ed. Comissão Europeia.
CE (2007), **Livro verde "Por uma nova cultura de mobilidade urbana"**, ed. Comissão Europeia.
CE (2009), **Plano de Acção para a Mobilidade Urbana**, ed. Comissão Europeia.
CMP/UP-FEUP (2005), **Caracterização do Estacionamento na cidade do Porto - Relatório final**.
CMP (2008), **Medidas de Prioridade ao Transporte Público Rodoviário na Cidade do Porto**, ed. Câmara Municipal do Porto (Direcção Municipal da Via Pública).
DGOTDU (2011), **Acessibilidade, Mobilidade e Logística Urbana** - Série Política de Cidades 6, ed. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
MOPTC (2009), **Plano Estratégico de Transportes 2008-2020**, ed. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

SITES RELACIONADOS

<http://www.ec.europa.eu/transport>
<http://www.civitas-initiative.org>
<http://www.imtt.pt>
<http://www.eea.europa.eu/themes/transport>

COMÉRCIO E SERVIÇOS



A facilidade de acesso a um conjunto diversificado de bens e serviços de apoio às necessidades básicas das famílias e às suas rotinas da vida quotidiana representa uma condição essencial para a qualidade de vida urbana.

Por outro lado, a elevada concentração deste tipo de atividades, característica das metrópoles, torna-as componentes chave da economia local, por gerarem emprego e refletirem a dinâmica geral da cidade.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Estabelecimentos de comércio a retalho
- Serviços de apoio à população
- Hotéis e restaurantes

Estabelecimentos de comércio a retalho

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Estabelecimentos de comércio a retalho.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

O comércio a retalho, enquanto atividade de proximidade, está vocacionado para suprir as necessidades mais comuns da população, transacionando bens de consumo frequente, direcionados para o consumidor final.

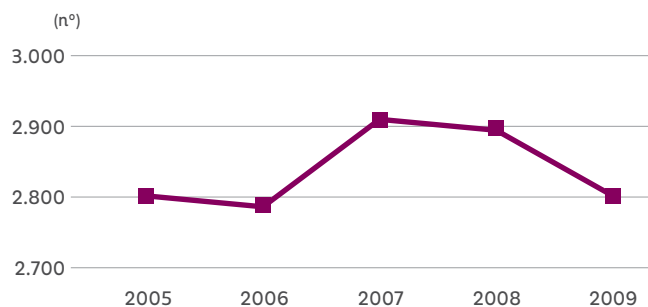
Quanto maior a dotação da cidade neste tipo de estabelecimentos, maior a oferta, em quantidade e diversidade, dos produtos comercializados e, logo, maior a facilidade e comodidade no acesso a esses bens.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009, contabilizavam-se no Porto 2.801 estabelecimentos de comércio a retalho, que representavam 19,5% do total de estabelecimentos com atividade económica do concelho e correspondia a uma captação de 11,6 unidades por 1000

habitantes. Apesar da trajetória evolutiva não ser linear, a oscilação dos valores foi pouco significativa, pelo que se poderá falar de uma situação de relativa estabilidade no período em análise.

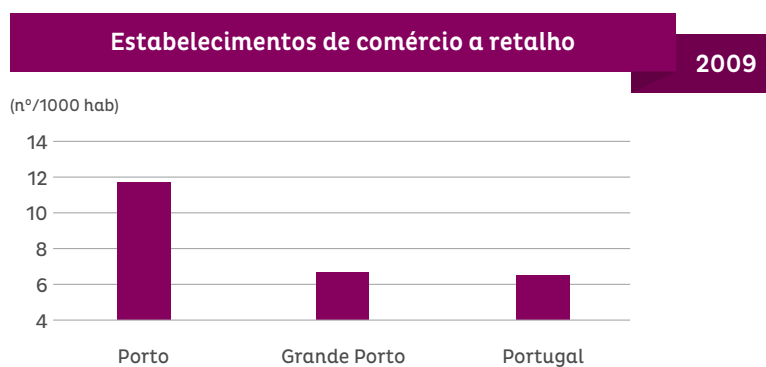
Evolução do número de estabelecimentos de comércio a retalho



Fonte: MTSS-GEP

Os estabelecimentos comerciais retalhistas do Porto, em 2009, representavam 33% do total das unidades existentes nos 9 municípios do Grande Porto, dado que evidencia a importância que a

cidade continua a manter como centralidade comercial. Em termos de capitação apresentava quase o dobro das unidades comerciais por 1000 habitantes do que o Grande Porto e que o país.



Fonte: MTSS-GEP/cálculos CMP-GEP

Serviços de apoio à população

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Estabelecimentos de serviços diversificados de apoio à população.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

Os serviços de apoio, tal como o próprio nome sugere, referem-se a serviços que, pelas suas funções, suportam a vida quotidiana da população que utiliza a cidade.

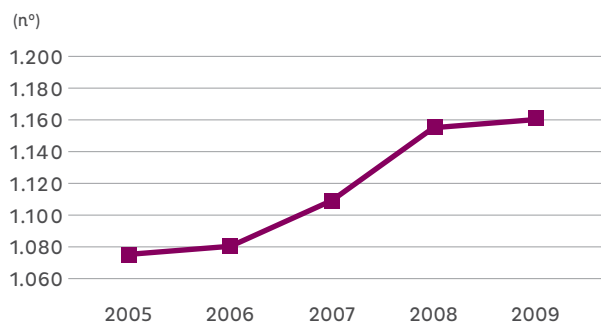
Trata-se de atividades, como as das instituições bancárias, dos correios, dos laboratórios de análises clínicas, dos salões de cabeleireiro, dos ginásios ou das agências de viagem, entre outras, cuja existência, para além de contribuir para uma boa qualidade de vida individual, assume um papel relevante na dinamização económica local.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009, encontravam-se instalados na cidade do Porto 1.160 estabelecimentos de prestação de serviços diversificados, o que equivale a uma dotação de cerca de 4,8 estabelecimentos por 1000 habitantes.

O Porto registou, no período 2005-2009, um crescimento da oferta destas atividades a uma taxa média ajustada de 2,2% ao ano.

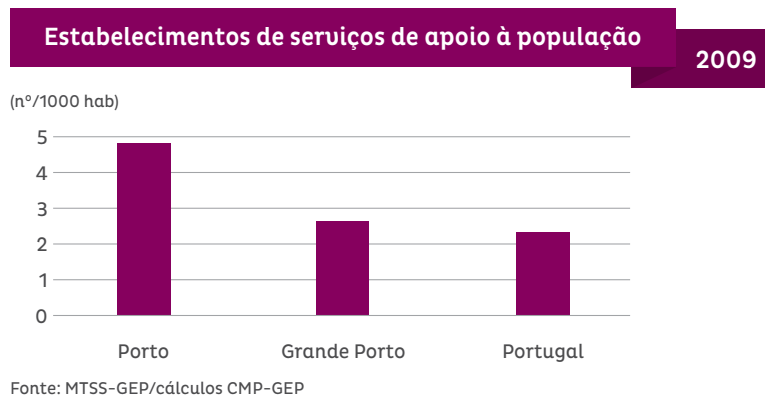
Evolução do número de estabelecimentos de serviços de apoio à população



Fonte: MTSS-GEP

Comparativamente com os outros âmbitos geográficos de referência, em 2009, o Porto posicionou-se de forma favorável. Apresentou sensivel-

mente o dobro da capitação do Grande Porto e do país no seu conjunto.



Hotéis e restaurantes

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Estabelecimentos hoteleiros e de restauração.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

Os hotéis e restaurantes encontram-se tradicionalmente concentrados em meio urbano, dirigindo-se - no caso concreto dos restaurantes - não apenas à população residente mas, sobretudo, aos turistas. A qualidade dos serviços que prestam é determinante para a fidelização dos visitantes e para a projeção do centro urbano.

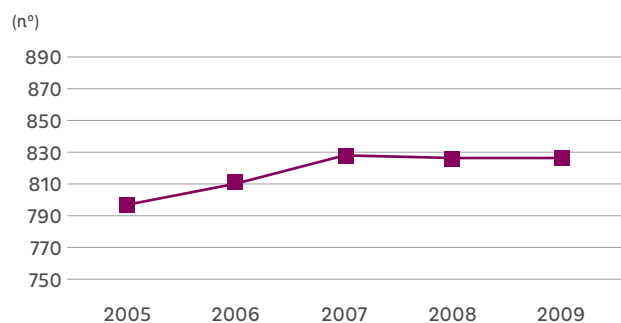
Um acréscimo da dotação da cidade neste tipo de estabelecimentos sinaliza o reforço da capacidade instalada, capacidade esta que se mostra particularmente crítica quando em causa está o acolhimento de grandes eventos e iniciativas.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009, localizavam-se no Porto 152 hotéis e 675 restaurantes, total que representava uma relação de 3,4 estabelecimentos hoteleiros e de restauração por 1000 habitantes.

Este indicador não sofreu alterações apreciáveis no período 2005-2009.

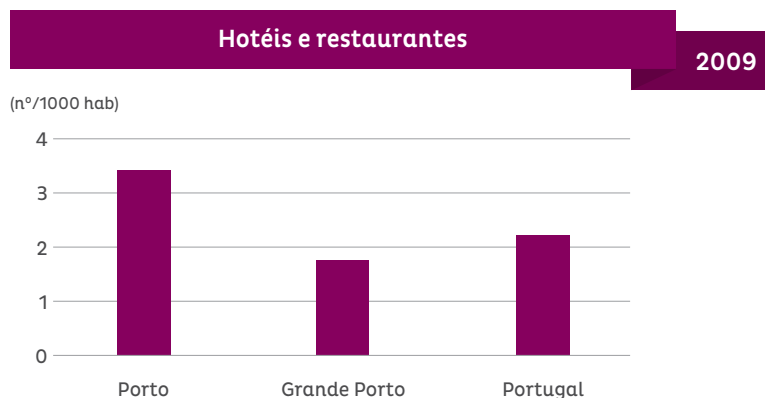
Evolução do número de hotéis e restaurantes



Fonte: MTSS-GEP

Em 2009, o concelho do Porto oferecia 37% da oferta total de unidades de hotelaria e restauração existente nos 9 municípios do Grande Porto,

com uma dotação relativa claramente superior à do Grande Porto e do país.



Fonte: MTSS-GEP/cálculos CMP-GEP

Na atualidade, o Porto apresenta, em relação às unidades hoteleiras, uma oferta diversificada dirigida a diferentes perfis de turistas, que vai desde uma gama de hotéis de 5 estrelas que servem um

público com elevado poder de compra a vários hotéis *low-cost*, cada vez mais procurados por turistas mais jovens.

COMÉRCIO E SERVIÇOS - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

CCDR-N (2008), **Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal**, Agenda Regional de Turismo, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

ODRN (2009), **Turismo na Região do Norte de Portugal**, ed. Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte (Centro de Avaliação de Políticas e Estudos Regionais).

SITES RELACIONADOS

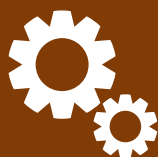
<http://www.visitporto.travel/>

Condições Materiais Coletivas – Quadro síntese

Indicador	Unidade	Valor mais recente		Evolução	
		Valor	Ano	Sinal da Tendência	Período
Equipamentos culturais					
Galerias de arte e outros espaços de exposição	nº/1000 hab	0,29	2009	●	2005-2009
Museus	nº/1000 hab	0,07	2009	●	2005-2009
Equipamentos desportivos					
Pavilhões polidesportivos	nº/1000 hab	0,28	2009	n.d.	-
Piscinas de acesso público	nº/1000 hab	0,24	2009	n.d.	-
Outros equipamentos desportivos	nº/1000 hab	2,33	2009	n.d.	-
Extensão de ciclovias	km/1000 hab	0,05	2009	●	2004-2009
Equipamentos educativos					
Estabelecimentos do ensino básico e secundário	nº/1000 hab	1,04	2009	●	2005-2009
Estabelecimentos com oferta de educação pré-escolar	nº/1000 hab	0,68	2009	●	2005-2009
Equipamentos sociais e de saúde					
Capacidade das creches	nº/1000 hab	11,3	2010	●	2007-2010
Capacidade dos lares, centros de dia e apoio domiciliário	nº/1000 hab	26,4	2010	●	2007-2010
Centros de saúde e extensões	nº/1000 hab	0,1	2010	●	2007-2010
Médicos	nº/1000 hab	12,9	2009	●	2005-2009
Utentes dos centros de saúde sem médico de família	%	14,0	2010	●	2006-2010
Edificado					
Edifícios reabilitados	nº	237	2010	●	2006-2010
Mobilidade					
Velocidade média em transporte público	km/h	12,9	2010	●	2007-2010
Passageiros em transporte público	nº (milhões)	162,8	2010	●	2006-2010
Lugares em parques de estacionamento	nº	15.468	2009	●	2001-2009
Comércio e serviços					
Estabelecimentos de comércio a retalho	nº/1000 hab	11,6	2009	●	2005-2009
Serviços de apoio à população	nº/1000 hab	4,8	2009	●	2005-2009
Hotéis e restaurantes	nº/1000 hab	3,4	2009	●	2005-2009

- Evolução favorável
- Evolução desfavorável
- Estabilidade
- ↕ Sem tendência definida
- n.d. Não disponível

CONDIÇÕES ECONÓMICAS



- RENDIMENTO E CONSUMO
- MERCADO DE TRABALHO
- MERCADO DE HABITAÇÃO
- DINAMISMO ECONÓMICO
- **QUADRO SÍNTESE**

CONDIÇÕES ECONÓMICAS

O nível de desenvolvimento económico representa um fator determinante do bem-estar local condicionando, desde logo, o padrão de vida das populações e o acesso a empregos qualificados que, por seu lado, são decisivos para as oportunidades que os indivíduos têm de concretizar as suas opções de vida e aspirações.

Polos de geração de conhecimento, criatividade e inovação, as áreas urbanas apresentam-se atualmente como os principais motores do desenvolvimento económico regional e como grandes protagonistas dos processos de competitividade territorial. A elevada concentração de instituições, empresas e mão de obra potencia a captação, formação e fixação de capital humano, social e financeiro, gerando retornos positivos decorrentes da aglomeração de atividades e recursos. Sendo importantes os recursos e vantagens endógenos, a verdade é que as economias urbanas são também fortemente condicionadas por fatores externos – oportunidades ou desafios que surgem e que influem, positiva ou negativamente, no seu dinamismo. A sua evolução tem, por isso, de ser enquadrada na conjuntura regional, nacional e mesmo internacional do momento.

Nesta altura as forças atuantes são de natureza distinta. Se, por um lado, a emergência de uma economia baseada no conhecimento e na inovação torna as cidades capazes de acolher as atividades mais prósperas e dinâmicas, não deixa de ser verdade que os contextos urbanos se apresentam particularmente vulneráveis aos efeitos da crise económica presente, designadamente ao tendencial agravamento das situações de pobreza e ao aumento do desemprego e, consequentemente, ao risco de fragmentação socioespacial.

Principais mudanças

Analisando a evolução recente deste domínio das condições económicas na cidade do Porto, verifica-se que esta é marcada por tendências de

sinal contrário.

O atual quadro de dificuldades económicas e financeiras influenciou inquestionavelmente a evolução recente de vários indicadores que integram o painel SMQVU. Foram particularmente desfavoráveis as tendências relativas ao desemprego e aos beneficiários do rendimento social de inserção, o que significa que aumentou um segmento particularmente exposto ao risco de privação múltipla. Também ao nível do mercado de habitação os indicadores tiveram uma reação negativa, com o custo de aquisição e de arrendamento das habitações a baixar. Outro indicador a registar uma quebra acentuada foi a venda de combustíveis. Usada como uma medida do dinamismo económico local, esta caiu, em média, 7% ao ano entre 2005 e 2009.

Por outro lado, um número significativo de indicadores relacionados com as condições económicas manteve-se estável nos anos mais recentes. Tal aconteceu no caso da remuneração média dos trabalhadores do setor privado e do número de pensionistas por invalidez e sobrevivência, grupo tido como particularmente exposto ao risco de pobreza. Ainda no capítulo do rendimento, não se detetaram no período de 2005-2009 sinais de agravamento das disparidades de rendimento, o que não significa, no entanto, que este não seja um fenómeno que reclame uma atenção privilegiada uma vez que os desequilíbrios são acentuados. No que toca ao mercado de trabalho manteve-se o volume total de emprego privado bem como o volume de emprego nas atividades baseadas em conhecimento intensivo. Relativamente à despesa total do município a sua variação anual também não tem sofrido alterações muito acentuadas no horizonte temporal analisado.

Finalmente, há a sublinhar aquelas que foram as trajetórias mais favoráveis na cidade, no plano económico. Para além do aumento do rendimento declarado para efeito de IRS, os indicadores re-

lacionados com o consumo – compras através de terminais de pagamento automático e assinantes do serviço de TV por subscrição – registaram acréscimos expressivos. A qualificação dos recursos humanos reforçou-se também nos anos mais recentes, o mesmo sucedendo com a dinâmica de crescimento dos estabelecimentos de atividade económica (só em 2009 é que este assumiu uma variação negativa de 2,5%). As mudanças mais marcantes são contudo as que surgem associadas ao setor do turismo. Entre 2006 e 2010, as dormidas nos estabelecimentos cresceram a um ritmo de 7% ao ano e no caso dos passageiros do aeroporto Francisco Sá Carneiro, o seu incremento

anual rondou os 10%, o que lhe permitiu reforçar fortemente a sua importância competitiva no contexto nacional e do noroeste peninsular.

Sendo este o panorama que é possível analisar nesta altura, importa desde já assinalar o facto de as tendências descritas não corresponderem a um único horizonte temporal, o que poderá contribuir para “mascarar” alguns dos efeitos da recessão económica atual. Com efeito apesar de se pretender analisar neste relatório a situação no período 2006-2010, para alguns indicadores ainda não se dispõe dos valores para este último ano, tendo sido necessário recorrer a dados anteriores.

RENDIMENTO E CONSUMO



Os recursos económicos que os indivíduos têm disponíveis condicionam o acesso a todo um conjunto de bens e serviços essenciais para o seu bem-estar material. O trabalho constitui, em geral, a principal fonte de rendimento das famílias sendo que nas situações de inatividade económica - por desemprego ou incapacidade para trabalhar - os indivíduos ficam dependentes dos sistemas de proteção social.

Os níveis de rendimento encontram-se, por outro lado, diretamente relacionados com a capacidade de consumo privado. O aumento do poder de consumo, sobretudo de bens duradouros, para além de poder refletir uma melhoria do nível de vida dos cidadãos, constitui um estímulo para a vitalidade da economia local.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Rendimento coletável declarado
- Remuneração média mensal
- Quociente entre os percentis 90 e 10 da remuneração média mensal
- Pensionistas de invalidez e sobrevivência
- Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
- Compras através de terminais de pagamento automático
- Automóveis ligeiros
- Assinantes do serviço de TV por subscrição

Rendimento coletável declarado

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Valor anual, a preços constantes, do rendimento das pessoas singulares sujeito a tributação em sede de IRS.

UNIDADE

euros/habitante

LEITURA DO INDICADOR

O rendimento coletável dos contribuintes consiste no valor resultante da totalidade de rendimentos das várias categorias, depois de feitas as deduções previstas legalmente para cada uma delas, bem como as deduções de perdas (resultado líquido negativo apurado em qualquer categoria de rendimentos) e as deduções por abatimentos (nomeadamente despesas de saúde, de educação, donativos de interesse público, entre outros). Constitui, pois, o valor do rendimento com base no qual é apurado o imposto.

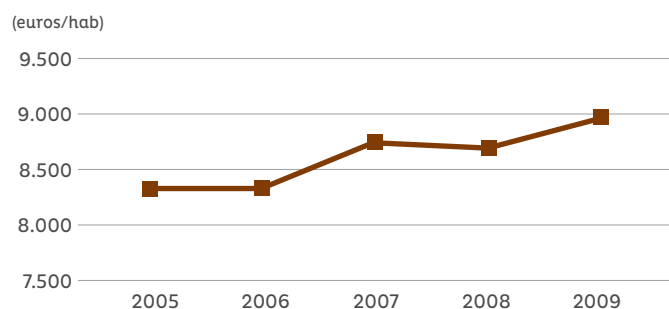
Este indicador permite medir a disponibilidade de rendimentos dos cidadãos, o mesmo é dizer, a sua capacidade para satisfazer, designadamente, necessidades materiais que contribuam para o seu conforto e bem-estar.

EVOLUÇÃO RECENTE

No ano de 2009, o valor anual do rendimento coletável por habitante dos residentes no Porto situou-se em 8.958€.
Entre 2005 e 2009, apesar de terem ocorrido algumas oscilações, evidenciou-se uma tendência

do crescimento dos rendimentos declarados. O rendimento coletável aumentou, neste período, a uma taxa média ajustada de 1,8% ao ano, a preços constantes (taxa de 3,8% a preços correntes).

**Evolução do rendimento coletável
declarado em sede de IRS (a preços constantes de 2009)**



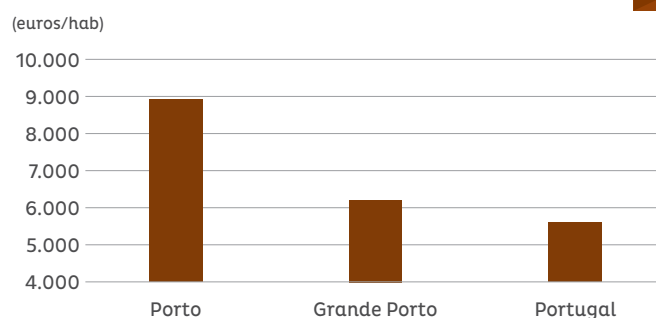
Fonte: CCDR-N/cálculos CMP-GEP

Em termos comparativos, a situação da cidade mostrava-se claramente mais favorável do que a do Grande Porto e do país cujos valores anuais de

rendimento por habitante não iam além, respetivamente, de 69% e 62% do valor observado para o Porto.

Rendimento coletável declarado em sede de IRS

2009



Fonte: CCDR-N/cálculos CMP-GEP

Remuneração média mensal

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Valor médio da remuneração mensal dos trabalhadores registados nos Quadros de Pessoal do MTSS, a preços constantes.

UNIDADE

euros

LEITURA DO INDICADOR

A remuneração média mensal constitui um indicador privilegiado para se medir a evolução do nível de rendimento dos trabalhadores.

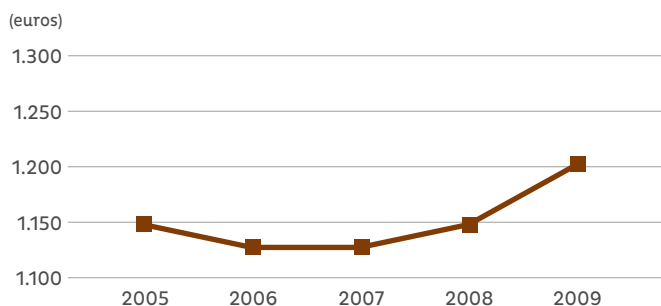
Com efeito, o salário, sendo uma das componentes principais da compensação que os trabalhadores recebem pelo trabalho efetuado, condiciona diretamente a capacidade de acumulação de riqueza e de aquisição de bens e serviços, permitindo o acesso a todo um conjunto de condições e de oportunidades que influenciam o bem-estar geral.

EVOLUÇÃO RECENTE

A remuneração média mensal dos trabalhadores – que engloba o rendimento base, as prestações regulares, as prestações irregulares e os ganhos extraordinários era, em 2009, de 1.202€. No inter-

valo entre 2005 e 2009 o ritmo médio de progressão deste indicador não ultrapassou 1,1% ao ano a preços constantes (3,1% a preços correntes).

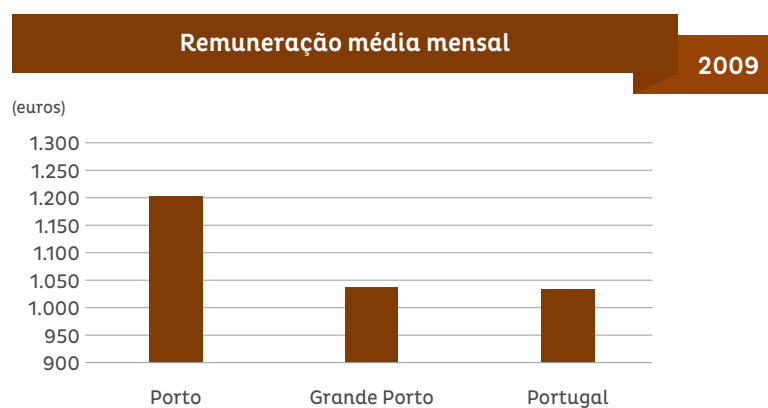
Evolução da remuneração média mensal
(a preços constantes de 2009)



Fonte: MTSS-GEP

Como seria de esperar face ao perfil da sua base produtiva o Porto evidenciava, em 2009, um nível

remuneratório, em média, cerca de 15% superior ao do Grande Porto e 16% superior ao do país.



Fonte: MTSS-GEP

Quociente entre os percentis 90 e 10 da remuneração média mensal

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Quociente entre o valor da remuneração média mensal acima do qual ganham 10% dos trabalhadores e o valor abaixo do qual ganham 10% dos trabalhadores registados nos Quadros de Pessoal do MTSS.

UNIDADE

nº

LEITURA DO INDICADOR

Traduzindo as disparidades salariais, a evolução deste indicador permite identificar se se está perante tendências de acentuação ou de atenuação das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho.

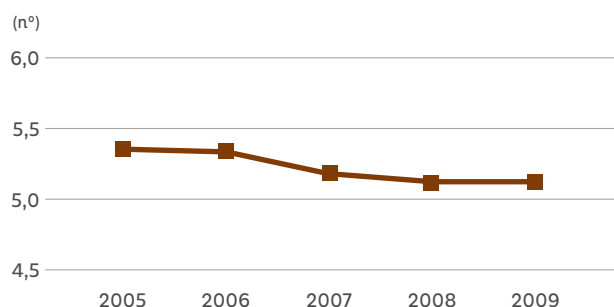
Quanto maior for o quociente entre o percentil 90 e o percentil 10 maiores são as assimetrias salariais e, consequentemente, maiores os desequilíbrios em termos dos padrões de vida e de consumo potenciais.

EVOLUÇÃO RECENTE

No Porto, em 2009, o valor da remuneração média mensal acima do qual ganhavam 10% dos trabalhadores era 5,2 vezes superior ao valor abaixo do qual se encontravam as remunerações dos 10% dos trabalhadores com as remunerações mais baixas.

Desde 2005, verificou-se uma situação de relativa estabilidade em termos da desigualdade na distribuição dos rendimentos na cidade, com uma ligeira atenuação ao longo dos anos analisados.

Evolução do quociente entre os percentis 90 e 10 da remuneração média mensal



Fonte: MTSS-GEP

Comparando-se, ainda, o salário médio mensal dos trabalhadores com rendimento superior ao percentil 90 com o dos trabalhadores com rendimento inferior ao percentil 10, verifica-se que o

primeiro é cerca de 17 vezes superior ao segundo, o que evidencia também uma forte disparidade salarial.

Diferença nos salários médios mensais dos trabalhadores
(a preços constantes de 2009)

Salários médios mensais	2005	2006	2007	2008	2009
Trabalhadores com remuneração superior ao percentil 90 da remuneração média mensal	3.742	3.648	3.648	3.790	4.010
Trabalhadores com remuneração inferior ao percentil 10 da remuneração média mensal	220	258	217	226	238
Quociente	17,0	14,1	16,8	16,8	16,8

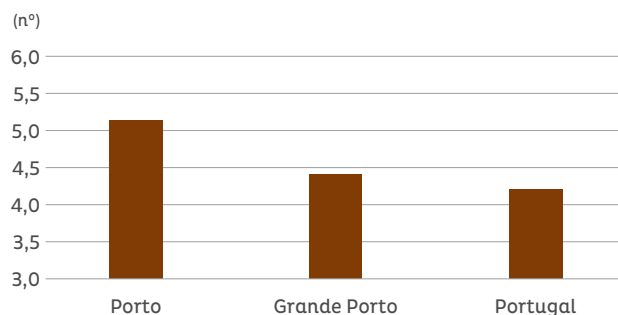
Fonte: MTSS-GEP

Comparativamente com outros âmbitos geográficos, as desigualdades na distribuição dos rendimentos, em 2009, no Porto, eram mais acentuadas do que as verificadas ao nível do Grande

Porto e a nível nacional, territórios onde a relação entre os percentis 90 e 10 era, respetivamente, de 4,4 e 4,2.

Quociente entre os percentis 90 e 10 da remuneração média mensal

2009



Fonte: MTSS-GEP

Pensionistas de invalidez e sobrevivência

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Indivíduos que auferem uma prestação pecuniária mensal, por sobrevivência ou invalidez, do Regime Geral da Segurança Social.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

Os indivíduos que dependem de prestações pecuniárias – por invalidez ou sobrevivência – asseguradas pelos sistemas de proteção social representam tendencialmente um dos grupos mais desfavorecidos em termos de rendimentos.

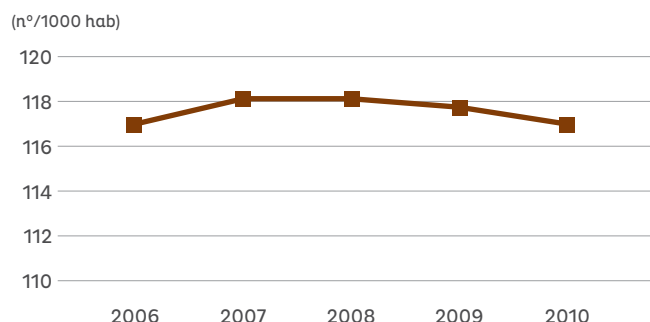
No plano coletivo, um aumento deste indicador significa que uma maior franja da população se encontra exposta ao risco de enfrentar problemas de privação económica e, consequentemente, mais limitada no acesso a bens e serviços que proporcionam conforto e bem-estar.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2010, cerca de 117 em cada 1000 habitantes da cidade do Porto encontravam-se na situação de pensionistas por invalidez ou sobrevivência.

O peso relativo destes pensionistas na estrutura social-económica local tem-se mantido relativamente estável desde 2006.

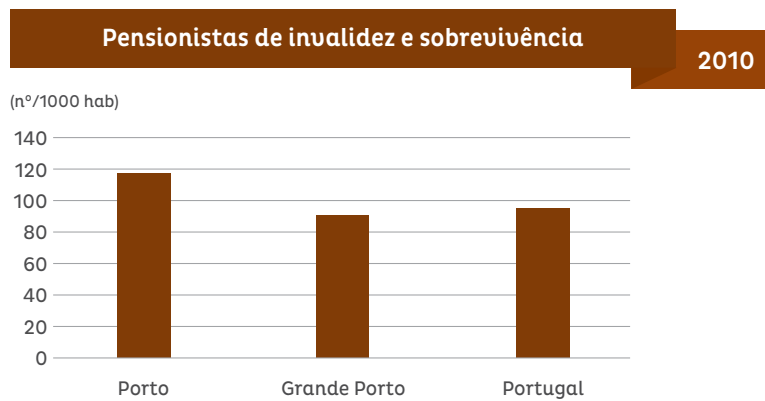
Evolução do número de pensionistas de invalidez e sobrevivência



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

Comparativamente com outros âmbitos geográficos, os valores registados no Porto apresentam-se mais elevados - em 2010, o número dos que auferiam uma pensão por invalidez ou sobrevivência em cada 1000 residentes não ultrapassava

o valor de 95 no caso do território nacional e de 91 no Grande Porto. Para este facto concorre, desde logo, o maior grau de envelhecimento da população residente no Porto.



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Pessoas que auferem Rendimento Social de Inserção. São contabilizados todos os beneficiários da medida, isto é, quer o titular, quer os membros do agregado familiar abrangidos que tenham tido pelo menos o processamento de uma prestação no ano em análise.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

O Rendimento Social de Inserção é uma medida de política social que consiste na atribuição de uma prestação pecuniária a todos os cidadãos que se encontram em situação de grave carência económica e que obedeçam a um conjunto de critérios definidos em legislação própria. O objetivo do subsídio é assegurar os recursos financeiros para satisfazer as necessidades mínimas, nomeadamente, em termos de alimentação, habitação, saúde e educação.

Este indicador traduz, por isso, o peso que assumem no total da população os indivíduos que não conseguem, de forma autónoma, obter os rendimentos necessários para a sua subsistência, encontrando-se dependentes de uma prestação social.

O indicador permite acompanhar a evolução de um estrato populacional que vive num limiar mínimo de sobrevivência, ou seja, que se encontra numa situação de forte precariedade económica e eventual risco de exclusão.

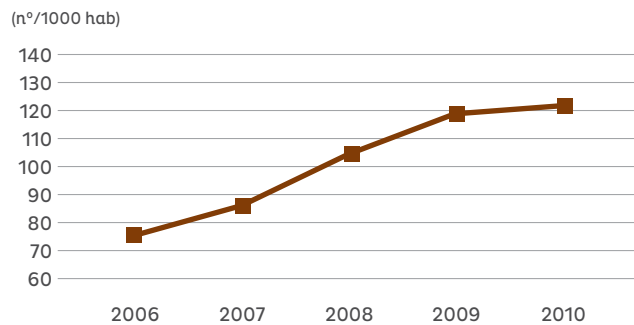
EVOLUÇÃO RECENTE

Ao longo dos últimos anos, tem vindo a assistir-se a uma tendência marcada de crescimento do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção na cidade do Porto.

Em 2010, encontravam-se abrangidos pela medi-

da 28.980 residentes o que significava uma relação de 122 beneficiários por cada 1000 habitantes. Face ao ano de 2006, o número de beneficiários residentes na cidade aumentou cerca de 55%, o que equivale a uma taxa média ajustada de crescimento de 12,5% ao ano.

Evolução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção



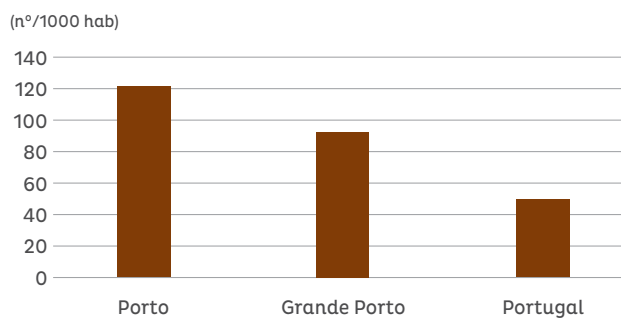
Fonte: MTSS-II/cálculos CMP-GEP

No mesmo ano, e numa perspetiva comparativa, os valores registados para a cidade afiguravam-se claramente superiores aos verificados ao nível do Grande Porto e, principalmente, ao nível do

país no seu conjunto, onde o número de beneficiários da medida em cada 1000 residentes não chegava a 50.

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

2010



Fonte: MTSS-II/cálculos CMP-GEP

Compras através de terminais de pagamento automático

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Montante despendido em compras efetuadas a partir de terminais de pagamento automático, não incluindo o pagamento de serviços.

UNIDADE

euros (milhões)

LEITURA DO INDICADOR

O recurso cada vez mais frequente aos cartões de crédito ou de débito como forma de pagamento permite a utilização deste indicador como uma *proxy* do consumo dos particulares.

Nesta perspetiva um aumento dos montantes despendidos será interpretado como uma manifestação de um reforço da capacidade de consumo e, nessa medida, de uma melhoria do nível de vida material das populações.

EVOLUÇÃO RECENTE

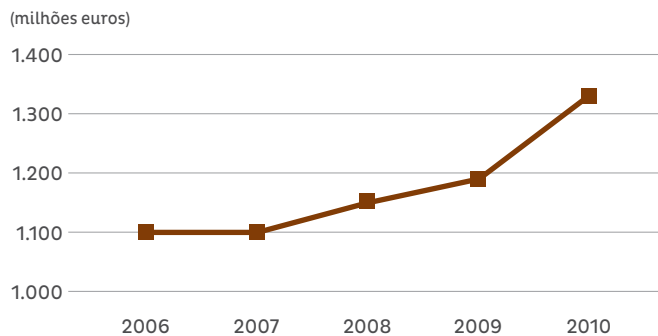
Entre 2006 e 2010, o montante despendido em compras efetuadas através de terminais de pagamento automático (não considerando o pagamento de serviços) tem vindo a aumentar continuamente no Porto, a um ritmo médio de 4,7% ao ano. Em 2010 este montante superou a fasquia de 1.330 milhões de euros, tendo-se observado o maior incremento entre os anos de 2009 e 2010, com uma taxa de crescimento que atingiu 12%.

tes à SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços), são preponderantes nesta trajetória, representando, no último ano analisado, 92% do montante total.

Ao longo destes cinco anos, foi invariavelmente nos meses de julho e dezembro (períodos de férias e do Natal) em que se verificaram os montantes mais elevados relativos a pagamentos através de terminais automáticos.

As compras nacionais, efetuadas com cartões emitidos em Portugal por instituições pertencen-

Evolução do montante das compras realizadas através de terminais de pagamento automático



Fonte: SIBS

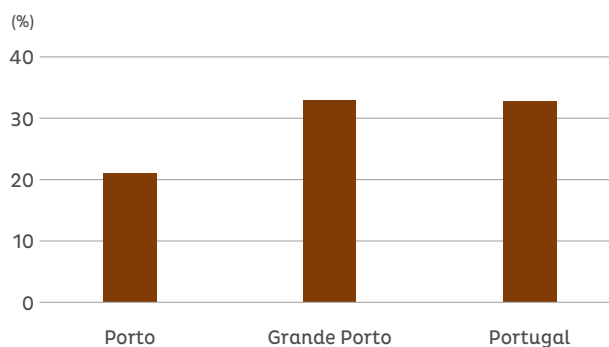
O montante referente aos levantamentos efetuados em caixas automáticas localizadas na cidade tem também vindo a aumentar desde 2006 atingindo, em 2010, o valor de 1.038 milhões de euros.

Em termos comparativos, a variação das compras efetuadas entre 2006 e 2010 no Porto foi inferior à registada ao nível do Grande Porto e de Portugal. Um aspeto que deverá ser tido em conta na interpretação destes últimos resultados prende-se com a própria difusão dos terminais de paga-

mento automático a qual, primeiramente, privilegiou os territórios mais densamente urbanizados. A disseminação desta modalidade de pagamento por todo o território nacional ocorreu sobretudo nos últimos anos pelo que nalguns casos as elevadas taxas de variação ainda podem estar a refletir essa mesma disseminação.

Em 2010, 30% da soma total das compras efetuadas no Grande Porto correspondia a transações realizadas na cidade do Porto.

Taxa de variação (2006-2010) do montante das compras realizadas através de terminais de pagamento automático



Fonte: SIBS

Automóveis ligeiros

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Veículos automóveis ligeiros com apólices de seguro válidas.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

A dimensão do parque automóvel seguro constitui uma *proxy* do consumo de bens não essenciais.

Em termos gerais, a evolução favorável do número de automóveis segurados está associada a uma dinâmica positiva em termos de capacidade de investimento particular ou empresarial.

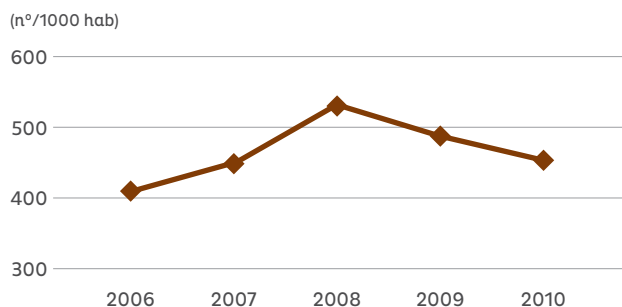
EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2010, existiam 453 automóveis ligeiros segurados por cada 1000 residentes no concelho. A dimensão do parque automóvel, em valores relativos, aumentou de 2006 a 2008, registando-se quebras nos anos seguintes.

A tendência observada à escala da cidade nos quatro primeiros anos em análise enquadra-se

na linha de tendência verificada a nível nacional. Contrariamente ao que se verificou no caso do Porto - em que o movimento de decréscimo se manteve - o país registou entre 2009 e 2010 um aumento do número de veículos ligeiros com apólices de seguro válidas por 1000 habitantes.

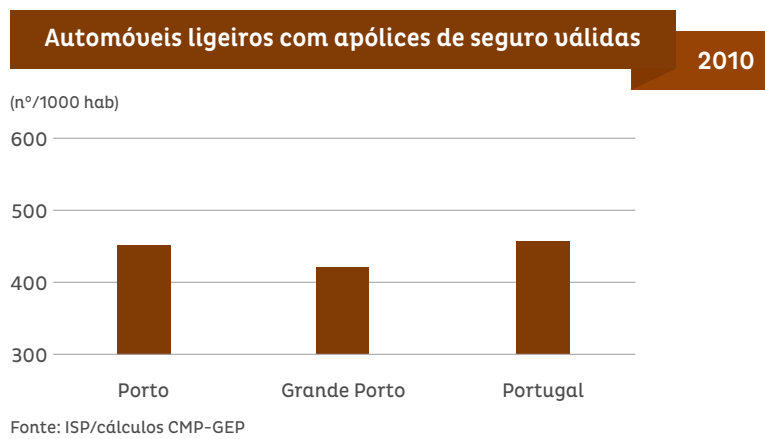
Evolução do número de automóveis ligeiros com apólices de seguro válidas



Fonte: ISP/cálculos CMP-GEP

Em 2010, o indicador para o Porto encontrava-se em linha com o valor registado em termos na-

cionais e ligeiramente acima do valor referente à aglomeração do Grande Porto.



Assinantes do serviço de TV por subscrição

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Assinantes do serviço de televisão – por cabo, satélite, fibra ótica e outras tecnologias – por subscrição.

UNIDADE

nº

LEITURA DO INDICADOR

O acesso ao serviço de televisão por subscrição está condicionado, desde logo, pelo nível de rendimentos dos indivíduos ou famílias.

O aumento deste indicador reflete uma maior capacidade de consumo e do acesso a bens que não são de primeira necessidade.

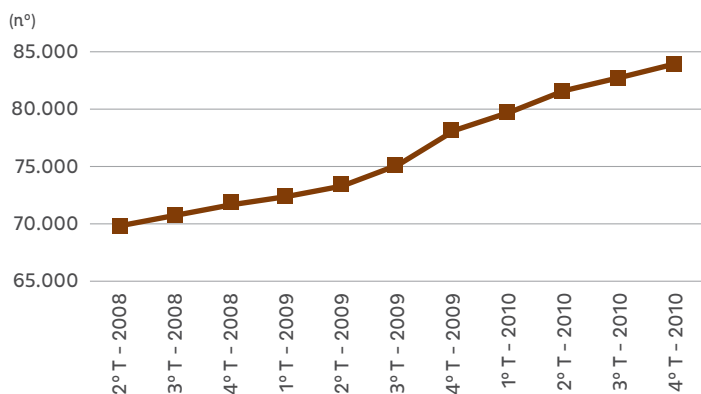
EVOLUÇÃO RECENTE

Em termos evolutivos tem-se registado na cidade uma cada vez maior adesão ao serviço de TV por subscrição. O número de assinantes passou de cerca de 70 mil no 2º trimestre de 2008 para um valor próximo de 84 mil no 4º trimestre de 2010 (neste ano, o valor médio correspondeu a 81.983

assinantes), o que representa um acréscimo de quase 21% num período de dois anos e meio.

Em termos de representatividade, os assinantes do Porto tinham um peso de 23% na totalidade de subscritores registados no 4º trimestre de 2010 no Grande Porto.

Evolução do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição

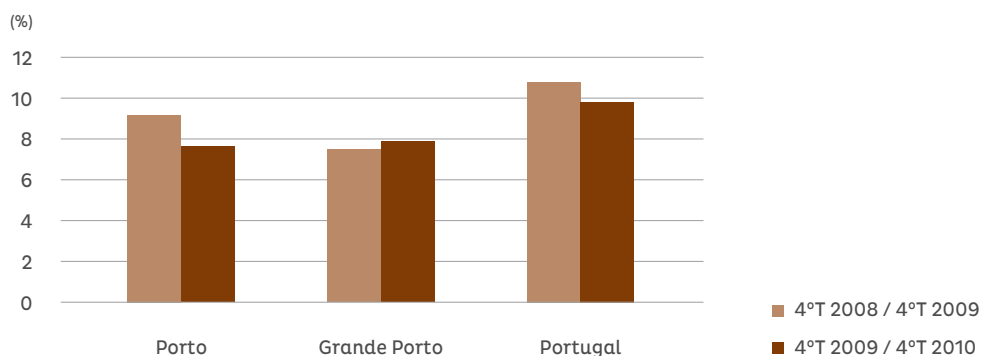


Fonte: ANACOM

A variação positiva do número de assinantes da cidade nestes últimos anos reproduziu um comportamento igualmente evidenciado não só ao nível do Grande Porto mas também ao nível do país

no seu conjunto, escala a que, de resto, tiveram lugar os maiores acréscimos relativos, tendo-se atingido 2,8 milhões de subscritores no 4º trimestre de 2010.

Taxa de variação homóloga do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição



Fonte: ANACOM

RENDIMENTO E CONSUMO - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

CE (2010), **The Social Situation in the European Union 2009**, ed. Comissão Europeia/ Publications Office of the European Union.

EUROFOUND (2010), **Working poor in Europe**, ed. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.

GONÇALVES, Alda e PALMA, Carlos (2011), **Rendimento Social de Inserção - Relatório Anual 2010**, ed. Instituto da Segurança Social, I.P.

ICP-ANACOM (2011), **Situação das Comunicações 2010**, ed. Autoridade Nacional de Comunicações.

INE (11 de Julho de 2011), **Destaque sobre Rendimento e Condições de Vida 2010**, ed. Instituto Nacional de Estatística.

ISP (2011), **Relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões 2010**, ed. Instituto de Seguros de Portugal.

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010), **Escassos Caminhos - Os Processos de Imobilização Social dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção**, Biblioteca das Ciências Sociais, ed. Edições Afrontamento.

SITES RELACIONADOS

<http://www.anacom.pt>
<http://www.gep.mtss.gov.pt>
<http://www.isp.pt>
<http://www.observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt>

MERCADO DE TRABALHO



O emprego, para além de constituir a principal fonte de rendimento, contribui para a realização pessoal e para uma integração e participação ativa dos indivíduos na sociedade.

As cidades enquanto polos dinamizadores da economia são por excelência centros geradores de emprego, sobretudo no setor terciário. No contexto atual em que ganham cada vez maior protagonismo as atividades baseadas no conhecimento e na criatividade, a educação e formação assumem-se como fatores decisivos para a valorização pessoal, condicionando fortemente o acesso ao mercado de trabalho e o nível de funções desempenhadas.

As situações mais desfavoráveis como a precariedade laboral ou o desemprego são particularmente gravosas nos seus efeitos negativos ao nível da qualidade de vida, por poderem desencadear processos de exclusão social e pobreza.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Emprego privado
- Trabalhadores com habilitações superiores
- Emprego terciário em serviços de conhecimento intensivo
- Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

Emprego privado

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Trabalhadores registados nos Quadros de Pessoal do MTSS.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

O nível de concentração de emprego nos centros urbanos condiciona as oportunidades de participação no mercado de trabalho que as cidades oferecem.

A evolução positiva do indicador, por representar uma componente fundamental da criação de empregos, traduz uma dinâmica favorável do mercado de trabalho e, de uma forma mais genérica, da economia local.

EVOLUÇÃO RECENTE

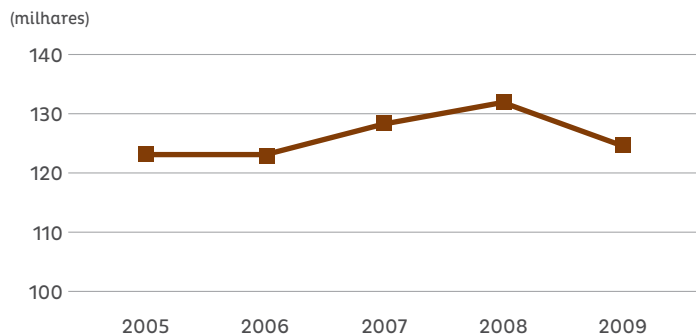
Na ausência de dados estatísticos atualizados sobre a totalidade dos postos de trabalho existentes na cidade (que ultrapassavam os 218.000, de acordo com os Censos de 2001), a informação disponibilizada pelos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social permite acompanhar a trajetória de evolução de um segmento importante, relativo essencialmente ao emprego privado. Com efeito, os Quadros de Pessoal cobrem todos os trabalhadores ao serviço de pessoas singulares ou coletivas (excetuando-se trabalhadores de serviço doméstico) abarcando também os trabalhadores ao serviço da administração central, regional e local e dos institutos

públicos desde que se encontrem em regime jurídico de contrato individual de trabalho.

Assim, com base nesta fonte estatística, no ano de 2009, existiam no Porto 124.610 postos de trabalho. Este indicador tem-se mantido relativamente estável desde 2005, registando um ritmo médio de crescimento de 0,8% ao ano.

O decréscimo do número de empregos em 2009 enquadra-se na tendência verificada quer para o Grande Porto quer a nível nacional, embora, no caso da cidade do Porto, a perda (-5,5%) tenha sido comparativamente superior à do Grande Porto (-3,8%) e de Portugal (-4,4%).

Evolução dos trabalhadores ao serviço no setor privado



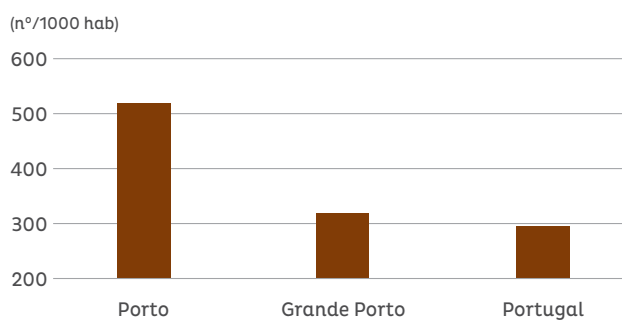
Fonte: MTSS-GEP

Relativizando o volume de postos de trabalho pela base da população residente, o Porto registava, em 2009, 518 empregos por 1000 habitantes, valor que comparado com as capitulações do Grande Porto e de Portugal – de 318 e 294,

respetivamente – revela bem o seu protagonismo no que toca à concentração de emprego. O Porto representava, no mesmo ano, 30% da força de trabalho do conjunto dos 9 concelhos do Grande Porto.

Trabalhadores ao serviço no setor privado

2009



Fonte: MTSS-GEP/cálculos CMP-GEP

Trabalhadores com habilitações superiores

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Trabalhadores dos Quadros de Pessoal do MTSS com habilitações ao nível do ensino superior.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

Numa economia que valoriza cada vez mais o conhecimento e a inovação, a modernização do mercado de trabalho aumenta a exigência quanto às competências que os indivíduos tenham adquirido no seu percurso educativo mas, também, em processos de formação ao longo da vida.

Regra geral, quanto mais elevado for o nível de habilitações dos trabalhadores maior será a sua capacidade para fazer face aos novos desafios profissionais e maior a sua habilitação para responder às exigências do mercado de trabalho.

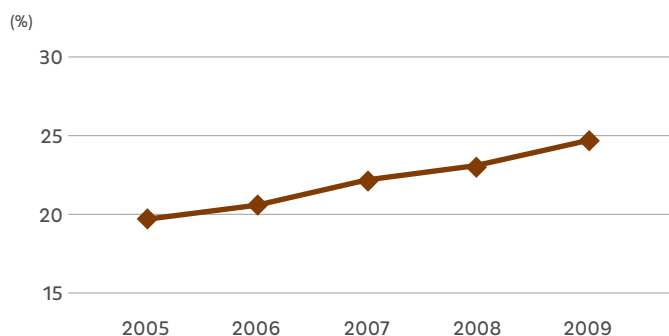
A nível dos territórios, uma força de trabalho qualificada constitui, no contexto atual, um fator decisivo para a sustentabilidade de uma economia dinâmica e competitiva.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009, cerca de 1/4 dos trabalhadores inscritos nos Quadros de Pessoal no Porto detinham um grau de habilitação correspondente ao ensino superior. Esta proporção tem vindo a aumentar sucessivamente nos últimos anos (2005-2009),

com base num ritmo de crescimento médio de 5,9% ao ano, o que demonstra que a cidade tem sabido adaptar a sua força de trabalho às exigências que se fazem sentir ao nível da qualificação do mercado de emprego.

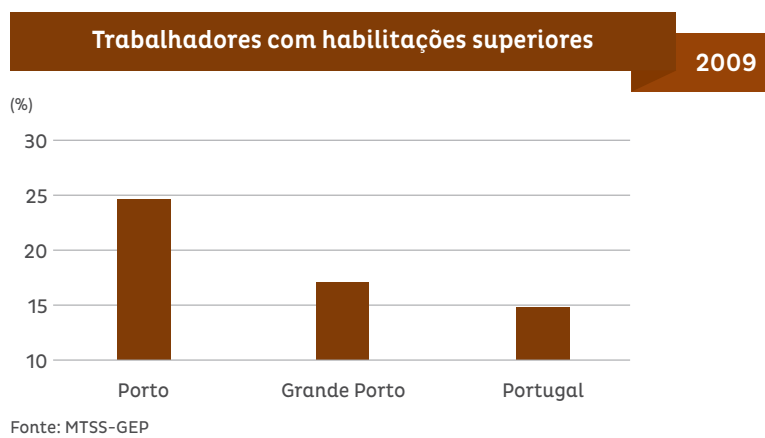
Evolução da proporção de trabalhadores com habilitações superiores



Fonte: MTSS-GEP

Comparativamente com os outros âmbitos geográficos a situação do Porto, em 2009, era claramente mais favorável, com um diferencial positivo de quase 8 pontos percentuais face ao

Grande Porto e 10 pontos percentuais face ao país no que toca à proporção de trabalhadores com habilitações superiores.



Emprego terciário em serviços de conhecimento intensivo

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Empregos num segmento particular do setor do terciário que, pela natureza dos serviços produzidos, requer competências elevadas e conhecimentos específicos e que, por isso, habitualmente se denomina de conhecimento intensivo.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

As atividades de conhecimento intensivo assumem uma importância crescente nos processos de criação de inovação, distinguindo-se das demais por utilizarem o conhecimento como *input* na produção de serviços, exigindo uma força de trabalho qualificada e criativa.

Nas cidades, onde o setor terciário tem particular importância na geração de emprego, a expressão da força laboral nos serviços de conhecimento intensivo é um elemento condicionador da capacidade de criação e acumulação de conhecimento e, conseqüentemente, da produção de inovação, fatores estes que, por sua vez, são decisivos na aquisição de vantagens competitivas por parte dos territórios.

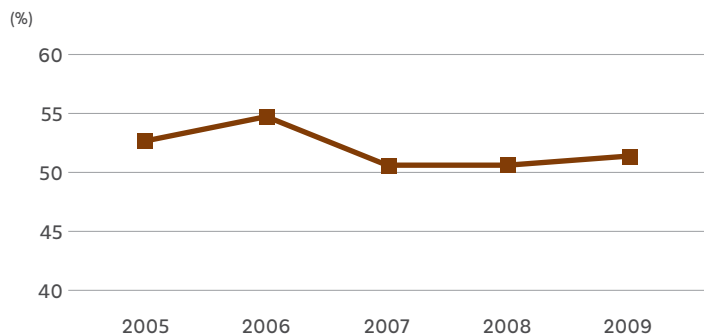
EVOLUÇÃO RECENTE

O emprego em serviços de conhecimento intensivo representava, em 2009, 51,5% do total de empregos em serviços no Porto. Desde 2005, a representatividade deste tipo de emprego apresenta uma quota relativamente estável.

lida com cautela, já que, em 2007, entrou em vigor uma versão revista da Classificação das Atividades Económicas (CAE) que introduziu alguma alteração no universo de serviços incluídos neste segmento de “conhecimento intensivo”.

A inflexão da tendência verificada de 2006 para 2007 que o gráfico inferior apresenta deve ser

**Evolução do peso relativo do emprego terciário
em serviços de conhecimento intensivo**



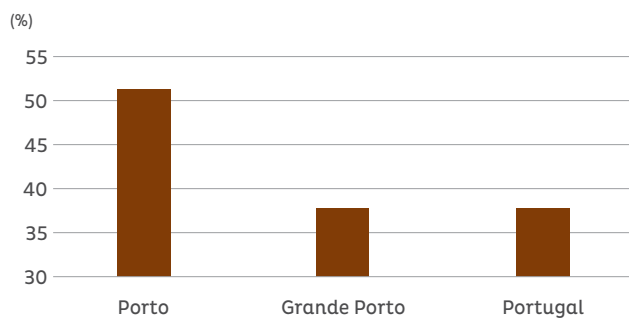
Fonte: MTSS-GEP

Em termos comparativos, a proporção do emprego da cidade neste tipo de atividades era, em 2009, superior em cerca de 14 pontos percentuais ao valor do Grande Porto e do país, traduzindo a

importância da base económica do Porto enquanto polo de concentração de serviços ligados ao conhecimento e à inovação.

**Emprego terciário em serviços de
conhecimento intensivo**

2009



Fonte: MTSS-GEP

Desempregados inscritos nos Centros de Emprego

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Indivíduos inscritos nos centros de emprego que nunca tiveram emprego, não têm emprego ou procuram um emprego, e que estão disponíveis para trabalhar (conceito do IEFP).

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

O nível de desemprego constitui um elemento chave para se aferir a vitalidade do mercado de trabalho, revelando o desequilíbrio entre a procura e a oferta de emprego.

A sua existência assume-se, desde logo, como um depreciador dos territórios, condicionando as dinâmicas da economia local. A sua maior ou menor expressão, que deverá ser sempre lida num quadro económico mais abrangente, influi no desempenho da cidade enquanto núcleo de atividade económica.

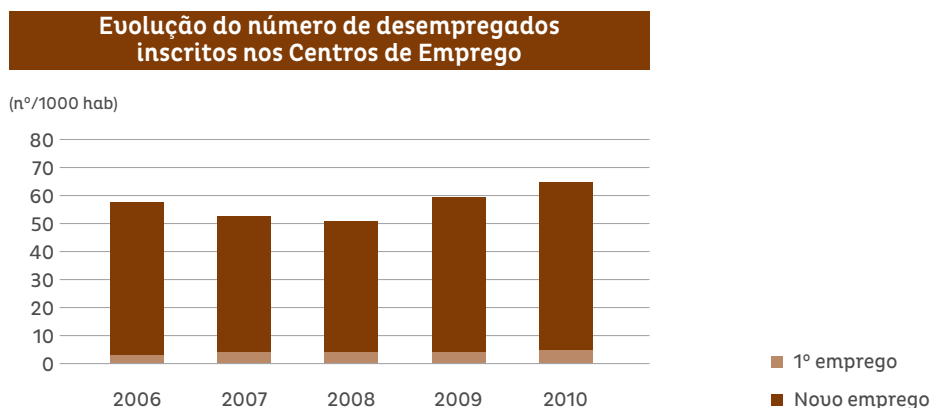
No contexto atual, a inserção no mercado de trabalho do segmento de mão de obra menos qualificada é cada vez mais dificultada pelas exigências crescentes impostas a este nível pela economia urbana.

Do ponto de vista dos indivíduos, o desemprego, sobretudo o de longa duração, tem implicações graves ao nível da diminuição dos recursos financeiros, assim como ao nível da atualização dos conhecimentos profissionais (*know-how*), aumentando as dificuldades de retorno ao mercado de trabalho. Além disso tende a fragilizar as redes de interação social e cria barreiras à participação nas atividades da comunidade.

EVOLUÇÃO RECENTE

Tal como havia já acontecido em 2009, em 2010, voltou a registar-se um aumento do número de residentes na cidade inscritos nos Centros de Emprego, tendo-se praticamente atingido o valor de 15.500 desempregados, o que corresponde a um

acréscimo de 12% face ao ano transato e equivale a quase 65 desempregados por 1000 habitantes. Estes dois últimos anos evidenciam, assim, uma alteração da tendência de decréscimo observada nos anos anteriores.

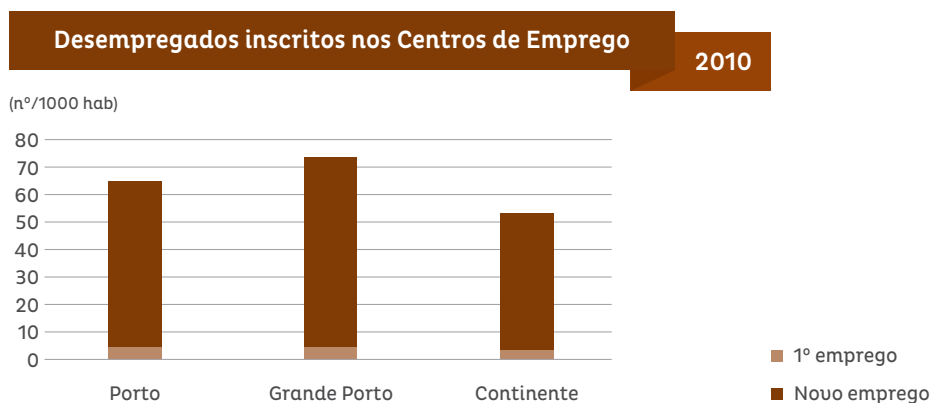


Fonte: IEFP/cálculos CMP-GEP

Os dados disponíveis revelam, adicionalmente, que os indivíduos inscritos que se encontravam à procura de “novo emprego” constituíam um universo muito mais alargado do que os que aguardavam a oportunidade de aceder a um “primeiro emprego”, contingentes que representavam, respetivamente, 92% e 8%. Quanto ao perfil destes inscritos, a maioria eram homens (52%), encontravam-se na situação de desemprego há menos de 1

ano (54%), situavam-se sobretudo na faixa etária dos 35 a 54 anos (46%) e tinham um baixo nível de escolaridade – 6 ou menos anos (45%).

Em termos comparativos, a situação do Porto em 2010 era ligeiramente mais favorável do que a do Grande Porto mas mais grave do que a que caracterizava o continente português no seu conjunto.



Fonte: IEFP/cálculos CMP-GEP

MERCADO DE TRABALHO - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

CAPER/CCDR-N, **Norte Conjuntura**, Relatórios trimestrais, ed. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

CCDR-N (2009), **Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade no Norte de Portugal**, Agenda Regional para a Empregabilidade, ed. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

CE (2010), **Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo**, ed. Comissão Europeia.

Observatório do QCA III/MAOTDR (2007), **Quadro de Referência Estratégico Nacional - Portugal 2007-2013**, ed. Observatório do QCA III/ Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

ODRN/CAPER (2010), **Emprego e Desemprego na Região do Norte de Portugal - Edição de 2009**, ed. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte/ Centro de Avaliação de Políticas e Estudos Regionais.

OEFP (2011), **Aspectos estruturais do Mercado de Trabalho**, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

SITES RELACIONADOS

<http://oefp.iefp.pt/>
<http://www.gep.mtss.gov.pt>
<http://www.qren.pt>
<http://www.oecd.org>

MERCADO DE HABITAÇÃO



A habitação desempenha funções que vão muito para além das relacionadas com a proteção e o abrigo dos indivíduos e das famílias. As condições habitacionais tendem a exercer uma influência direta em áreas como a saúde, a educação ou o nível de integração dos indivíduos na vida da comunidade, constituindo por isso uma das componentes fundamentais para uma boa qualidade de vida.

Representa, igualmente, um bem de consumo e, nessa medida, encontra-se sujeito às leis e dinâmicas do mercado. Estas estão associadas a um equilíbrio entre diversos fatores interligados entre si, tais como o enquadramento legal vigente, os instrumentos financeiros existentes de apoio à compra ou arrendamento ou a relação entre a oferta e a capacidade financeira das famílias para aquisição de uma casa.

A existência de um conjunto de externalidades (acessibilidades, proximidade a equipamentos diversificados, a diversos tipos de serviços ou a áreas recreativas, etc.) assume-se como um outro fator condicionador dos preços praticados. Por se tratar de condições de bem-estar pessoal, influenciando os indivíduos na escolha de um local para residirem, estes aspetos representam também fatores de atração dos territórios, refletindo de forma geral as condições de vida que estes têm para oferecer.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Custo médio de aquisição
- Custo médio de arrendamento

Custo médio de aquisição

DEFINIÇÃO

Valores da avaliação bancária, por área útil, de alojamentos destinados à habitação que são objeto de financiamento.

UNIDADE

euros/m²

LEITURA DO INDICADOR

O valor da avaliação bancária constitui uma *proxy* do custo efetivo da habitação. Na avaliação dos imóveis feita pelas instituições bancárias está naturalmente contemplado todo um conjunto de características qualitativas das habitações e de condições oferecidas pela sua localização que ditam o seu valor no mercado. Mas essa avaliação depende igualmente do equilíbrio entre as dinâmicas do mercado habitacional e a conjuntura económica e financeira do momento.

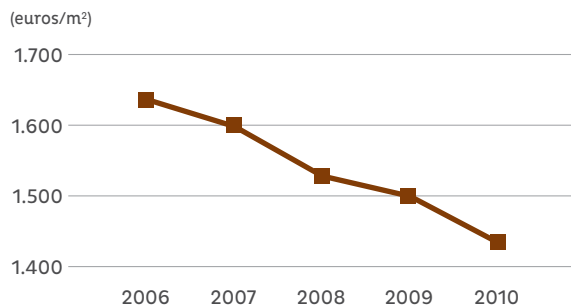
Não obstante um custo elevado da habitação ser desfavorável para os cidadãos individualmente – por representar um encargo considerável no conjunto do orçamento familiar – o seu aumento deve ser entendido como o reflexo da valorização do território em termos de qualidade de vida e o reconhecimento das suas mais-valias enquanto área residencial comparativamente a outros locais. Por outras palavras, o aumento do custo de aquisição da habitação, apesar de ser negativo para os potenciais compradores, pode sinalizar uma situação de vantagem para a cidade ao refletir um aumento da sua atratividade.

EVOLUÇÃO RECENTE

O custo médio de aquisição de habitação no Porto atingiu, em 2010, o valor de 1.432,7€ por m². Desde 2006 que os valores médios da avaliação bancária têm vindo a diminuir. Esta trajetória reproduz aquela que tem sido uma tendência observada a nível nacional. De salientar, contudo,

que a baixa de preços foi inferior, no caso do Porto, à registada quer no Grande Porto, quer no país. As taxas de variação média anual para o período 2006-2010 foram, respetivamente, de -3,2%, -4,4% e -5,0%, a preços constantes.

Evolução do custo médio de aquisição de habitação
(a preços constantes de 2010)



Fonte: INE

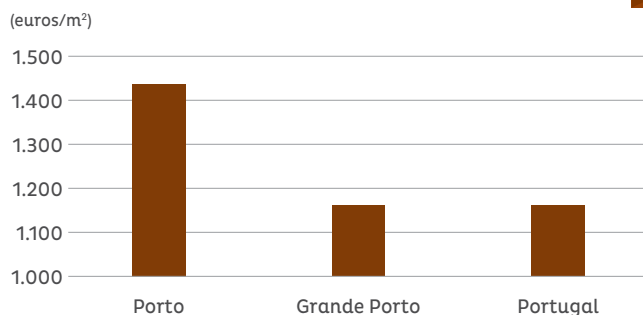
Esta tendência enquadra-se na conjuntura geral de recessão da economia e, particularmente, do setor imobiliário. Com efeito, as implicações decorrentes da crise instalada, designadamente o aumento do desemprego e a diminuição da capacidade financeira das famílias, associada ao excesso de oferta de habitações – resultante de um período de grande dinamismo no setor da construção impulsionado pelo acesso facilitado ao crédito por parte dos indivíduos –, conduziram a um enfraquecimento da confiança dos bancos no mercado da habitação. Esta quebra de confiança traduziu-se numa maior restrição no acesso ao crédito e numa diminuição dos valores de avaliação dos imóveis.

À escala intra-urbana, a área ocidental da cidade (freguesias da Foz do Douro, Lordelo do Ouro e Nevogilde) era, em 2010, a área mais valorizada em termos habitacionais, com custos médios que atingiam quase os 1.705€ por m². Os preços mais baixos – cerca de 1.371€ por m² – diziam respeito às freguesias da cintura interior (Bonfim, Cedofeita, Massarelos e Santo Ildefonso).

Nesse ano, o preço por m² das casas no Porto foi cerca de 275€ superior aos preços praticados ao nível do Grande Porto e do país.

Custo médio de aquisição de habitação

2010



Fonte: INE

Custo médio de arrendamento

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Valores médios do valor de arrendamento mensal, por área útil, de casas destinadas à habitação.

UNIDADE

euros/m²

LEITURA DO INDICADOR

Para além de depender das características construtivas do alojamento, o custo de arrendamento traduz igualmente todo um conjunto de fatores associados à sua localização (proximidade a equipamentos e serviços diversificados, acessibilidades, facilidade de acesso a áreas recreativas, entre outras) que condicionam o grau de atratividade da área onde se inserem.

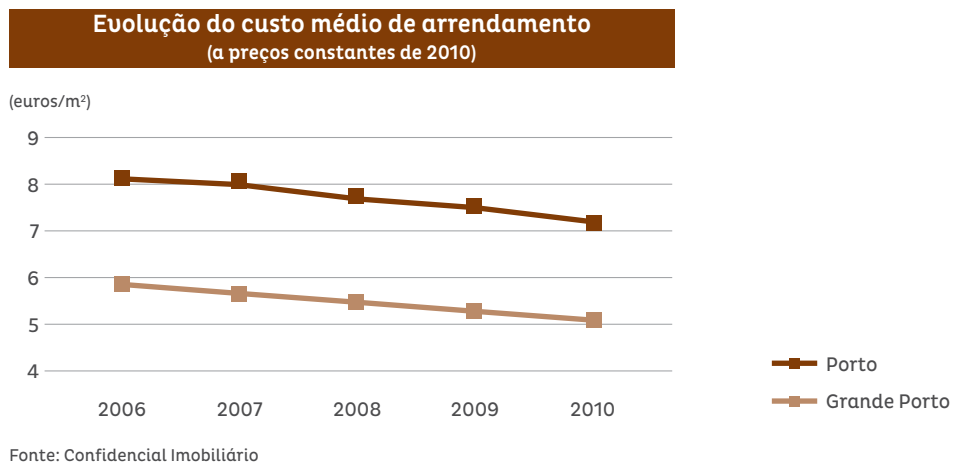
Deste modo, o aumento do valor deste indicador indicia o reforço, por parte da cidade, de vantagens comparativas face a outras localizações, vantagens essas que são valorizadas nas escolhas residenciais dos indivíduos e das famílias.

O custo médio de arrendamento também se encontra, no entanto, fortemente condicionado pelo funcionamento global do mercado de habitação. Por exemplo, o aumento da procura, quando acompanhado da escassez da oferta, conduz ao aumento das rendas. Em sentido inverso, caso haja um stock excessivo relativamente à procura, os valores das rendas baixam.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2010 o valor médio do preço do arrendamento de habitação no Porto situou-se em 7,2€/m². Em termos evolutivos, o custo das rendas na cidade tem vindo a diminuir ligeiramente nos anos mais recentes, em linha com a tendência observada ao nível do Grande Porto. Mantém-se por isso estável o diferencial de cerca de 2€ que separa

os preços praticados por m² na cidade central e no conjunto dos nove concelhos que formam a aglomeração metropolitana. Em termos relativos, os preços praticados no Porto são cerca de 40% superiores à média de preços verificada no Grande Porto.



Ao nível das freguesias, em 2010, os valores do custo médio de arrendamento oscilaram entre os 6,2€ por m² praticados no Bonfim e os 9,9€ por m² em Nevogilde.

O número de fogos em oferta para arrendamento no Porto aumentou quase 240% entre 2006

e 2010, o que terá certamente contribuído para a redução que se verificou no valor das rendas. Neste último ano, a cidade concentrava 55% da oferta de arrendamento de todo o Grande Porto.

MERCADO DE HABITAÇÃO - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

INE, Inquérito à **Avaliação Bancária na Habitação**, Destaque - Informação à comunicação social, Publicação mensal, ed. Instituto Nacional de Estatística.

SITES RELACIONADOS

<http://www.arrendamento.gov.pt>
<http://www.confidencialimobiliario.com>
<http://www.portaldahabitacao.pt>

DINAMISMO ECONÓMICO



Para criarem riqueza e postos de trabalho, as cidades têm que atrair fatores de produção e competir com outras cidades, designadamente, para captar investimentos, residentes e visitantes.

Os indicadores relacionados com a atividade económica, dando indicações sobre o desempenho da cidade neste domínio, oferecem uma perspetiva sobre o grau de sustentabilidade local do nível de bem-estar material.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Variação dos estabelecimentos de atividade económica
- Variação das vendas de combustíveis
- Variação da despesa total do Município
- Variação das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros
- Variação dos passageiros em voos comerciais

Variação dos estabelecimentos de atividade económica

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Taxa de variação anual do número de estabelecimentos de atividade económica.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

Enquanto polos de dinamização da economia, as cidades apresentam uma elevada concentração de estabelecimentos económicos com atividades mais ou menos variadas consoante o seu perfil funcional.

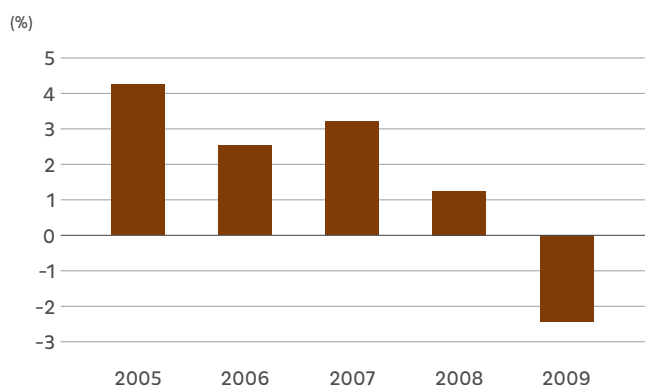
A evolução positiva do número de estabelecimentos indicia uma situação favorável em termos do dinamismo da economia local, na medida em que traduz uma potencial maior oferta de bens e serviços, bem como a criação de mais emprego e geração de riqueza.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009 localizavam-se na cidade do Porto 14.377 estabelecimentos com atividade económica. Analisando a variação anual destas unidades produtivas no período compreendido entre 2005

e 2009, verifica-se que o balanço foi sempre positivo, à exceção do último ano, em que se registou uma redução na ordem dos 2,5%.

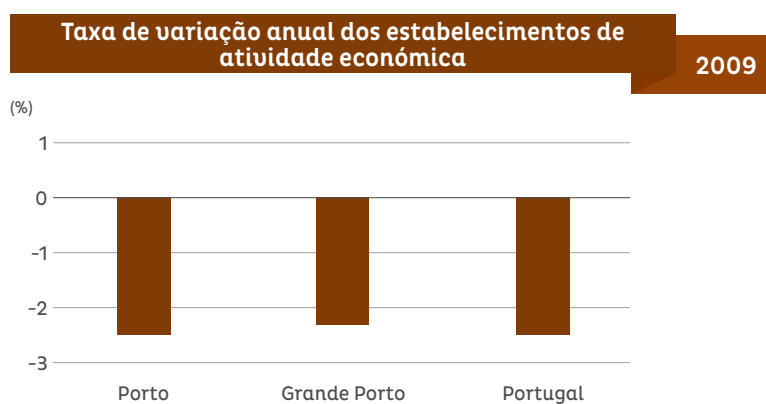
Evolução da taxa de variação anual dos estabelecimentos de atividade económica



Fonte: MTSS-GEP

Esta inversão de comportamento, que ocorre numa conjuntura de agravamento da crise económica, acompanha uma tendência de retração do número de unidades económicas verificada à escala nacional (-2,5%) e do Grande Porto (-2,3%).

A metrópole do Porto mantém, contudo, a sua importância relativa enquanto polo central de atividade económica, concentrando, nesse ano, cerca de 29% do total de estabelecimentos da aglomeração metropolitana.



Fonte: MTSS-GEP

Variação das vendas de combustíveis

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Taxa de variação anual das vendas de gasóleo e de gasolina aditivada, IO 95 e IO 98.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

As vendas de combustíveis (gasolina e gasóleo), consumidos essencialmente pelos veículos motorizados, constituem um indicador tradicional do dinamismo da economia.

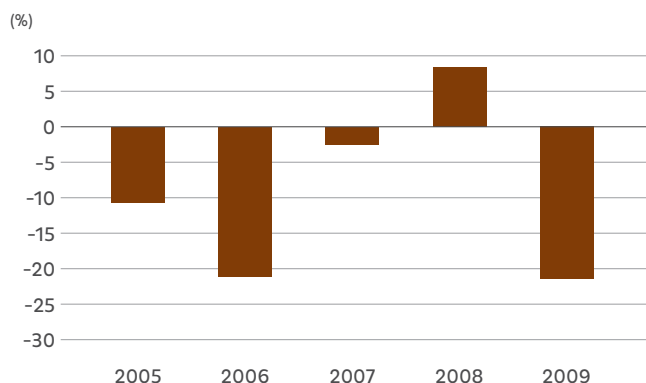
O aumento das vendas reflete em geral os recursos económicos investidos pelas empresas e pelas famílias para satisfazer as necessidades de mobilidade.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009, no Porto, registou-se uma quebra de 21,8% nas vendas de combustíveis, face ao valor do ano transato. Considerando o horizonte temporal 2005-2009, as taxas de variação têm sido sempre negativas, à exceção do ano de 2008 que registou um crescimento de cerca de 8%.

Este é um indicador cuja leitura tem que ser cautelosa na medida em que vários fatores condicionam a sua trajetória, desde logo, o preço base dos próprios combustíveis.

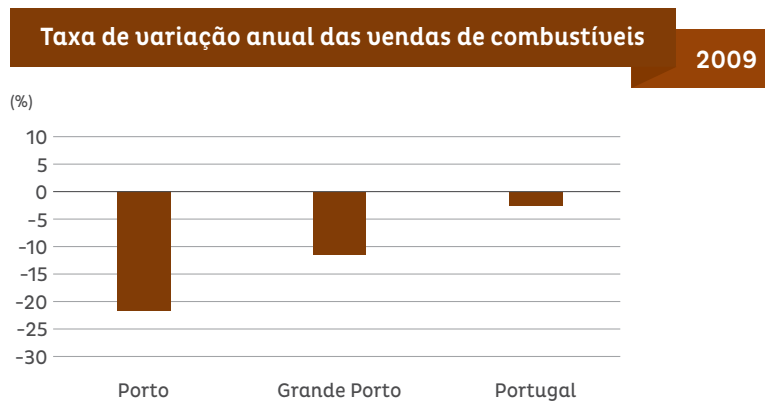
Evolução da taxa de variação anual das vendas de combustíveis



Fonte: DGE

De sublinhar que esta variação negativa das vendas de combustíveis em 2009 foi também sentida

ao nível do Grande Porto e do país, ainda que de uma forma não tão acentuada.



Fonte: DGE

Variação da despesa total do Município

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Taxa de variação anual do montante das despesas efetivas (correntes e de capital) do município.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

Os orçamentos municipais refletem a capacidade financeira do poder local para implementar e desenvolver estratégias e medidas de intervenção em todo um conjunto de domínios que influenciam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e as condições de competitividade dos territórios. Quanto maiores os recursos financeiros da autarquia maiores serão os impactos previsíveis no dinamismo económico da cidade.

EVOLUÇÃO RECENTE

A despesa total efetiva do município do Porto, referente ao ano de 2010, cifrou-se em 183,2 milhões de euros, menos 4,4% do que no ano anterior.

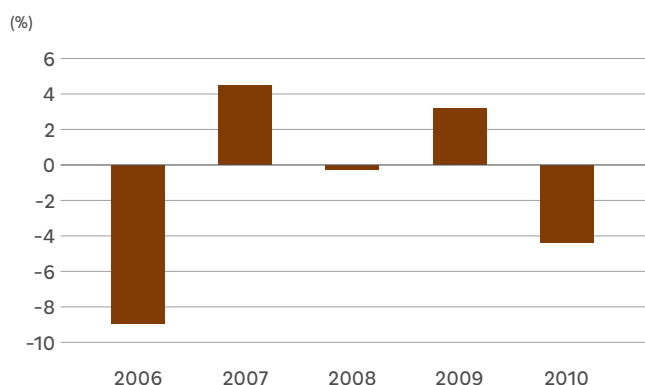
A série de dados correspondente ao período 2006-2010 revela uma flutuação de valores no quadro de uma relativa estabilidade.

Do ponto de vista da estrutura, a maior fatia da despesa refere-se, em todos os anos analisados, à componente das despesas correntes, que representaram, em 2010, 68% do montante total pago

pelo município. Estas englobam sobretudo as despesas com pessoal e com a aquisição de bens e serviços, mas também as transferências correntes e as transferências para as empresas municipais, bem como, o pagamento de juros e outros encargos.

Por seu lado, as despesas de capital incluem a aquisição de bens de capital, as transferências e outras despesas de capital, não se encontrando aqui contemplados os ativos e os passivos financeiros.

Evolução da taxa de variação anual da despesa total do município



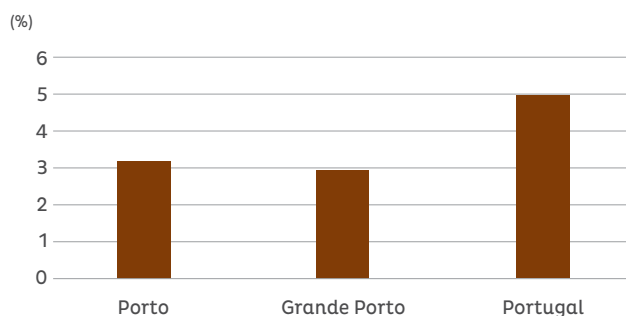
Fonte: CMP

A redução da despesa total do Porto verificada neste último ano vai ao encontro do esforço realizado nos últimos anos, por parte da autarquia, de equilíbrio orçamental, designadamente através de medidas de contenção das despesas correntes e de redução do passivo financeiro.

Em termos comparativos, a variação da despesa verificada no caso do Porto em 2009 - ano mais recente para o qual se dispõe de informação comparável - foi muito próxima à que se registou para o conjunto dos municípios do Grande Porto e ligeiramente inferior à verificada à escala nacional.

Taxa de variação anual da despesa total dos municípios

2009



Fonte: INE

Variação das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Taxa de variação anual das dormidas em estabelecimentos hoteleiros.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

O total de dormidas verificadas em hotéis, pensões e outros estabelecimentos hoteleiros mede a atratividade turística da cidade.

Uma evolução positiva do indicador reflete um reforço do desempenho da cidade como destino turístico, o qual é atualmente visto como uma das apostas chave para o desenvolvimento económico local.

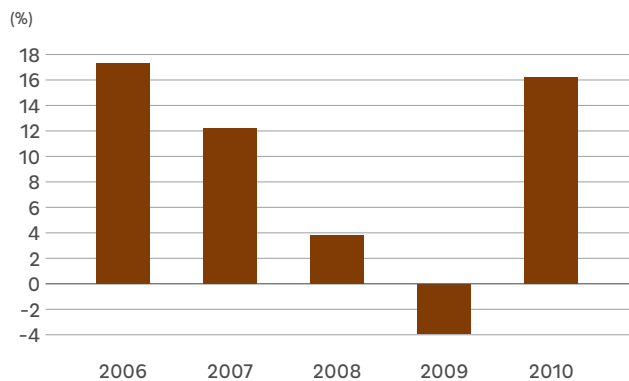
EVOLUÇÃO RECENTE

Nos anos mais recentes (2006-2010) a evolução do número de dormidas na cidade tem sido sempre positiva, à exceção do ano de 2009 em que se verificou um decréscimo na ordem dos 3,7%. Em 2010 foi retomada a trajetória de crescimento, com as dormidas de hóspedes a progredirem 16% face aos valores verificados no ano anterior.

Este desempenho francamente favorável espelha a afirmação da cidade enquanto destino turístico,

sendo de destacar a importância das vertentes lazer e negócios para estes resultados. Com efeito, à atratividade da cidade histórica, com um rico património arquitetónico e cultural e uma grande oferta gastronómica e de comércio, juntam-se as condições geradas pela centralidade económica e empresarial do Porto que permitem a sua potencialização enquanto local de realização de reuniões, conferências e congressos.

Evolução da taxa de variação anual das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros



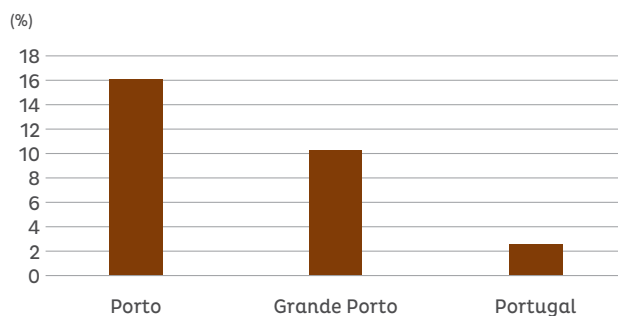
Fonte: INE

O expressivo incremento no número de dormidas verificado na cidade do Porto em 2010 ganha especial significado quando confrontado com o aumento de apenas 2% verificado a nível nacional.

Neste ano, 64% das dormidas efetuadas no Grande Porto foram registadas por estabelecimentos localizados no concelho do Porto o qual detém, nesta altura, uma quota de 58% das unidades hoteleiras existentes nos 9 municípios da aglomeração metropolitana.

Taxa de variação anual das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros

2010



Fonte: INE

Variação dos passageiros em voos comerciais

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Taxa de variação anual dos passageiros transportados em avião comercial, em serviço regular ou não regular.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

Quanto maior o movimento de passageiros registado no Aeroporto, maior o dinamismo económico esperado, já que tal significa o incremento de visitantes ou turistas que utilizam a cidade - por motivos de lazer ou para negócios.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2010, o Aeroporto Francisco Sá Carneiro movimentou quase 5,3 milhões de passageiros em voos comerciais o que significou um incremento de cerca de 17% em relação ao ano anterior. Foi assim retomada a tendência positiva verificada nos últimos anos, interrompida apenas em 2009 pelos efeitos conjugados da crise económica e financeira mundial e do surto de Gripe A, quebra que foi sentida não só a nível nacional mas também na generalidade dos países da Europa.

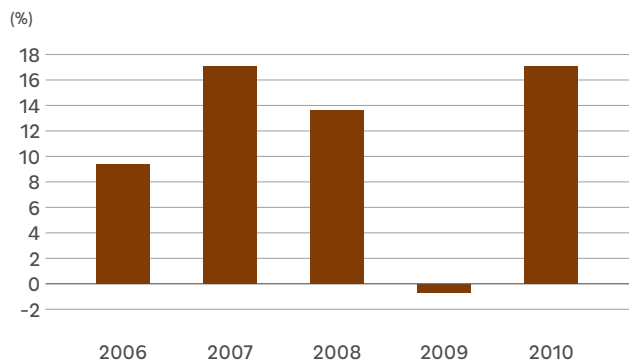
Para o desempenho global tão positivo do Aeroporto contribuiu a abertura do novo terminal de

passageiros, em Outubro de 2005, o alargamento do número de companhias aéreas a prestar serviços e uma cada vez maior oferta de rotas.

O impulso das viagens *low-cost* favoreceu significativamente o incremento do tráfego de passageiros e permitiu que o Aeroporto Francisco Sá Carneiro consolidasse a sua importância no contexto nacional e de todo o noroeste peninsular.

O tráfego do Aeroporto do Porto correspondeu, em 2008, a 18% do total de passageiros que se movimentaram em aeroportos portugueses.

Evolução da taxa de variação anual dos passageiros em voos comerciais no Aeroporto Francisco Sá Carneiro



Em 2010, no ranking *“Airports Service Quality”*, na categoria dos aeroportos que movimentaram entre 2 e 5 milhões de passageiros, o Aeroporto Francisco Sá Carneiro posicionou-se como o 2º Melhor Europeu e o 5º Melhor do Mundo. Este galardão atribuído pelo *Airports Council Interna-*

tional premeia os aeroportos que proporcionaram aos seus passageiros os maiores índices de satisfação quanto a um conjunto diversificado de serviços prestados entre a realização do *check-in* e a entrada na porta de embarque.

DINAMISMO ECONÓMICO - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

ANA (2007), **Plano Director Aeroporto Francisco Sá Carneiro [Porto]**, ed. ANA – Aeroportos de Portugal, SA.
CCDR-N (2008), **Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal**, Agenda Regional de Turismo, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
ODRN (2009), **Turismo na Região do Norte de Portugal, Edição 2009**, ed. Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte (Centro de Avaliação de Políticas e Estudos Regionais).
MOPTC (2009), **Plano Estratégico de Transportes 2008-2020**, ed. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

SITES RELACIONADOS

<http://www.dgge.pt>
<http://www.gep.mtss.gov.pt>
<http://www.institutodeturismo.org>
<http://www.portalautarquico.pt>
<http://www.portoenorte.pt>
<http://www.unwto.org>

Condições Económicas – Quadro síntese

Indicador	Unidade	Valor mais recente		Evolução	
		Valor	Ano	Sinal da Tendência	Período
Rendimento e consumo					
Rendimento coletável declarado	euros/hab	8.958	2009	●	2005-2009
Remuneração média mensal	euros	1.202	2009	●	2005-2009
Quociente entre os percentis 90 e 10 da remuneração média mensal	nº	5,2	2009	●	2005-2009
Pensionistas de invalidez e sobrevivência	nº/1000 hab	117	2010	●	2006-2010
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	nº/1000 hab	122	2010	●	2006-2010
Compras através de terminais de pagamento automático	euros (milhões)	1.330,7	2010	●	2006-2010
Automóveis ligeiros	nº/1000 hab	453	2010	↕	2006-2010
Assinantes do serviço de TV por subscrição	nº	81.983	2010	●	2008-2010
Mercado de trabalho					
Emprego privado	nº/1000 hab	517,8	2009	●	2005-2009
Trabalhadores com habilitações superiores	%	24,7	2009	●	2005-2009
Emprego terciário em serviços de conhecimento intensivo	%	51,5	2009	●	2005-2009
Desempregados inscritos nos Centros de Emprego	nº/1000 hab	64,9	2010	●	2006-2010
Mercado de habitação					
Custo médio de aquisição	euros/m²	1.432,7	2010	●	2006-2010
Custo médio de arrendamento	euros/m²	7,2	2010	●	2006-2010
Dinamismo económico					
Variação dos estabelecimentos de atividade económica	%	-2,5	2009	●	2005-2009
Variação das vendas de combustíveis	%	-21,8	2009	●	2005-2009
Variação da despesa total do Município	%	-4,4	2010	●	2006-2010
Variação das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	%	16,0	2010	●	2006-2010
Variação dos passageiros em voos comerciais	%	17,1	2010	●	2006-2010

- Evolução favorável
- Evolução desfavorável
- Estabilidade
- ↕ Sem tendência definida
- n.d. Não disponível

SOCIEDADE



- POPULAÇÃO
- EDUCAÇÃO
- DINÂMICA CULTURAL
- PARTICIPAÇÃO CÍVICA
- SAÚDE
- SEGURANÇA
- **QUADRO SÍNTESE**

SOCIEDADE

No atual contexto de competitividade territorial uma metrópole bem-sucedida é aquela que oferece boas oportunidades aos indivíduos de participarem ativa e plenamente nas suas comunidades e desenvolverem projetos de vida gratificantes. Mudanças profundas atualmente em curso – e com um ritmo muito intenso – estão a afetar diretamente várias determinantes sociais do bem-estar estabelecendo novos desafios às políticas públicas.

No que diz respeito à educação – no atual contexto da sociedade de informação e de conhecimento –, as habilitações e as competências, para além de alimentarem sentimentos de realização pessoal, influenciam mais do que nunca as oportunidades de emprego e as perspetivas de desenvolvimento da carreira profissional. Paralelamente, a educação influencia de forma cada vez mais evidente a própria acessibilidade quotidiana à generalidade dos serviços, continuando, naturalmente, a ser crucial para que os indivíduos interpretem e exerçam plenamente os seus direitos nos planos cívico e político. Representa a via mais promissora e sustentável para promover a coesão social.

Para a valorização integral dos cidadãos e para o contacto com novas oportunidades de aprendizagem contribui também, hoje em dia, decisivamente, o acesso à cultura e ao lazer, atividades encaradas pelas cidades, cada vez mais, como um setor chave para a sua afirmação competitiva e projeção internacional. Neste plano da cultura e do lazer um dos desafios que se coloca é o de alcançar um equilíbrio entre a afirmação da identidade local e a aposta nas ofertas mais inovadoras.

A uma elevada qualidade de vida estão também cada vez mais associadas as oportunidades que são dadas às populações de tomarem parte nos múltiplos processos decisoriais inerentes à vida em sociedade e fortes níveis de envolvimento cívico.

Na sociedade contemporânea a insegurança tende a constituir uma ameaça a uma participação plena na vida social. Para além do aumento a que se tem vindo a assistir dos índices genéricos de criminalidade, é hoje em dia reconhecida uma vulnerabilidade global das cidades a novos fenómenos e acontecimentos que podem colocar em causa o seu funcionamento normal e destruir a tranquilidade das populações e os seus níveis de confiança.

A saúde, por seu lado, apresenta-se inegavelmente como a determinante maior da qualidade de vida individual, tanto no plano físico, como no plano psicossocial. Apesar da evolução favorável de muitos indicadores relacionados com a mortalidade e a morbilidade da população ao longo das últimas décadas, há a assinalar sinais de agravamento da prevalência de certas doenças relacionadas com os estilos de vida, nomeadamente, das perturbações do foro mental.

Ainda no capítulo da sociedade, as transformações que se estão a operar ao nível das estruturas demográficas têm no envelhecimento da população o seu traço mais marcante. Se à escala dos países a sustentabilidade dos sistemas de pensões tende a ser o foco central do debate sobre o aumento do peso relativo das pessoas idosas, à escala das cidades os desafios colocam-se sobretudo ao nível da procura de serviços, de saúde e de outros tipos, e da expansão/adaptação da rede de equipamentos, garantindo a sua acessibilidade a todos os cidadãos. Perante o problema dos baixos níveis de fertilidade, o fenómeno imigratório reveste-se de particular importância no contexto atual pela vitalidade que poderá trazer a alguns territórios urbanos, contribuindo não só para o crescimento populacional mas também para uma maior diversidade da sociedade. Neste caso o desafio que se coloca é, sobretudo, o da efetiva e plena integração da população migrante.

Principais mudanças

No que diz respeito à cidade do Porto e às suas dinâmicas recentes, observaram-se muitas tendências positivas neste domínio da Sociedade. No entanto, o panorama em termos gerais é misto, já que em várias áreas os progressos foram muito ténues, havendo um indicador em que a evolução no intervalo de tempo analisado foi mesmo desfavorável.

Os indicadores relacionados com o tema da educação e da cultura sinalizaram mudanças no sentido desejável, em linha com a crescente projeção da metrópole como polo criativo e de conhecimento.

Em todos os restantes temas que foram alvo de atenção os sinais dados pelos indicadores utilizados permitem mais do que um tipo de leitura.

Se, em matéria de participação cívica, o reforço da presença das mulheres no exercício de cargos do poder local foi significativo, a participação geral dos cidadãos nos atos eleitorais não registou ganhos assinaláveis, mantendo-se em redor dos 50%.

Uma grande estabilização de valores foi também o traço marcante do comportamento dos indicadores de saúde, exceção feita à incidência local de doenças de declaração obrigatória, que registou uma quebra no intervalo de tempo analisado. Não se revelando esta estabilidade particularmente preocupante no caso da mortalidade precoce e das mortes por doenças do aparelho circulatório – em que o Porto não se distancia muito de valores de referência do país, no caso da maternidade na adolescência ela traduz a continuidade de um fenómeno que na cidade apresenta uma gravidade claramente acima da média nacional. No que diz respeito à ocorrência de suicídios, não é possível associar uma tendência clara quanto ao com-

portamento evolutivo deste indicador que, em qualquer caso, registou sempre valores absolutos muito baixos.

No caso dos indicadores demográficos, a nota mais favorável a reter diz respeito à evolução dos pedidos de residência por parte de cidadãos estrangeiros já que ao nível do fenómeno do envelhecimento e do dinamismo natural as medidas estatísticas sofreram oscilações ligeiras que não anunciam grandes mudanças ao nível dos processos evolutivos instalados.

O tema da segurança é aquele que encerra as tendências mais contrastantes. A trajetória positiva descrita pelo indicador referente à sinistralidade rodoviária mais grave – que caiu no período 2006-2010 – não se reproduziu, com efeito, no caso da taxa de criminalidade, que registou a evolução mais desfavorável neste período, tendo tido lugar um incremento acentuado dos crimes contra o património.

POPULAÇÃO



Entre as mudanças mais marcantes que afetam atualmente as estruturas demográficas – em particular as ocidentais – conta-se o envelhecimento populacional, decorrente sobretudo do aumento da esperança média de vida e de uma quebra acentuada das taxas de fecundidade. Se a maior longevidade da população representa, só por si, um importante sinal de desenvolvimento social, o que é hoje inquestionável é que o envelhecimento impõe importantes desafios à sociedade e apela à emergência de novas respostas que possam ajudar a enfrentar muitas das suas consequências práticas na vida quotidiana das cidades.

Uma outra tendência evolutiva que se tem vindo a destacar diz respeito ao aumento dos movimentos migratórios. A crescente mobilidade dos cidadãos por motivos de trabalho, estudo, lazer, entre outros, apresenta-se como uma das dimensões do fenómeno da globalização. Nas situações em que a integração na sociedade local é bem conseguida, a presença de estrangeiros – propiciando e estimulando o contacto entre povos e culturas – representa um trunfo para as metrópoles contemporâneas já que promove a sua diversidade étnica e cultural.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Nados-vivos
- Envelhecimento populacional
- População estrangeira que solicitou estatuto de residente

Nados-vivos

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Nados-vivos registados.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

A diminuição progressiva do número de nascimentos constitui uma tendência instalada na maior parte dos países desenvolvidos, fruto de um conjunto de transformações sociais que têm vindo a influenciar a organização e o funcionamento da sociedade moderna.

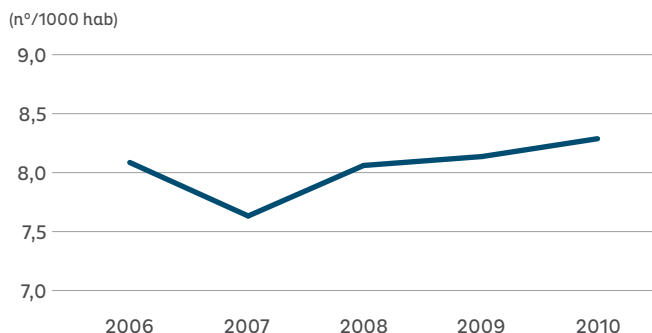
O total anual de nados-vivos registados constitui um indicador útil para se acompanhar a dinâmica de crescimento natural da população. A sua evolução fornece pistas importantes sobre a vitalidade demográfica local.

EVOLUÇÃO RECENTE

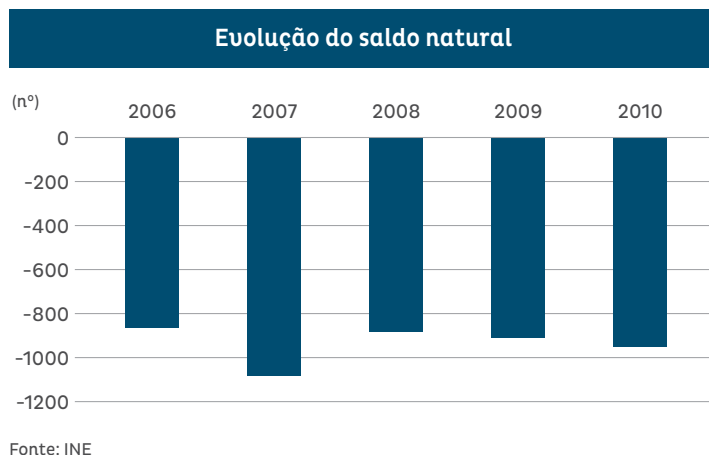
Em 2010, nasceram no Porto 1.974 crianças, valor equivalente a uma relação de 8,3 nados-vivos por 1000 habitantes. Analisando a trajetória recente deste indicador, verifica-se que este se tem

mantido relativamente estável. O ano de 2007 foi aquele que registou a quebra mais expressiva, não se tendo atingido a fasquia dos 8 nados-vivos por 1000 habitantes.

Evolução do número de nados-vivos



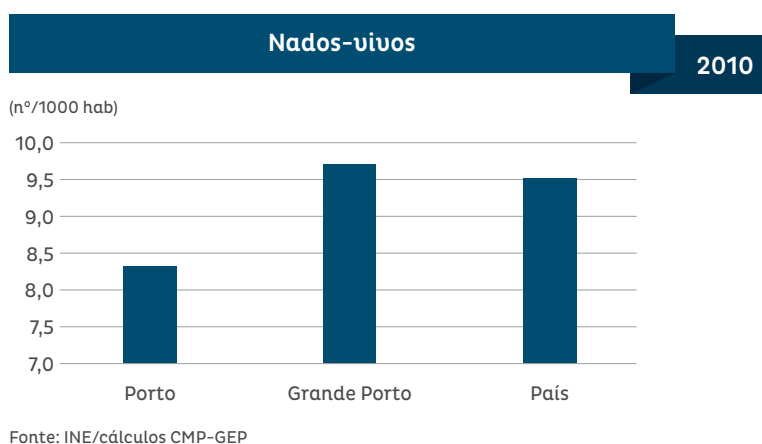
Fonte: INE/cálculos CMP-GEP



Os baixos valores registados em termos de nascimentos são explicados por tendências diferentes cujos efeitos são convergentes. Por um lado, o número de nados-vivos diminui pela quebra dos níveis de fecundidade e, por outro, porque a própria estrutura da população tem vindo a envelhecer.

No que diz respeito à dinâmica de crescimento natural da população do Porto, verifica-se que

ao longo do período considerado (2006-2010) o número de nascimentos não tem sido o suficiente para compensar os óbitos, daqui resultando saldos naturais anuais invariavelmente negativos. Estes balanços fisiológicos negativos, conjugadamente com taxas migratórias de sinal igualmente negativo, são os responsáveis pela tendência que se tem vindo a observar de diminuição da população residente.



A comparação dos valores deste indicador baseado no registo de nados-vivos entre o Porto, o Grande Porto e o país no seu conjunto permite,

por seu lado, constatar que é ao nível da cidade que a vitalidade demográfica é menor.

Envelhecimento populacional

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Relação entre a população idosa residente (com mais de 65 anos) e a população jovem residente (entre os 0 e os 14 anos).

UNIDADE

índice de base 100

LEITURA DO INDICADOR

A maior longevidade da população representa, só por si, um aspeto positivo do desenvolvimento da sociedade. Contudo, o envelhecimento demográfico - fenómeno que se tem vindo a acentuar ao longo das últimas décadas - coloca grandes desafios aos diversos atores sociais, desde o Estado, às empresas, às organizações da sociedade civil e às próprias famílias. No plano económico, a preocupação dominante prende-se com a sustentabilidade do sistema de pensões mas na verdade as questões que se colocam são múltiplas e envolvem muitos outros domínios: saúde, apoio social, transportes, educação, recreio e lazer, etc.

A informação sobre a evolução deste indicador revela-se essencial para acompanhar variações da estrutura etária da população local.

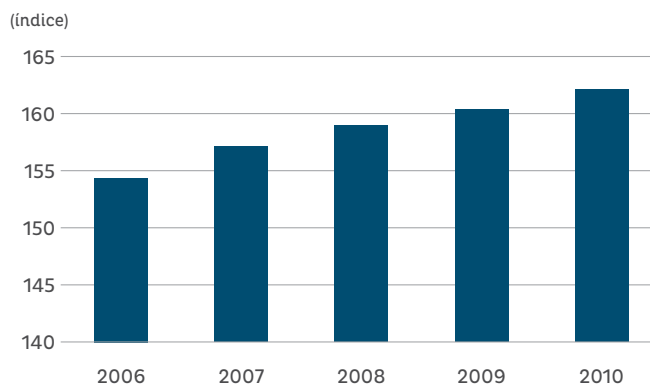
EVOLUÇÃO RECENTE

A estrutura etária dos residentes no Porto é atualmente caracterizada por um forte envelhecimento demográfico. Em 2010, por cada 100 jovens, residiam na cidade 162 idosos.

Tratando-se de uma tendência genérica da demografia nacional e europeia - que surge asso-

ciada a um aumento da esperança média de vida conjugada com baixos níveis de fertilidade -, este fenómeno do envelhecimento na cidade do Porto tem-se, no entanto, mantido relativamente estável nos anos mais recentes.

Evolução do índice de envelhecimento populacional



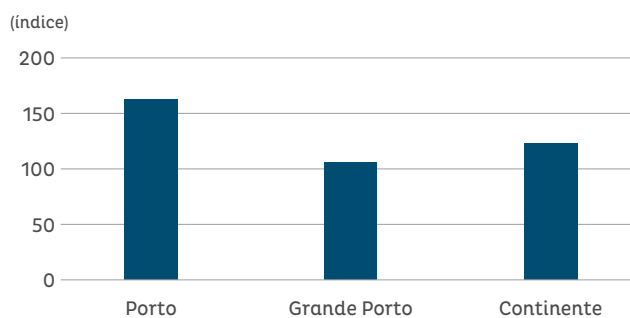
Fonte: INE

Face aos índices de envelhecimento registados no Grande Porto e no continente, no Porto havia, em

2010, mais de 56 e 39 idosos, por cada 100 jovens residentes, respetivamente.

Índice de envelhecimento

2010



Fonte: INE

População estrangeira que solicitou estatuto de residente

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Pessoas de nacionalidade não portuguesa que anualmente solicitam um título de residência ao abrigo da legislação em vigor que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros em território nacional (conceito adaptado do INE).

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

Um dado importante para se conhecer o dinamismo demográfico das cidades é o que diz respeito à sua atratividade migratória. Medindo o fluxo de novas entradas, este indicador pretende captar a capacidade da cidade se afirmar como local de eleição para se viver e estudar ou trabalhar.

EVOLUÇÃO RECENTE

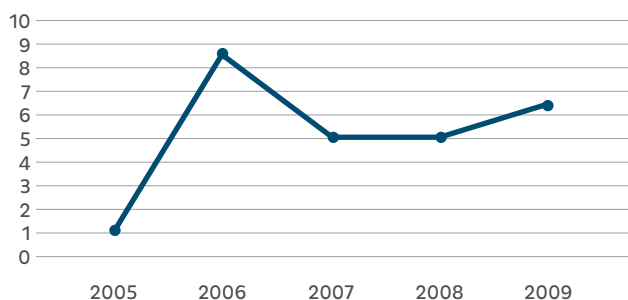
No ano de 2009 registaram-se no Porto 1.564 pedidos de cidadãos estrangeiros para obtenção do estatuto de residente, equivalendo a 6,5 pedidos por 1000 habitantes. A trajetória global de evolução deste indicador no período 2005-2009 foi de crescimento, com um pico muito pronunciado no

ano de 2006, coincidente com a introdução de alterações legislativas que favoreceram a regularização da situação de muitos cidadãos estrangeiros que anteriormente não estavam enquadrados por este tipo de autorização¹.

¹ Há um conjunto de legislação recente relativa à entrada e permanência de estrangeiros em território nacional, publicada entre 2002 e 2007, que teve impacto sobre o crescimento da população estrangeira residente em Portugal. Um exemplo de alterações ocorridas diz respeito à conversão de todos os tipos de visto de longa duração e autorizações de permanência em autorizações de residência.

Evolução do número de estrangeiros que solicitaram estatuto de residente

(nº/1000 hab)



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

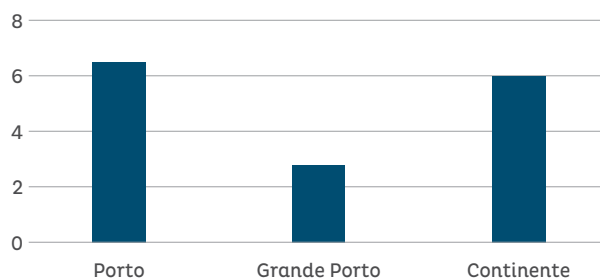
Em 2009, em termos relativos, o Porto superou ainda que ligeiramente, a capacidade de atração de novos cidadãos estrangeiros exercida pelo conjunto do território nacional, revelando-se

sobretudo como um polo de atração no contexto metropolitano, com um fluxo de entrada de novos estrangeiros duas vezes superior ao valor médio registado ao nível do Grande Porto.

Estrangeiros que solicitaram estatuto de residente

2009

(nº/ 1000 hab)



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

POPULAÇÃO - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

European Commission (2010), **Demography Report**, Working document.
GEP (2011), **Análise dos Resultados Preliminares dos Censos 2011** (documento de trabalho).
SEF (2009), **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo**, ed. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

SITES RELACIONADOS

<http://www.sef.pt>

EDUCAÇÃO



Na sociedade atual o conhecimento, as competências e a capacidade para a inovação são cada vez mais valorizados. A educação, para além de constituir um recurso fundamental para o desenvolvimento pessoal, aparece também estreitamente ligada ao crescimento das economias e à prosperidade dos territórios. Populações mais escolarizadas tendem igualmente a participar mais ativamente na vida social.

Em causa não está apenas o prolongamento dos estudos dos mais jovens – designadamente, no que diz respeito à obtenção de habilitações de nível superior –, mas uma lógica de aprendizagem ao longo da vida que tende a favorecer a integração dos indivíduos no mercado de trabalho, ajudando à construção de uma cidadania mais ativa.

Um dos problemas nacionais mais preocupantes em matéria de educação consiste na persistência de níveis elevados de retenção e abandono escolar cujos resultados continuam a separar Portugal dos padrões europeus atuais. Esta situação constitui, no plano coletivo, uma grave ameaça ao desejado e necessário aumento global da qualificação dos recursos humanos.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Alunos no ensino superior (1º e 2º ciclo)
- Alunos em pós-graduações não conferentes de grau
- Taxa de retenção e abandono no ensino secundário

Alunos no ensino superior (1º e 2º ciclo)

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Indivíduos inscritos em estabelecimentos de ensino superior, de caráter público ou privado, em licenciatura e em mestrado (1º e 2º ciclos de estudos).

UNIDADE

nº

LEITURA DO INDICADOR

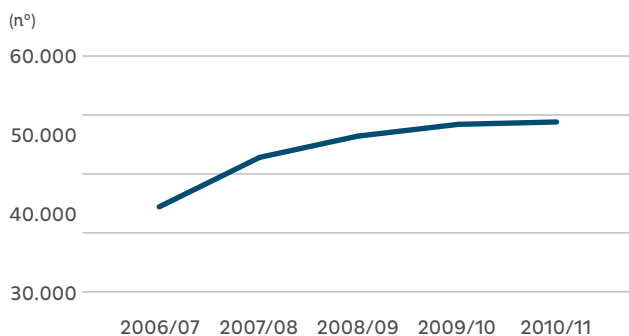
No contexto atual, em que as novas exigências dos mercados e dos diversos setores da sociedade tornam imprescindível a existência de recursos humanos qualificados, este indicador permite acompanhar a evolução desta “massa crítica”.

EVOLUÇÃO RECENTE

No ano letivo de 2010/2011, estavam inscritos no ensino superior correspondente ao 1º e 2º ciclo de Bolonha 51.720 indivíduos, na cidade do Porto. Este valor representava, à data, 94% do total de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino superior do concelho.

Analisando a evolução recente deste indicador, verifica-se atualmente uma tendência para uma certa estabilidade, na sequência de uma fase em que teve lugar um crescimento bastante acentuado.

Evolução do número de alunos no ensino superior (1º e 2º ciclos)

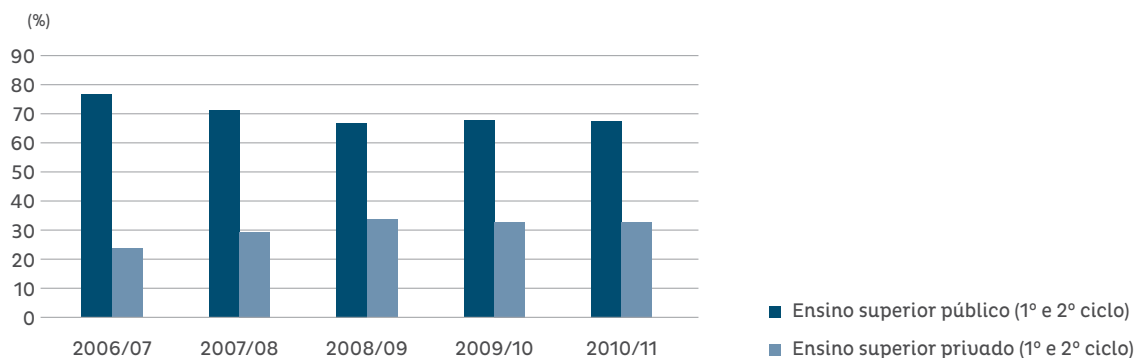


Fonte: GPEARI

Analisando a repartição dos alunos inscritos em 1º e 2º ciclo pelos subsistemas público e privado, é possível observar, em termos evolutivos, que o ensino superior privado ganhou, nos últimos

anos, uma maior quota, muito embora os alunos que frequentam o ensino público continuem a representar mais do dobro dos que estudam nos estabelecimentos do setor privado.

Evolução da proporção de alunos inscritos no ensino superior público e privado



Fonte: GPEARl

Em 2010/2011 os alunos inscritos no ensino superior no Porto representavam 13,6% do total nacional (englobando os diferentes subsistemas público e privado) e 92% do total dos alunos inscritos nos

estabelecimentos de ensino superior do Grande Porto, números que não deixam margem de dúvida quanto à importância do Porto enquanto polo universitário e de conhecimento.

Alunos em pós-graduações não conferentes de grau

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Indivíduos inscritos nos estabelecimentos de ensino superior público universitário, em formação pós-graduada, não conferente de grau (formação contínua, especializações e estudos avançados).

UNIDADE

nº

LEITURA DO INDICADOR

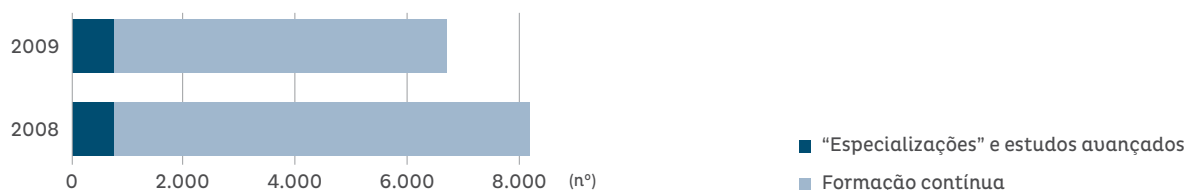
Na sociedade atual e, numa conceção alargada de aprendizagem, é cada vez mais valorizada a formação ao longo do percurso de vida possibilitando a atualização de competências e de saberes e contribuindo para uma qualificação acrescida das experiências profissionais.

EVOLUÇÃO RECENTE

A difusão de novos conceitos de educação e a emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de informação e comunicação, são frequentemente apontados como fatores chave para o reconhecimento crescente da importância das aprendizagens não formais e informais ao longo da vida, em particular das que tendem a condicionar a empregabilidade e a mobilidade dos profissionais. Na Universidade do

Porto, a formação não conferente de grau académico envolveu um total de 6.675 alunos no ano de 2009, valor que sofreu um ligeiro decréscimo face ao ano de 2008. Fundamentalmente, são os cursos de “formação contínua” – que possibilitam a atualização de conhecimentos ou ainda o aperfeiçoamento pessoal – aqueles que se apresentam como os mais procurados, neste tipo de formação pós-graduada.

Evolução do número de alunos em pós-graduações



Fonte: UP

Taxa de retenção e abandono no ensino secundário

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Relação entre o número de alunos que não concluiu (por insucesso ou abandono) o ensino secundário por cada 100 indivíduos inscritos.

UNIDADE

%

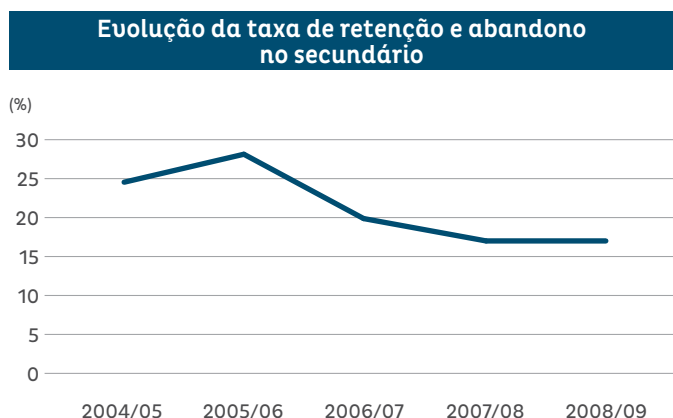
LEITURA DO INDICADOR

Este indicador é uma medida importante para aferir o sucesso escolar dos jovens que se encontram na fase final do seu percurso escolar de nível secundário. Existe uma relação estreita entre as qualificações escolares dos jovens e a sua futura integração no mercado de trabalho, pelo que uma saída precoce do sistema de ensino compromete não só as trajetórias escolares como os próprios projetos de vida futuros.

EVOLUÇÃO RECENTE

Apesar do valor mais atualizado disponível – referente ao ano letivo 2008/2009 – revelar uma taxa de retenção e abandono no ensino secundário

elevada (17,1%), a trajetória recente deste indicador tem vindo a ser favorável.

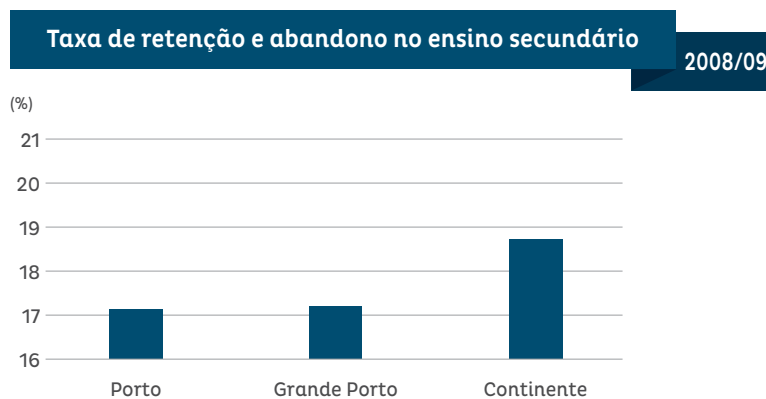


Fonte: INE

Numa análise comparada com outros âmbitos geográficos, o Porto apresenta uma taxa de retenção e abandono no secundário próxima à verificada ao nível do Grande Porto e um pouco mais favorável ao valor médio do continente.

Para além do risco de abandono definitivo da escola, esta realidade ligada ao insucesso revela-

se igualmente problemática quando se considera o futuro destes jovens que apresentam resultados insatisfatórios em termos de aprendizagem ao longo da vida (formal e informal), conhecida que é a influência das fases anteriores das trajetórias escolares nas opções de vida futuras.



Fonte: INE

EDUCAÇÃO - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

ANQ (2009), **Mais escolaridade – realidade e ambição. Estudo preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória**, Luís Capucha [e al], ed. Agência Nacional para a Qualificação.

ESEL, **“Estudos Horizonte 2013”** / Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Educação -Relatório Final - análise do sistema educativo português entre 1995-2005, ed. Escola Superior de Educação de Lisboa.

GEPE (2009), **Trajectórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações**, ed. Ministério da Educação.

GEPE (2010), **Educação em números – Portugal 2010**, ed. GEPE/Ministério da Educação

OCDE (2009), **“Education at a Glance: OECD Indicators**.

SITES RELACIONADOS

<http://www.ec.europa.eu/education/higher-education>

<http://www.eurydice.giase.min-edu.pt>

<http://www.gepe.min-edu.pt>

<http://www.gpeari.mctes.pt>

<http://www.up.pt>

DINÂMICA CULTURAL



As atividades artísticas e culturais são fatores fundamentais para a qualidade de vida numa cidade na medida em que proporcionam oportunidades de valorização e satisfação pessoal dos cidadãos. A cidade beneficia igualmente destas amenidades na esfera económica, encontrando aqui um fator crescente de competitividade e atratividade no plano regional, nacional e global.

A existência na cidade de uma oferta cultural alargada e diversificada no seu tipo de eventos, com programação que procure chegar a diversos públicos, contribui decisivamente para a dinâmica urbana. A identidade cultural de uma cidade e o seu dinamismo está em larga medida dependente do carácter alargado e diversificado da oferta e do tipo de públicos que consegue atrair e fidelizar.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Eventos culturais
- Exposições temporárias
- Visitantes de museus

Eventos culturais

DEFINIÇÃO

Eventos culturais realizados nas áreas de dança, música, teatro, festivais e outros eventos, promovidos pelas instituições com programação cultural regular no Porto (o cinema não é considerado).

UNIDADE

nº

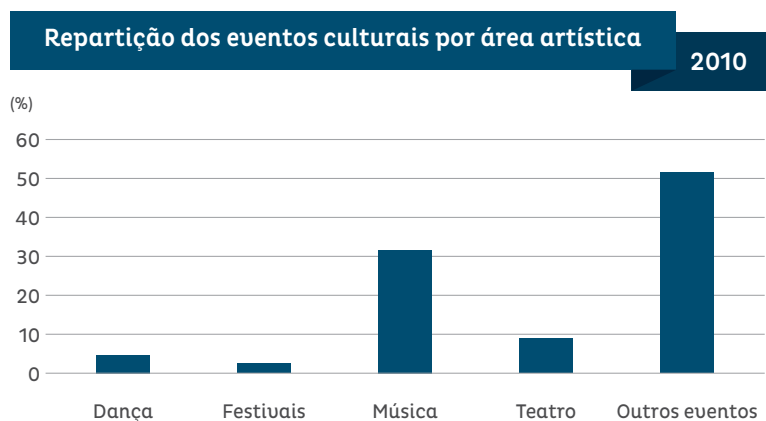
LEITURA DO INDICADOR

A arte e a cultura são fatores fundamentais para a qualidade de vida, quer no plano individual, quer no plano coletivo. A capacidade de uma cidade gerar em permanência eventos diversificados - destinados não só à população residente mas também à sua população utilizadora/consumidora - constitui uma dimensão chave do dinamismo cultural. Representando um importante fator de atratividade e de afirmação local, esta capacidade contribui para a projeção da imagem externa da cidade.

EVOLUÇÃO RECENTE

Enquanto importante espaço de criação e cultura, o Porto constitui um polo de oferta privilegiada de espetáculos e manifestações culturais. Em 2010 realizaram-se na cidade cerca de 714 eventos culturais nas áreas da dança, música, teatro, festivais e outros (sobretudo atividades do serviço educativo e atividades infanto-juvenis). Muitos destes eventos desdobraram-se em várias sessões de espetáculos.

Entre o tipo de manifestações culturais consideradas no âmbito deste indicador, a música constitui a área que registou o maior número de realizações facto ao qual não será certamente alheio o dinamismo de um dos equipamentos culturais de referência do Porto: a Casa da Música.



Fonte: AMP

Este indicador foi calculado com base em informação da Agenda Cultural Metropolitana e, nesta altura, ainda não é possível apresentar uma série

temporal de dados consistente que torne possível a leitura de tendências evolutivas a partir desta fonte.

Exposições temporárias

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Exposições temporárias coletivas e individuais.

UNIDADE

nº

LEITURA DO INDICADOR

A realização de exposições temporárias é um sinal importante da vitalidade dos agentes e promotores culturais que procuram dar a conhecer a um público alargado o resultado do trabalho de diferentes artes visuais e performativas. Cobrindo áreas como a pintura, a escultura, a fotografia, o design, entre outras formas de arte e criatividade, as exposições continuam a ser um importante veículo de divulgação e de projeção do trabalho que em diferentes áreas vai sendo produzido.

EVOLUÇÃO RECENTE

Para a dinâmica cultural da cidade contribuem decisivamente as exposições temporárias (coletivas e individuais) promovidas por diversos agentes culturais da cidade (museus, bibliotecas, galerias, entre outros). A Agenda Cultural Metropolitana divulga trimestralmente os acontecimentos culturais que têm lugar em todo o território metropolitano do Porto. Em 2010, de acordo com esta fonte, realizaram-se 206 exposições desta natureza. Em termos médios, a duração destas mostras foi de 34 dias.

Tal como no caso do indicador anterior, referente aos eventos culturais ocorridos na cidade, o número de exposições foi determinado com base em informação da Agenda Cultural Metropolitana. Nesta altura, ainda não é possível apresentar uma série temporal de dados consistente que torne possível a leitura de tendências evolutivas a partir desta fonte.

Visitantes de museus

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Visitantes de museus e espaços museológicos, excluindo museus zoológicos, botânicos e aquários.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

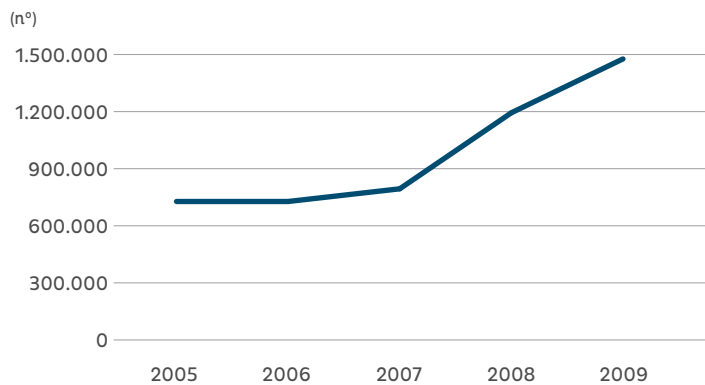
Os museus, na diversidade de atividades que desenvolvem (disponibilização dos seus acervos, realização de atividades culturais e de lazer) representam um dos principais equipamentos culturais das cidades, ao serviço da valorização dos indivíduos e das comunidades. Simultaneamente, os museus podem constituir um fator de atração turística da cidade promovendo a sua identidade patrimonial, histórica e artística e beneficiando a economia local. Assim, o número de visitantes de museus traduz o fluxo de pessoas que são atraídas por este tipo de equipamentos.

EVOLUÇÃO RECENTE

No ano de 2009, o número de visitantes de museus atingiu no Porto o seu valor máximo, aproximando-se de um milhão e meio de visitantes (1.473.353). Analisando a trajetória de evolução recente verifica-se que a tendência de crescimen-

to se intensificou neste ano, com um aumento na ordem dos 24%. A projeção internacional crescente de vários dos equipamentos da cidade, nomeadamente do Museu de Arte Contemporânea de Serralves, ajuda a explicar esta progressão.

Evolução do número de visitantes de museus



Fonte: INE

Neste último ano para o qual se dispõe de informação, os visitantes no Porto representavam 93%

do total de visitantes de museus registados ao nível do Grande Porto.

DINÂMICA CULTURAL - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

AMP, Agenda Cultural **iPorto**, ed. Área Metropolitana do Porto.

SITES RELACIONADOS

<http://www.iporto.amp.pt/>
<http://www.oac.pt>
<http://www.ipmuseus.pt>

PARTICIPAÇÃO CÍVICA



A governança moderna das cidades e das regiões implica que os cidadãos se envolvam e participem diretamente nas decisões que dizem respeito ao futuro dos seus territórios. Nas sociedades atuais existem formas plurais dos indivíduos expressarem o seu envolvimento cívico e de assumirem um papel ativo na vida política e social.

O envolvimento dos indivíduos na vida associativa e a sua adesão a causas cívicas constitui um importante valor de cidadania e um sinal de vitalidade, quer do funcionamento das instituições, quer da participação dos cidadãos. Inscreve-se, nesta linha, o voluntariado como uma atividade com uma dimensão solidária cujo contributo para a vida da cidade e, em particular, das suas instituições, é um importante valor social que enriquece a vida da comunidade local.

Por seu lado, o exercício inquestionável do direito de voto é uma das formas de pleno exercício de cidadania, em que assenta o funcionamento das democracias modernas.

Apesar de as mulheres constituírem ainda menos de 20% dos eleitos a nível mundial, segundo dados referidos num relatório recente da União Europeia, o reforço da sua participação na vida democrática tem-se traduzido numa progressiva ocupação de cargos políticos.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Associações culturais, recreativas e desportivas
- Mulheres eleitas para órgãos municipais
- Voluntários regulares (*sem dados atualizados*)
- Votantes que exerceram o direito de voto nos últimos quatro atos eleitorais

Associações culturais, recreativas e desportivas

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Associações culturais, recreativas e associações desportivas com atividade regular.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

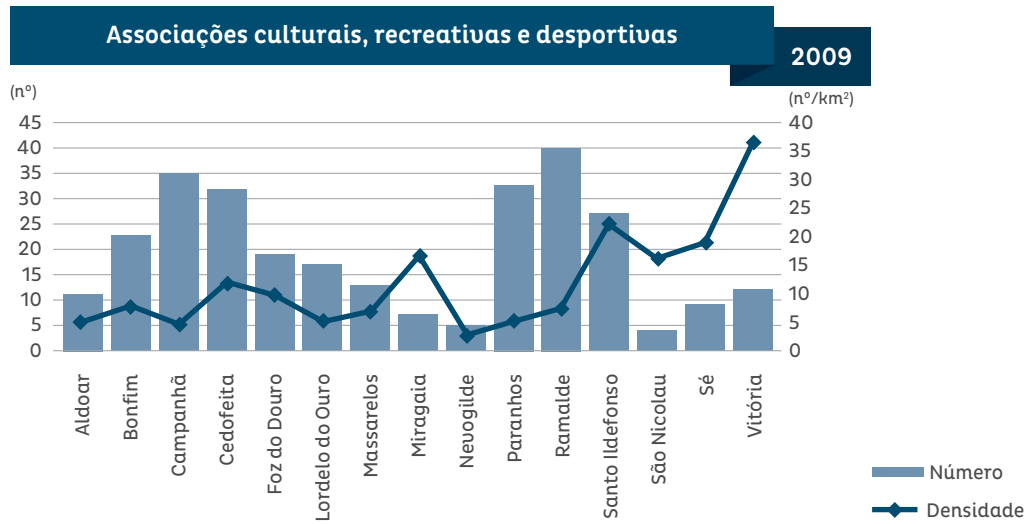
O associativismo, nas suas diferentes expressões (cultura, desporto, lazer) constitui um importante espaço para fomentar as redes de sociabilidade e dinamizar a participação dos cidadãos nos territórios em que se inserem. Constituindo a base do tecido social, as associações organizam-se com vista à prossecução de objetivos comuns e asseguram muitas atividades que representam um contributo importante na resposta a necessidades locais, ao mesmo tempo que desempenham um importante papel de reforço da cultura e identidade local.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2009, a CMP procedeu a um levantamento direto de informação - com a colaboração direta das Juntas de Freguesia - que permitiu a recolha de dados atualizados para este indicador. No conjunto foram identificadas 287 associações culturais, recreativas e desportivas ativas, o que equivale a uma relação de 1,2 associações por 1000 habitantes, ao nível da cidade.

Neste universo de associações são predominantes as que se dedicam às atividades desportivas, encontrando-se menos representadas as asso-

ciações recreativas. As freguesias que registam o maior número de associações são Ramalde (40), Campanhã (35), Paranhos (33), Cedofeita (32) e Santo Ildefonso (27). Quando se anula o efeito da dimensão territorial das próprias freguesias e se relativizam os valores, o panorama altera-se significativamente emergindo claramente as freguesias do Centro Histórico - acompanhadas pela freguesia de Santo Ildefonso - como aquelas que exibem uma maior densidade deste tecido associativo.



Mulheres eleitas para órgãos municipais

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Mulheres eleitas nas eleições autárquicas para a Assembleia Municipal e Câmara Municipal do Porto.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

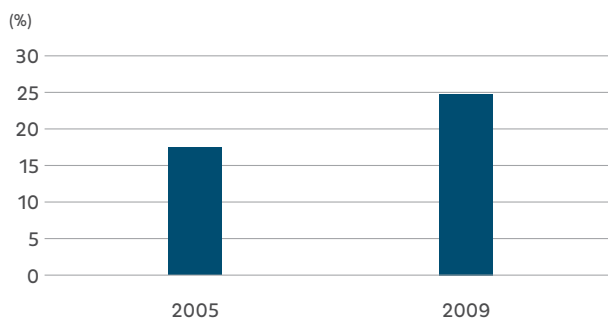
O processo de participação na vida política é uma das formas de pleno exercício de cidadania e deve estar associado a uma igualdade no acesso aos cargos políticos. Tradicionalmente, estes tendem a ser, na sua grande maioria, ocupados por homens. Não obstante, vem-se assistindo a um reforço do papel da mulher na ocupação deste tipo de cargos políticos, seja ao nível dos governos dos países, seja ao nível da sua representação em órgãos municipais.

EVOLUÇÃO RECENTE

A análise da intervenção que, ao nível político, as mulheres detêm nos órgãos de gestão municipal, constitui uma das dimensões relevantes da participação feminina na sociedade. Analisando os dois últimos atos eleitorais – 2005 e 2009 –,

verificou-se um incremento significativo da participação política de mulheres na gestão da cidade do Porto, tendo a respetiva proporção no conjunto dos eleitos passado de 17,6% para 25%.

Evolution da proporção de mulheres eleitas para órgãos municipais



Fonte: CMP

Confrontando esta proporção com a quota de cargos políticos ocupados por mulheres, quer nas eleições legislativas nacionais, quer nas eleições para o parlamento europeu, ocorridas mais re-

centemente, verifica-se que a participação feminina à escala local ainda se mantém ligeiramente aquém destes valores.

Mulheres eleitas nos últimos atos eleitorais (2009)	
	(%)
Mulheres eleitas para a Assembleia da República	27,4
Mulheres eleitas para o Parlamento Europeu	34,9

Fonte: PCM/CE

Eleitores que exerceram o direito de voto

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Eleitores que exerceram o direito de voto nas últimas quatro eleições (Presidenciais, Legislativas, Autárquicas e Parlamento Europeu).

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

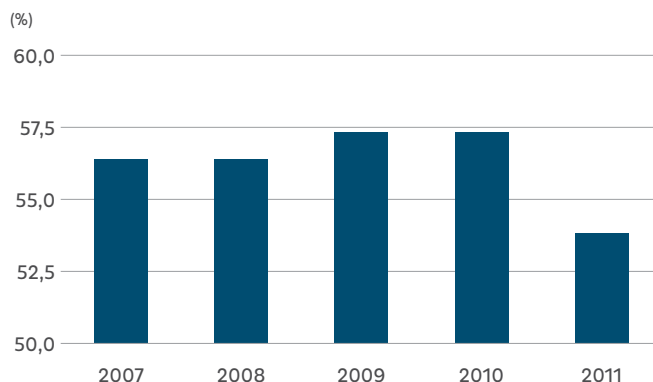
A possibilidade de os cidadãos expressarem as suas escolhas através do exercício do direito de voto representa um contributo fundamental na construção e no fortalecimento de uma sociedade mais democrática e participada. Nesta medida, quanto mais elevada for a percentagem de votantes nos momentos eleitorais, mais conscientes estão os cidadãos da sua responsabilidade cívica e mais contribuem para a vida coletiva.

EVOLUÇÃO RECENTE

A participação da população residente na cidade do Porto nos diferentes tipos de atos eleitorais (para o Parlamento Europeu, Autárquicas, Legislativas e Presidenciais) tem-se mantido relativa-

mente estável no horizonte temporal aqui analisado, com valores que oscilaram entre 56,5% e 53,8%, este último registado em 2011.

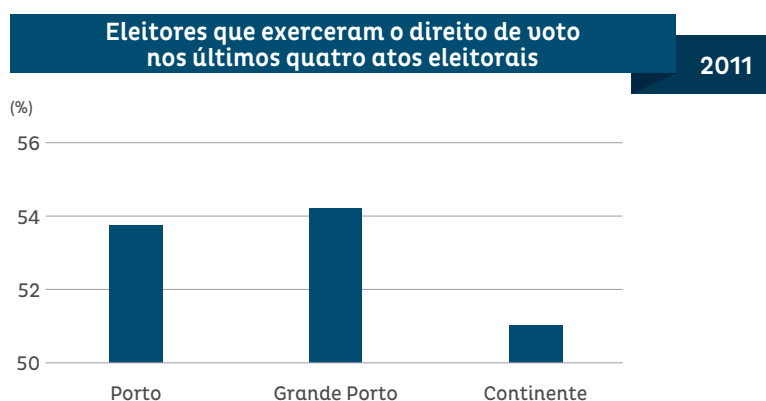
Evolução do número de eleitores que exerceram o direito de voto nos últimos quatro atos eleitorais



Fonte: MJ/STAPE

Comparando a taxa de participação dos eleitores da cidade nas últimas eleições com a registada em outros âmbitos geográficos, constata-se que

esta esteve praticamente em linha com a registada no Grande Porto e acima da registada no continente.



Fonte: MJ/STAPE

PARTICIPAÇÃO CÍVICA – Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

Comissão Europeia (2010), **Estratégia para a igualdade entre homens e mulheres 2010-2015**.
European Commission (2010), **More women in senior positions – key to economic stability and growth**.

SITES RELACIONADOS

<http://www.ec.europa.eu/social>
<http://www.eleicoes.mj.pt>

SAÚDE



Com o aumento da esperança média de vida as preocupações com a saúde adquirem um elevado grau de importância na perspetiva da qualidade de vida e do bem-estar físico e mental dos indivíduos.

O facto de se viver em cidades pode ter impacto na saúde dos indivíduos, não só pela questão da facilidade de acesso a cuidados de saúde e a certo tipo de equipamentos mas também pela associação que existe entre o dia a dia numa metrópole e determinados ritmos e estilos de vida os quais, por seu lado, podem ser responsáveis pelo desenvolvimento de certas patologias e problemas de saúde pública.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Mortalidade precoce
- Mortalidade por doenças do aparelho circulatório
- Incidência de doenças de declaração obrigatória
- Nados-vivos de mães adolescentes
- Suicídios

Mortalidade precoce

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Óbitos de indivíduos com menos de 65 anos.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

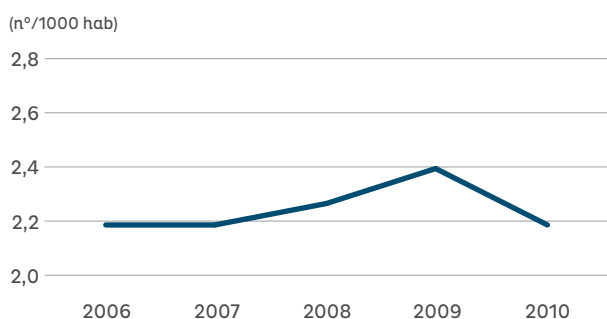
Sabe-se que a esperança média de vida tem vindo a aumentar gradualmente com a melhoria das condições de vida e das condições de saúde alcançadas com o desenvolvimento da sociedade. Uma taxa de mortalidade precoce elevada pode significar um aumento da exposição a fatores que hoje contribuem para uma má qualidade de vida: excesso de stress, comportamentos de risco, maus hábitos alimentares, entre outros.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2010 na cidade do Porto, o número de óbitos de indivíduos com menos de 65 anos traduziu-se numa relação de 2,2 indivíduos por 1000 habitantes (519 casos), representando a mortalidade precoce 18% da mortalidade total.

Analisando a trajetória deste indicador no período 2006-2010, verifica-se que, não obstante esta ter registado uma inflexão em 2009, a taxa de variação média anual ajustada no período analisado (2006-2010) foi de 0,8%, denunciando um panorama de relativa estabilidade.

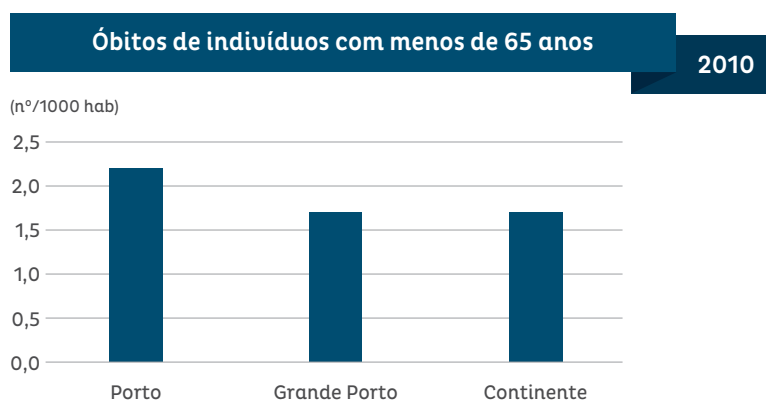
Evolução do número de óbitos de indivíduos com menos de 65 anos



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

Em 2010 a situação do Porto, comparativamente com a do continente e do Grande Porto, era desfavorável, registando-se nestes âmbitos um

valor de mortalidade precoce inferior a 2 óbitos por 1000 habitantes.



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

Em termos de comparabilidade internacional, pode salientar-se que o Porto se aproxima dos valores referidos no Atlas da Mortalidade, publicado em 2009 pelo Eurostat, que situa em 20% as mortes abaixo dos 65 anos na União Europeia. São referidos como tendo baixas taxas de mortalidade precoce muitas das regiões de Itália e Suécia,

algumas zonas da Holanda, o sul do Reino Unido e a Islândia. Neste domínio, existe uma diferença assinalável, no contexto entre os países da UE15 e da UE27, com os novos países aderentes, quase sem exceção, a registarem níveis de mortalidade precoce ainda muito elevados.

Mortalidade por doenças do aparelho circulatório

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Óbitos por doenças do aparelho circulatório.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

A mortalidade por doenças do aparelho circulatório tem sido uma das principais causas de morte da população portuguesa, representando as doenças isquémicas do coração e as doenças cerebrovasculares, aquelas que atualmente mais matam. Em grande parte estas doenças estão associadas à prevalência de fatores de risco como o tabagismo, a hipertensão arterial, a hipercolesterolemia e estilos de vida sedentários.

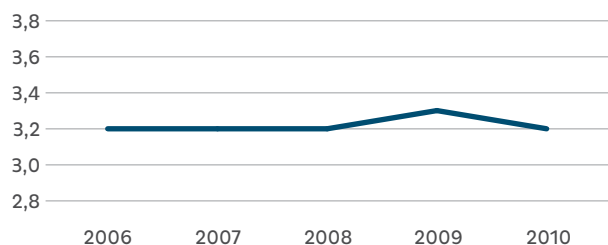
EVOLUÇÃO RECENTE

As doenças do aparelho circulatório – que continuam a constituir a principal causa de morte em Portugal – traduziram-se, em 2010, numa rela-

ção de 3,2 óbitos por 1000 habitantes na cidade do Porto. Nos anos mais recentes este indicador registou uma flutuação muito ligeira.

Evolução do número de óbitos por doenças do aparelho circulatório

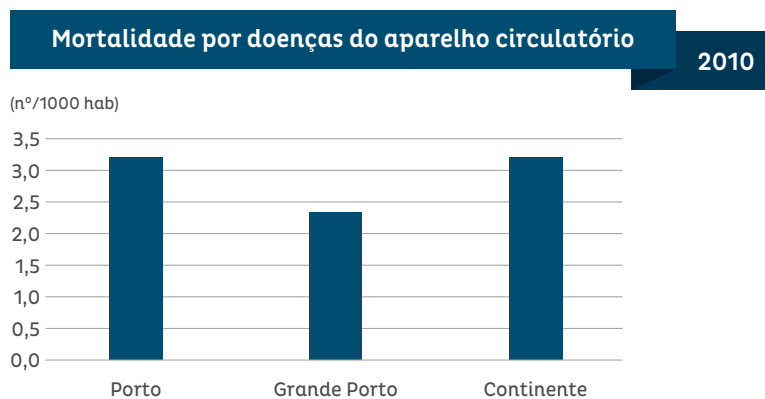
(nº/1000 hab)



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

No Porto, em 2010, a taxa de mortalidade associada a este tipo de doenças reproduzia o valor observado a nível de Portugal continental (3,2

óbitos por 1000 habitantes). No Grande Porto este indicador situava-se abaixo de 2,5 óbitos por 1000 habitantes.



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

Em termos de comparabilidade europeia, as doenças do aparelho circulatório ou cardiovascular são também a principal causa de morte na União Europeia, representando 42% das mortes ocorridas no total da população, segundo refere o Atlas da Mortalidade de 2009 (em Portugal, nesse ano,

este valor ficava-se por 32%). Fatores de natureza socioeconómica, de género e idade e estilos de vida pouco saudáveis, contam-se entre alguns dos principais fatores de risco associados a este tipo de doenças.

Incidência de doenças de declaração obrigatória

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Casos novos registados de doença de declaração obrigatória, isto é, doença que deve ser notificada à entidade competente por qualquer médico que a diagnostique, tanto em caso de manifestação, como em caso de óbito (conceito adaptado do INE).

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

Várias doenças infecciosas reassumem importância a nível europeu e mundial representando um desafio para a saúde pública. Tratando-se de doenças de declaração obrigatória o seu diagnóstico implica que seja acionado um plano de controlo epidemiológico, a fim de reduzir os riscos de contágio na comunidade, sendo esta uma responsabilidade das autoridades de saúde. Uma vez que a existência de qualquer uma destas doenças afasta os indivíduos das suas normais condições de vida e dos contextos em que estão inseridos (família, trabalho, comunidade) um aumento da sua incidência representa uma ameaça ao bem-estar.

EVOLUÇÃO RECENTE

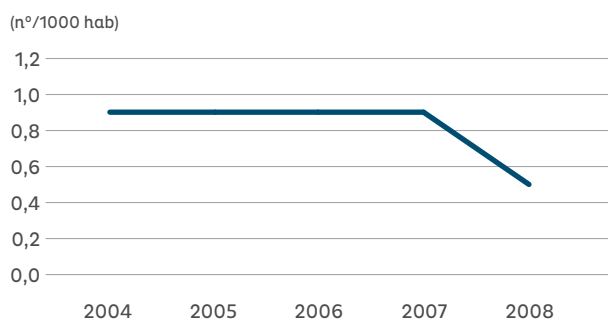
A lista de doenças de declaração obrigatória inclui várias doenças infecciosas, entre as quais a tuberculose respiratória, a febre escarlatina, a parotidite epidémica e a hepatite por vírus B. Este conjunto das doenças transmissíveis consta de uma lista oficial criada em 1949 e que tem sofrido alterações ao longo do tempo.

Em 2008, foram notificados, no Porto, 0,5 casos de doenças de declaração obrigatória (DDO) por 1000 habitantes, valor mais baixo no período em

análise representado no gráfico abaixo, e que assinala uma descida acentuada face a uma trajetória que nos anos anteriores se tinha pautado por uma grande estabilidade.

Segundo dados da Direção-Geral de Saúde publicados para o Grande Porto, a tuberculose respiratória constitui a doença com maior número de casos notificados, sendo considerada um problema de saúde pública que requer uma atenção acrescida.

Evolução da incidência de doenças de declaração obrigatória

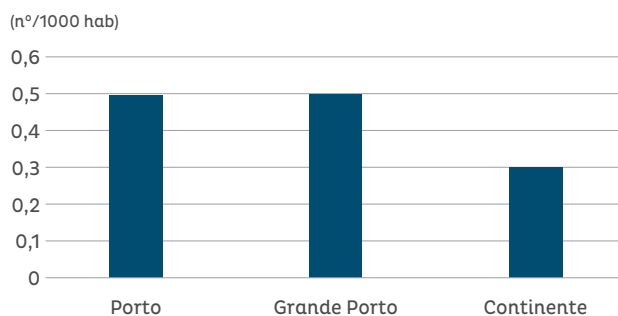


Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

Comparando a situação do Porto com a observada em outros âmbitos geográficos, verifica-se que no Grande Porto a incidência deste tipo de doen-

ças apresenta uma expressão idêntica à do Porto, assumindo este indicador valores mais baixos, no caso do continente.

Incidência de doenças de declaração obrigatória



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

Nados-vivos de mães adolescentes

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Proporção de nados-vivos de mães com idade entre os 15-19 anos face ao total de nados-vivos registados.

UNIDADE

%

LEITURA DO INDICADOR

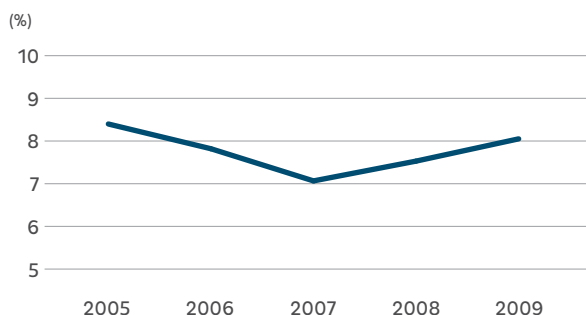
Na perspetiva da saúde pública há frequentemente riscos associados à maternidade em jovens adolescentes que podem incluir a anemia, a hipertensão, depressões nervosas, entre outros fatores. Existem, de igual modo, riscos de saúde para os bebés destas mães que, com maior frequência podem ser bebés com baixo peso à nascença (com menos de 2.500 gramas). A maternidade na adolescência constitui também um fenómeno social que surge muitas vezes associado a projetos de vida não planeados e a situações de vulnerabilidade socioeconómica.

EVOLUÇÃO RECENTE

Os fenómenos da gravidez e maternidade na adolescência constituem objeto de atenção no domínio da saúde e a sua evolução permite acompanhar, de algum modo, as alterações comportamentais das jovens ao longo do tempo. No ano de 2009, na cidade do Porto, a proporção dos nascimentos de mães adolescentes (15-19 anos)

foi de 8,1%, equivalendo a 158 casos. Analisando a evolução recente deste indicador, que ao longo do período analisado não sofreu grandes variações, verifica-se que entre 2005 e 2007, a tendência foi de decréscimo, ainda que muito ligeiro, tendo ocorrido uma inflexão a partir desse ano.

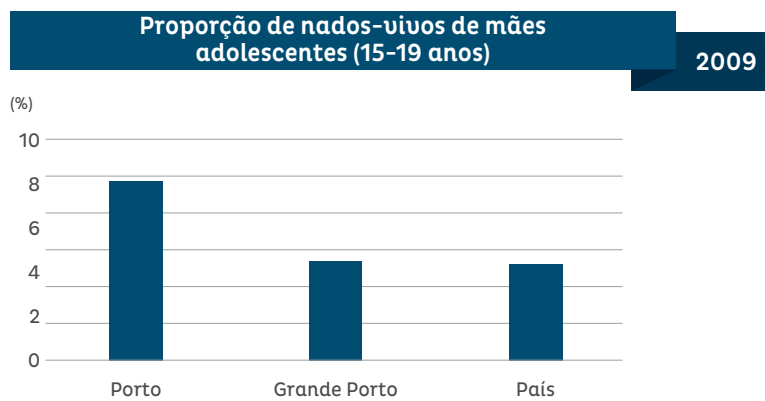
Evolução da proporção de nados-vivos de mães adolescentes (15-19 anos)



Fonte: INE

Comparativamente com outras realidades geográficas, verifica-se que no ano de 2009 o fenómeno dos nascimentos ocorridos em mães

adolescentes na cidade do Porto foi quase o dobro do valor verificado no Grande Porto e no conjunto do país.



Fonte: INE

Suicídios

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Óbitos dos indivíduos que colocam termo à própria vida.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

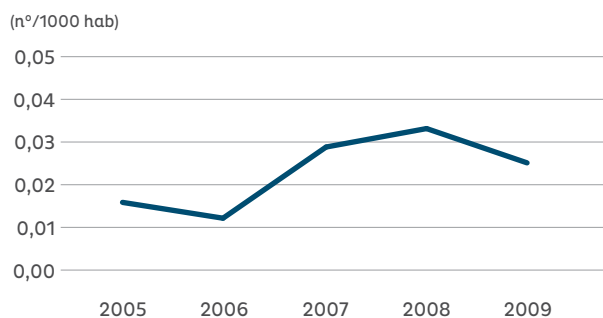
O suicídio, enquanto morte autoinfligida por vontade própria, constitui uma situação limite que pode resultar de um conjunto de circunstâncias diversas, desde perturbações mentais e/ou emocionais à incapacidade de os sujeitos se adaptarem às suas circunstâncias de vida. Independentemente da idade e género, há fatores de natureza comportamental e social que condicionam o suicídio. Do ponto de vista coletivo, um número de suicídios elevado pode traduzir a incapacidade das sociedades em promover a integração e coesão sociais dos seus elementos mais vulneráveis.

EVOLUÇÃO RECENTE

No ano de 2009 há registo de 6 suicídios ocorridos na cidade do Porto, valor que equivale a uma relação de 0,025 suicídios por 1000 habitantes. A este indicador não é possível associar uma linha

de evolução tendencial nos últimos anos já que os seus valores têm vindo a registar várias oscilações.

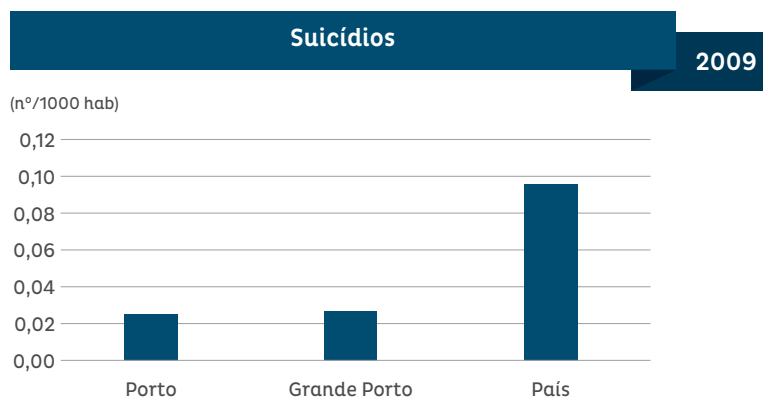
Evolução do número de suicídios



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

A análise comparativa com a estatística nacional de suicídios para o ano de 2009 mostra que no País a expressão do fenómeno é mais do que

quatro vezes superior à registada no Porto. Já no caso do Grande Porto (0,027 suicídios por 1000 habitantes) os valores são mais próximos.



Fonte: INE/cálculos CMP-GEP

Tratando-se de um indicador usado frequentemente no campo da saúde mental, a sua leitura aconselha, no entanto, alguma reserva. Este facto relaciona-se com a recolha dos próprios dados e o processo de codificação das causas de morte, que necessita ser aperfeiçoado, como observa a própria Direção-Geral de Saúde (DGS).

A questão da certificação das mortes por suicídio e a variabilidade das práticas de diagnóstico tem dificultado nomeadamente as comparações internacionais do indicador. Recorrendo, em todo o caso, aos dados disponíveis, podem salientar-se diferenças regionais na distribuição dos suicídios,

dentro da União Europeia. Segundo os dados mais recentes publicados pelo Eurostat, (Atlas da Mortalidade de 2009) são elevadas as taxas de suicídio nos Países Bálticos, na Hungria, na Eslovénia e muitas regiões da Polónia. Na UE15 são referidas taxas elevadas de suicídio na Finlândia, algumas regiões da Bélgica e algumas regiões de França. Em contrapartida, no conjunto de países que apresentam as taxas mais baixas de suicídio constam a Espanha, Inglaterra e particularmente a Grécia. Um traço comum aos vários países com elevadas taxas de suicídio diz respeito ao facto de este ser menos frequente em mulheres.

SAÚDE - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

Eurostat/European Commission, "Health Statistics – Atlas on Mortality in the European Union" (2009), Publicação Oficial.
MS, Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental em Portugal, 2007-2016, **Proposta de Plano de Acção**, ed. Ministério da Saúde.
OMS; **Atlas of Health in Europe**, 2nd edition in Europe (2008), Who Regional Office for Europe.

SITES RELACIONADOS

<http://www.dgs.pt>
<http://www.acs.min-saude.pt>

SEGURANÇA



O estar e sentir-se seguro em casa, na comunidade de proximidade e na cidade é um fator fundamental para a qualidade de vida pessoal e global.

O combate e a prevenção da criminalidade constituem uma preocupação principal nas cidades. Igualmente importante e, por vezes mais difícil de combater, é a percepção de insegurança daqueles que residem e utilizam a cidade, induzida frequentemente por processos de desqualificação social e territorial de determinadas zonas que tendem a alimentar o sentimento de medo e que não têm necessariamente correspondência com a ocorrência efetiva de crimes.

Uma outra dimensão da segurança tem a ver com a sinistralidade rodoviária que continua a constituir uma ameaça à integridade física dos indivíduos nas cidades, expondo-os a riscos que, em muitos casos, poderiam ser evitáveis.

INDICADORES SELECIONADOS:

- Taxa de criminalidade
- Acidentes de viação com mortos ou feridos graves

Taxa de criminalidade

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Crimes registados contra pessoas, património, vida em sociedade e outros.

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

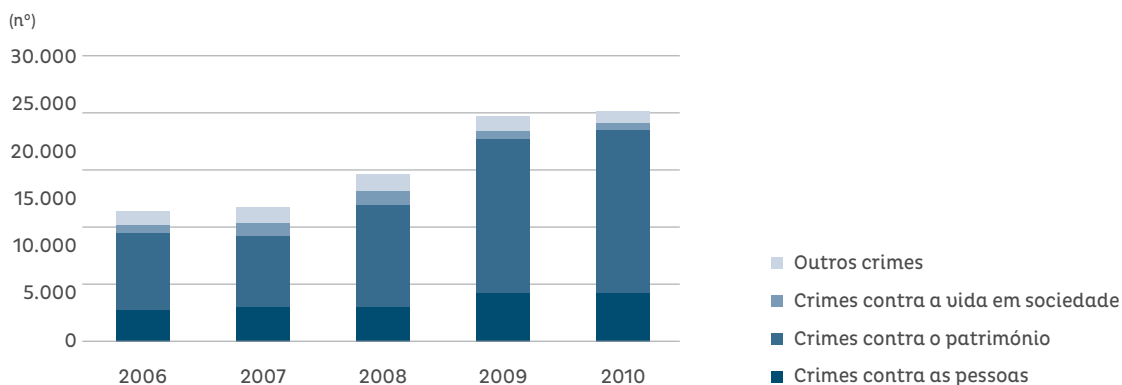
Elevar as taxas de criminalidade, para além de fazerem crescer as experiências de vitimização direta e indireta dos indivíduos, contribuem para o sentimento de medo e de insegurança na comunidade local o qual pode, por seu lado, limitar as liberdades pessoais e colocar em causa a coesão social.

EVOLUÇÃO RECENTE

De acordo com dados fornecidos pela Polícia de Segurança Pública, o valor da taxa de criminalidade na cidade do Porto, em 2010, foi de 101,6 crimes por 1000 habitantes. Nos últimos anos o

número de participações aumentou significativamente tendo o ritmo de crescimento atingido o valor de 17,9% ao ano, entre 2006 e 2010.

Evolução da criminalidade, segundo o tipo de crime



Fonte: PSP

Analisando a repartição da criminalidade registada pelas grandes categorias de crime verifica-se que a grande maioria das ocorrências participadas à PSP corresponde invariavelmente aos crimes contra o património. Esta categoria tem sido aquela cuja progressão é mais notória, representando cerca de 70% do total de crimes, em 2010.

Comparativamente, os dados disponíveis para o país, apresentados no Relatório de Segurança

Interna (MAI), davam conta de uma taxa de criminalidade inferior, na ordem dos 40 crimes por 1000 habitantes em 2010. Importa sublinhar que estes valores não são diretamente comparáveis com o valor da criminalidade apresentado para a cidade uma vez que, para além dos dados da PSP, incluem as ocorrências participadas a outras autoridades policiais (Policia Criminal, GNR, PSP e PJ).

Acidentes de viação com mortos ou feridos graves

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO

DEFINIÇÃO

Acidentes de viação envolvendo pessoas que tenham ficado gravemente feridas (pelo menos uma, sofrendo lesões que levem à sua hospitalização) ou mortas (conceito adaptado da ANSR).

UNIDADE

nº/1000 habitantes

LEITURA DO INDICADOR

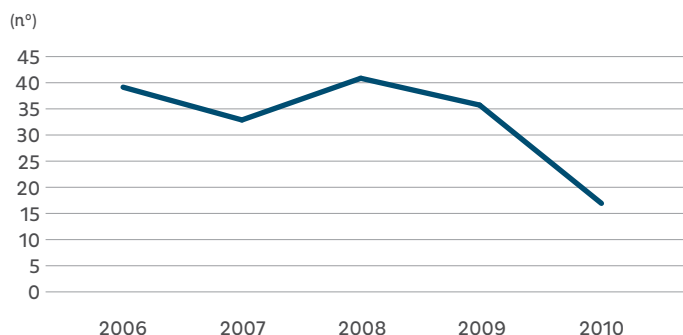
Com o crescimento das áreas urbanas tem-se verificado um aumento da mobilidade, sendo significativas as deslocações realizadas em automóvel, principalmente no acesso aos centros urbanos, mas também nas deslocações no seu interior. Tal contribui para um aumento do tráfego e para um aumento dos congestionamentos. O presente indicador permite essencialmente avaliar a evolução das ocorrências mais graves, do ponto de vista da sinistralidade, e constitui uma medida do nível de segurança rodoviária.

EVOLUÇÃO RECENTE

Em 2010, ocorreram 17 acidentes de viação com mortos ou feridos graves no Porto, número ao qual corresponde uma capitação de 0,07 acidentes por 1000 habitantes. Analisando a evolução

ocorrida, no período de cinco anos, verifica-se que o panorama tem registado melhorias sensíveis, sendo notória uma tendência de decréscimo dos acidentes de viação no último ano.

Evolução do número de acidentes com mortos ou feridos graves



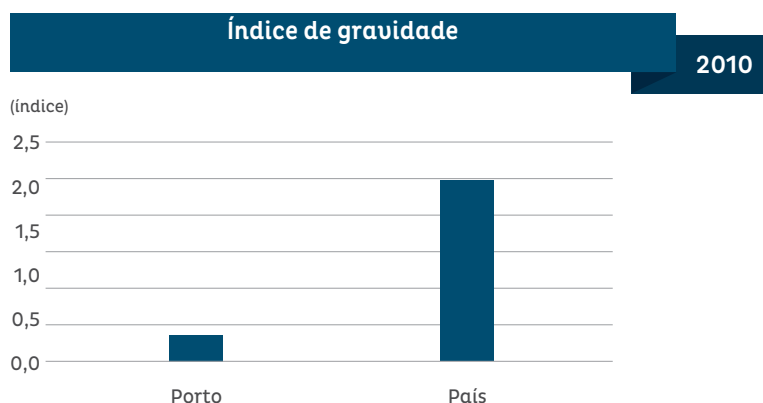
Fonte: MAI-ANSR

Nas cidades a causa dos acidentes tende a ser diversificada. Velocidades excessivas, falta de civismo dos condutores, más condições ao nível de equipamentos e serviços urbanos (passadeiras, iluminação, passeios), o mau estado de conservação dos eixos viários, tendem a estar entre os principais fatores que explicam a sinistralidade rodoviária.

A sinistralidade tem constituído um problema de alcance nacional, refletido na Estratégia Nacional para a Segurança Rodoviária para o período 2008-2015. A orientação da estratégia nacional e

as metas definidas, torna muito clara a importância do combate à sinistralidade, designadamente com o objetivo de melhorar a posição desfavorável que o país ocupou, nos últimos anos, na União Europeia, no que respeita à mortalidade em acidentes de viação.

Um outro indicador complementar com interesse para a análise do fenómeno da sinistralidade na cidade, é o índice de gravidade. Este traduz o “número de mortes por 100 acidentes com vítimas”. Em 2010 este índice no Porto era muito inferior ao registado a nível nacional.



Fonte: MAI-ANSR

SEGURANÇA - Informação adicional

DOCUMENTAÇÃO

CMP (2007), **Mobilidade na cidade do Porto** - Análise das deslocações em transporte individual, ed. Câmara Municipal do Porto (Gabinete de Estudos e Planeamento).

Eurostat, Statistics in focus, (58/2010), **Population and Social Conditions**, European Commission.

MAI, **Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2008-2015** (define os Objectivos Estratégicos para a redução da sinistralidade, em particular, dentro das localidades), ed. Ministério da Administração Interna.

MAI (2010), **Relatórios Anuais de Segurança Interna**, ed. Ministério da Administração Interna.

SITES RELACIONADOS

<http://www.mai.gov.pt/>

Sociedade - Quadro síntese

Indicador	Unidade	Valor mais recente		Evolução	
		Valor	Ano	Sinal da Tendência	Período
População					
Nados-vivos	nº/1000 hab	8,3	2010	●	2006-2010
Envelhecimento populacional	índice	162,2	2010	●	2006-2010
População estrangeira que solicitou estatuto de residente	nº/1000 hab	6,5	2009	●	2005-2009
Educação					
Alunos no ensino superior (1º e 2º ciclo)	nº	51.720	2011	●	2007-2011
Alunos em pós-graduações	nº	6.675	2009	n.d.	
Taxa de retenção e abandono no ensino secundário	%	17,1	2009	●	2005-2009
Dinâmica cultural					
Eventos culturais	nº	714	2010	n.d.	
Exposições temporárias	nº	206	2010	n.d.	
Visitantes de museus	nº (milhões)	1,5	2009	●	2005-2009
Participação cívica					
Associações culturais, recreativas e desportivas	nº/1000 hab	1,2	2009	n.d.	
Mulheres eleitas para órgãos municipais	%	25,0	2009	●	2005/2009
Eleitores que exerceram o direito de voto	%	53,8	2011	●	2007/2011
Saúde					
Mortalidade precoce	nº/1000 hab	2,2	2010	●	2006-2010
Mortalidade por doenças do aparelho circulatório	nº/1000 hab	3,2	2010	●	2006-2010
Incidência de doenças de declaração obrigatória	nº/1000 hab	0,5	2008	●	2004-2008
Nados-vivos de mães adolescentes	%	8,1	2009	●	2005-2009
Suicídios	nº/1000 hab	0,025	2009	↕	2005-2009
Segurança					
Taxa de criminalidade	nº/1000 hab	101,6	2010	●	2006-2010
Acidentes de viação com mortos ou feridos graves	nº/1000 hab	0,07	2010	●	2006-2010

- Evolução favorável
- Evolução desfavorável
- Estabilidade
- ↕ Sem tendência definida
- n.d. Não disponível

ANEXOS



Anexo I - Matriz integral de indicadores

Domínio	Tema	Indicador	Unidade	Classificação do Indicador		Tipo de Indicador	
				P	C	Es	Cj
Condições Ambientais	Espaços verdes	Espaços verdes públicos	m²/hab	x		x	
		Extensão de ruas arborizadas	km	x		x	
	Clima	Dias com registo de precipitação	%	x			x
		Precipitação total	mm		x		x
		Média diária de horas de sol	nº	x			x
		Temperatura média do mês mais frio	°C	x			x
		Temperatura média do mês mais quente	°C	x			x
	Ruído	População sobre-exposta a níveis de ruído noturno	%	x		x	
		Reclamações entradas na CMP por motivos de ruído	nº	x			x
		População sobre-exposta a níveis de ruído diurno	%		x	x	
	Qualidade do ar	Dias com Índice de Qualidade do Ar Bom ou Muito Bom	%	x			x
		Dias com excedências de PM10	nº	x			x
	Água	Registos com qualidade da água balnear Boa	%	x			x
		Consumo doméstico de água	m³/hab	x			x
	Energia	Consumo doméstico de energia elétrica	kWh/hab (milhares)	x			x
		Autocarros que usam energias alternativas	%	x		x	
Condições Materiais Coletivas	Resíduos	Consumo doméstico de gás natural	m³/hab		x		x
		Resíduos sólidos urbanos valorizáveis	%	x			x
	Equipamentos culturais	Resíduos sólidos urbanos	ton		x		x
		Galerias de arte e outros espaços de exposição	nº/1000 hab	x			x
		Museus	nº/1000 hab	x		x	
	Equipamentos desportivos	Pavilhões polidesportivos	nº/1000 hab	x		x	
		Piscinas de acesso público	nº/1000 hab	x		x	
		Outros equipamentos desportivos	nº/1000 hab	x		x	
	Equipamentos educativos	Extensão de ciclovias	km/1000 hab	x		x	
		Estabelecimentos do ensino básico e secundário	nº/1000 hab	x		x	
		Estabelecimentos com oferta de educação pré-escolar	nº/1000 hab	x		x	
	Equipamentos sociais e de saúde	Capacidade dos estabelecimentos do ensino básico público	nº		x	x	
		Capacidade das creches	nº/1000 hab	x			x
		Capacidade dos lares, centros dia e apoio domiciliário	nº/1000 hab	x			x
		Centros de saúde e extensões	nº/1000 hab	x		x	
	Edificado	Médicos	nº/1000 hab	x		x	
		Utentes dos Centros de Saúde sem médico de família	%	x			x
		Edifícios licenciados para reconstrução	nº		x		x
	Mobilidade	Edifícios reabilitados	nº	x			x
		Velocidade média em transporte individual	km/h	x			x
		Velocidade média em transporte público	km/h	x			x
		Passageiros em transporte público	nº (milhões)	x			x
		Lugares em parques de estacionamento	nº	x		x	
Comércio e serviços		Lugares em parques de estacionamento com "park and ride"	nº		x	x	
		Estabelecimentos de comércio a retalho	nº/1000 hab	x			x
		Serviços de apoio à população	nº/1000 hab	x			x
		Hotéis e restaurantes	nº/1000 hab	x			x

**SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA URBANA
DO PORTO**

Anexo I – Matriz integral de indicadores (continuação)

Domínio	Tema	Indicador	Unidade	Classificação do Indicador		Tipo de Indicador	
				P	C	Es	Cj
Condições Económicas	Rendimento e consumo	Rendimento coletável declarado	euros/1000 hab	x			x
		Remuneração média mensal	euros	x			x
		Quociente entre os percentis 90 e 10 da remuneração média mensal	nº	x			x
		Salário médio dos 10% com remunerações mais elevadas	euros		x		x
		Salário médio dos 10% com remunerações mais baixas	euros		x		x
		Pensionistas de invalidez e sobrevivência	nº/1000 hab	x			x
		Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	nº/1000 hab	x			x
		Compras através de terminais de pagamento automático	euros (milhões)	x			x
		Levantamentos multibanco	euros (milhões)		x		x
		Automóveis ligeiros	nº/1000 hab	x		x	
		Automóveis ligeiros de passageiros vendidos	nº/1000 hab		x		x
		Assinantes do serviço de TV por subscrição	nº	x			x
	Mercado de trabalho	Emprego privado	nº/1000 hab	x			x
		Postos de trabalho	nº/1000 hab		x	x	
		Trabalhadores com habilitações superiores	%	x			x
		Trabalhadores com qualificação superior	%		x		x
		Emprego do terciário em serviços de conhecimento intensivo	%	x			x
		Desempregados inscritos nos Centros de Emprego	nº/1000 hab	x			x
	Mercado de habitação	Custo médio de aquisição	euros/m²	x			x
		Custo médio de arrendamento	euros/m²	x			x
		Fogos em oferta no mercado de arrendamento	nº		x		x
	Dinamismo económico	Variação dos estabelecimentos de atividade económica	%	x			x
		Variação das vendas de combustíveis	%	x			x
		Variação da despesa total do Município	%	x			x
		Variação das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	%	x			x
		Variação dos passageiros em voos comerciais	%	x			x
Sociedade	População	Nados-vivos	nº/1000 hab	x			x
		Envelhecimento populacional	índice	x			x
		População estrangeira que solicitou estatuto de residente	nº/1000 hab	x			x
		Estrangeiros residentes	%		x	x	
		Alunos no ensino superior (1º e 2º ciclo)	nº	x			x
	Educação	Alunos em pós-graduações não conferentes de grau	nº	x			x
		Taxa de retenção e abandono no ensino secundário	%	x			x
		Taxa de pré-escolarização	%		x	x	
		Retenção e abandono no 3º ciclo	%		x		x
		Alunos matriculados no ensino profissional (nível 3)	nº		x		x
		Alunos matriculados no ensino secundário	nº		x		x
	Dinâmica cultural	Eventos culturais	nº	x			x
		Exposições temporárias	nº	x			x
		Visitantes de museus	nº	x			x
	Participação cívica	Associações culturais, recreativas e desportivas	nº/1000 hab	x		x	
		Mulheres eleitas para órgãos municipais	%	x		x	
		Voluntários regulares	nº	x		x	
		Eleitores que exerceram o direito de voto	%	x		x	
	Saúde	Mortalidade precoce	nº/1000 hab	x			x
		Mortalidade por doenças do aparelho circulatório	nº/1000 hab	x			x
		Incidência de doenças de declaração obrigatória	nº/1000 hab	x			x
		Nados-vivos de mães adolescentes	%	x			x
		Crianças com baixo peso à nascença	%		x		x
		Suicídios	nº/1000 hab	x			x
	Segurança	Taxa de criminalidade	nº/1000 hab	x			x
		Acidentes de viação com mortos ou feridos graves	nº/1000 hab	x			x
		Índice de gravidade rodoviário	nº		x		x
	Sociedade da informação	Famílias com acesso à internet	%	x		x	
		Indivíduos com mais de 15 anos que utilizam regularmente a internet	%	x		x	

P Principal; C Complementar; Es Estrutural; Cj Conjuntural;

Anexo II - Rede de fornecedores de informação

Instituições/Entidades

Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-Norte)
Aeroportos de Portugal, S.A. (ANA)
Área Metropolitana do Porto (AMP)
Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)
Banco de Portugal
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)
Confidencial Imobiliário (CI)
Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG)
EDP Gás Distribuição, S.A. (EDPGás)
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (MCTES-GPEARI)
Instituto da Água, I.P. (INAG)
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR)
Instituto de Meteorologia, I.P. (IM)
Instituto de Seguros de Portugal (ISP)
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP)
Instituto Geofísico da Universidade do Porto (IG-UP)
Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE)
Metro do Porto, S.A.
Ministério da Administração Interna - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (MAI-ANSR)
Ministério da Administração Interna (MAI)
Ministério da Justiça (MJ)
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete de Estratégia e Planeamento (MTSS-GEP)
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto de Informática, I.P. (MTSS-II)
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (STCP)
Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (SIBS)
Universidade do Porto (UP)

Serviços Municipais e Entidades participadas pelo Município

Direcção Municipal da Via Pública (CMP-DMVP)
Direcção Municipal de Urbanismo (CMP-DMU)
Departamento Municipal de Espaços Verdes e Higiene Pública (CMP-DMASU-DMEVHP)
Gabinete do Ambiente (CMP-DMASU-GA)
Divisão Municipal de Limpeza Urbana e Transportes (CMP-DMASU-DMLUT)
Departamento Municipal de Educação e Juventude (CMP-DMEJ)
Águas do Porto, EEM
Porto Lazer, EEM
Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A.

Ficha Técnica

Título

Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana do Porto – Relatório 2011

Editor

Câmara Municipal do Porto – Gabinete de Estudos e Planeamento

Coordenação

Isabel Martins (CMP) e Luís Delfim Santos (FEP/UP)

Equipa Técnica

Marta Gomes (CMP)

Eugénia Rocha (CMP)

Célia Ferreira (CMP)

Data da publicação

2012



RELATÓRIO **2011**

SISTEMA
DE MONITORIZAÇÃO
DA **QUALIDADE**
DE VIDA URBANA
DO PORTO



PORTO
Câmara Municipal